



UFRJ - Universidade do Brasil
CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP - Instituto de Psicologia
EICOS - Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social

**Turismo e participação comunitária:
‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a
“Fonte” que não secou?’**

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Rio de Janeiro - RJ
2004



UFRJ - Universidade do Brasil
CFCH - Centro de Filosofia e Ciências Humanas
IP - Instituto de Psicologia
EICOS - Programa de Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social

**Turismo e participação comunitária:
‘Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a
“Fonte” que não secou?’**

Teresa Cristina de Miranda Mendonça

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Programa EICOS/IP/UFRJ em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social, da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marta de Azevedo Irving

**Rio de Janeiro - RJ
2004**

Ata da Reunião da Banca Examinadora da aluna Teresa Cristina de Miranda Mendonça, candidata ao grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social. seis dias do mês de abril de dois mil e quatro, às dezesseis horas e trinta minutos, no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, reuniram-se os membros da Banca Examinadora aprovada pelo conselho de Pós Graduação no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para examinar a dissertação de Mestrado da aluna Teresa Cristina de Miranda Mendonça, registro nº 102091456. Fizeram parte da Banca os professores Doutores, Marta de Azevedo Irving, CPF nº 627.646.247/00, Maria Inácia D'Avila Neto, CPF nº 066.562.421/20 e Davis Gruber Sansolo, CPF nº 714.386.537/00, sendo a primeira sua orientadora. A professora Marta de Azevedo Irving, na qualidade de Presidente da Banca, abriu os trabalhos concedendo à aluna vinte minutos para a exposição oral de sua dissertação intitulada: **“Turismo e Participação Comunitária Prainha do Canto Verde a Canoa Que Nao Quebrou e Fonte Que Não Secou”**. Dando prosseguimento, a aluna foi argüida pelos professores examinadores. Ato contínuo passou a Banca a proceder a avaliação e julgamento da dissertação apresentada pela aluna, concluindo pela aprovação com conceito A. A aluna, portanto, foi declarada apta a receber o grau de mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, cabendo à Universidade Federal do Rio de Janeiro, providenciar a documentação necessária. Nada mais a declarar, eu, Marisa de Medeiros Lima, lavrei e assinei a presente ata, sendo seguida da assinatura dos membros da banca e da aluna. Rio de Janeiro, seis dias do mês de abril de dois mil e quatro.

Secretária: Marisa Lima
 - Marta de Azevedo Irving
 - Maria Inácia D'Avila Neto
 - Davis Gruber Sansolo
 -
 Aluna: Teresa Cristina de Miranda Mendonça

FICHA CATALOGRÁFICA

Mendonça, Teresa Cristina de Miranda.

‘Turismo e participação comunitária: Prainha do Canto Verde a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não Secou?’/ Teresa Cristina de Miranda Mendonça. – Rio de Janeiro, 2004.

xvi, 192 f.: il.

Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidade e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Programa EICOS/IP, 2004.

Orientador: Dra. Marta de Azevedo Irving

1. Participação. 2. Turismo de Base Comunitária.
3. Nativo Mudo. 4. Desenvolvimento Local - Teses. I. Irving, Marta de Azevedo (Orient.). II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa EICOS/IP. III. Título.

Dedico este trabalho à minha mãe, Regina, pelo amor, pela amizade, pelo carinho e dedicação. Elementos importantes que me ajudaram a concluir mais uma etapa de minha vida.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida.

À minha avó Silvia (Cristina), pelo exemplo de fé e resignação.

Ao meu pai Guilherme (in memoriam), pelos poucos, mas importantes momentos que passamos juntos.

À minha família, representada por três crianças muito especiais: Guilherme, Palloma e Juan, pelo amor e equilíbrio.

Ao Zé e à Neyle pela amizade e apoio.

Aos meus amigos, por estarem sempre presentes e que, direta e indiretamente, colaboraram para que eu pudesse concluir este trabalho, aqui representados por: Claudinha, Betinho, Cristiane, Vandeley, Mirian e Nivia.

À Marta Irving, por me indicar a Prainha do Canto Verde como objeto de pesquisa, e pela dedicação prestada nos momentos de orientação, pelo aprendizado, aprimoramento e amadurecimento.

Ao amigo Ireleno, pela acolhida e companhia em minhas viagens a Fortaleza e pela inspiração que resultou no título desta pesquisa.

Aos moradores da Prainha do Canto Verde, aqui representados por duas crianças especiais: Jaíla e Antônio José, pela acolhida e momentos especiais de carinho, alegria, emoção e aprendizado que me deram a oportunidade de vivenciar. Vocês são muito especiais!

Aos professores e colegas de curso do Programa EICOS/IP/UFRJ pela minha introdução à discussão no campo da psicossociologia e pelos agradáveis momentos de reflexões conjuntas e de lazer.

Aos meus grandes mestres que através de seus conhecimentos e dedicação contribuíram para minha formação acadêmica, em especial à professora e amiga Wilsa.

Ao Manoel e demais amigos, professores, alunos e companheiros de trabalho da Universidade Estácio de Sá, pelo carinho.

À Universidade Estácio de Sá pela cessão de bolsa de apoio à pesquisa, que muito ajudou na realização de minhas viagens de pesquisa de campo.

Ao samba e à música popular brasileira, minhas fontes de energia inspiradoras.

Ao Luiz, pelo amor, pela paciência, tranquilidade e carinho, elementos que contribuíram para o resultado deste trabalho.

O Turismo da Prainha do Canto Verde - Beberibe / CE

(Literatura de Cordel)

Autores: Erenilson, Eudes e Luis (Alunos da Escola dos Povos do Mar) -Abril de 2003

Caro amigo leitor
Ouça o que eu vou falar
Do TURISMO da Prainha
Pra você ler e apreciar.

É um meio de trabalho
Que na COMUNIDADE tem
Complementando a pesca
Melhorando a renda também.

Não há que viva no mundo
Que não deseje TRABALHAR
No caso o turismo é bom
Para dinheiro ganhar.

O turismo na Prainha
É uma coisa ORGANIZADA
Começou em noventa e sete
Com pouca gente integrada.

Mas agora é diferente
Por que tudo MUDOU
Tem mais gente trabalhando
Do que quando começou.

Nosso turismo é um projeto
Que preserva a NATUREZA
E são grupos de pessoas
Que vem deixando riqueza.

Hoje na Prainha tem
Uma forma diferente
Pra's pessoas trabalharem
E cuidar da ECOLOGIA da gente.

Temos um TURISMO
ECOLÓGICO
E queremos preservar
Por que é muito bom ter turista
Que saiba nos valorizar

O turismo do Canto Verde
Que tem SUSTENTABILIDADE
Só pensa em coisas boas
Para preservar a comunidade.

O turista que queremos
É de pessoa EDUCADA
Que goste da natureza
E não gente mal amada

A Prainha é visitada
Por pessoas de todo lugar
São gente civilizada
Que pensam em AJUDAR.

Esse é mais um motivo
Para nós se organizar
Para trazer mais turistas
Pra mais gente TRABALHAR.

Há também as MERENDEIRAS
Um grupo bem importante
Providenciam a merenda
De sabor interessante.

Sempre que temos eventos
Elas vem pra trabalhar
É o grupo das COZINHEIRAS
Comida não vai faltar.

Dentre as várias belezas
Que o turista sempre vê
Tem ainda o ARTESANATO
Que o artesão faz pra vender.

Você que vem pra Prainha
E quer saborear uma comida
Procure nas BARRACAS
Que será bem atendida.

Se preferir tem
RESTAURANTES
São todos de qualidade
Pra você que é importante.
Qualquer barraca da localidade.

Procuramos dá o MELHOR
Pra que se sinta a vontade
Somos todos nativos
Filhos dessa Comunidade.

O turista tem direito
A preferência é dele
Uma casa confortável
Ou uma Pousada para ele.

O preço para pagar
É muito BOM E BARATO
Quem vem aqui uma vez
Fica feliz de imediato.

Tem o Fundo Social
E de SOLIDARIEDADE
Que ao final de cada ano
Ajuda a comunidade.

Precisamos sempre ser
Muito bem ORGANIZADO
Para não desagradar
A quem nos tem Visitado.

Você que esta ouvindo
E quer nos visitar
Estamos dando o ENDEREÇO
Basta se interessar.

Do turismo eu falei
E não quero repetir
Quando fizermos outro cordel
Nós vamos nos GARANTIR.

Mas também vem uns turistas
Que só querem bagunçar
Mas estão na praia errada
Só precisamos ALERTAR.

Na Prainha do Canto Verde
Tem muito o que APRECIAR
Tem as dunas e o mar lindo
E o por do sol para olhar.

O turista tem direito
De apreciar as belezas
Tem muita coisa bonita
Que são as nossas RIQUEZAS.

Quando se trabalha certo
Tudo é recompensado
Com a força de todo POVO
Nada será atrasado.

Da feira de turismo em BERLIM
Não podemos esquecer
Do prêmio que ganhamos
E o mundo pôde nos conhecer.

Ganhamos este prêmio
De melhor projeto apresentado
Foi em noventa e nove
Tivemos nosso lugar
HONRADO.

Criou-se uma COOPERATIVA
Para melhor trabalhar
Ajudando uns aos outros
Para o turismo melhorar.

Existe uma DIRETORIA
Para melhor organizar
Quando há algum problema
Eles tentam consertar.

Em nossa cooperativa
Há muita regra a cumprir
Uma é da Associação ser SÓCIO
Quem entrar tem que seguir.

Uma outra é o CADASTRO
Que é cobrado anualmente
E o desconto da porcentagem
No serviço posteriormente.

Tem vários GRUPOS de serviços
Que faz gosto então falar
São pessoas preparadas
Que esperam o turista chegar.

JOVENS GUIAS é um deles
Todos prontos para agir
Os turistas até gostam
Do que eles tem a servir.

RESUMO

Segundo a nova ordem mundial na busca da sustentabilidade econômica, ambiental e sócio-cultural, o turismo passa a exigir a incorporação de uma nova forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação. No entanto, as questões sobre o processo participativo constituem “desafio-problema” para o desenvolvimento local sob a ótica das comunidades receptoras. No entanto, o desenvolvimento de projetos turísticos de base comunitária é ainda incipiente. Por esse motivo, o presente trabalho apresenta como sujeito principal o “nativo mudo” conforme designação de Krippendorff (1989) e busca discutir a participação dos atores sociais no desenvolvimento e execução de projetos turísticos. Com essa perspectiva, o trabalho relata, a experiência vivida na Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE). O Estudo de Caso foi selecionado em função do diferencial desse projeto, com forte componente de participação comunitária no Brasil. A existência de um projeto, considerado de sucesso pela presença de forte componente participativo, como o da Prainha do Canto Verde, levanta algumas questões norteadoras: *-É efetivo o processo participativo na Prainha do Canto Verde? -Por que este projeto incorpora um forte componente de participação, em seu desenvolvimento, implementação, execução e gestão comparativamente aos modelos tradicionais, centralizados e autoritários? -Se a participação é uma realidade, que tipo de participação é assegurado aos atores locais? -O que torna essa iniciativa um referencial de sucesso em turismo de base comunitária?* A investigação das práticas participativas bem sucedidas de projetos turismo de base comunitária, pode, portanto, contribuir para delinear um conjunto de lições aprendidas que possibilitem: a concepção de um novo modelo de planejamento turístico; a percepção do turismo como ferramenta de inclusão social e melhoria da qualidade de vida; o desenvolvimento, aprimoramento e adequação de políticas públicas que possam desenvolver ações que busquem a sustentabilidade dos destinos turísticos.

PALAVRAS-CHAVE: participação, turismo de base comunitária, nativo mudo, capital social, desenvolvimento local

ABSTRACT

According to a new world order of economical, environmental and socio-cultural sustainability, the tourism starts to require the incorporation of a new form of thought the democratization of opportunities and benefits and the configuration of a new model of implementation of projects centralized in partnership, co-responsability and participation. Nevertheless, the issues about participative process constitute a “challenge issue” for the local development under the receptive community’s point of view. On account of that, the current work presents as main subject the “native voiceless”, according to Krippendorff (1989) and seeks discuss the participation of social actors in tourist projects development and performance. By this perspective, the study narrates the experience lived in Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE). The Case study was selected on account of this project differential that has a strong component of community participation in Brazil. The existence of a project, that is considered successful for the strong presence of participative component as the one of Prainha do Canto Verde, raises some issues: *Is the participation of social actors effective in the Prainha do Canto Verde? If the participation is a reality, what kind of participation is assured to local actors? Why does this project incorporate a strong participation component in its development, implementation, execution and administration comparably to traditional, centralized and authoritarian models? What does make this initiative a successful referential in community-based tourism?* Investigation of community-based tourism projects well succeeded participatory practices can, hence contribute to outline a group of lessons learned that enable: the conception of a new model of tourism planning, the perception of tourism as a social inclusion and quality of life improvement and, the development, improvement and suitability of public policy that can develop actions that seek the sustainability of tourism destinations.

KEY WORDS: participation, community-based tourism, native voiceless, social capital, local development

LISTA DE SIGLAS

ABAV	- Associação Brasileira de Agências de Viagens
ABONG	- Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ABRINQ	- Associação Brasileira dos Fabricantes de Brinquedos
CDPDH	- Centro de Defesa e promoção dos Direitos Humanos
CE	- Ceará
CEB's	- Comunidades Eclesiais de Base
CEFET	- Escola Técnica Federal
CNPT – IBAMA	- Conselho Nacional de Populações Tradicionais – IBAMA
COOPECANTUR	- Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde
EMATER – CE	- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará
EMBRATUR	- Instituto Brasileiro de Turismo
FMI	- Fundo Monetário Internacional
FUNGETUR	- Fundo Geral do Turismo do Governo Federal
IBAMA	- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Renováveis
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IEB	- Instituto de Ecoturismo do Brasil
IPLANCE	- Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará
IUCN	- The World Conservation Union
MET	- Ministério do Esporte e Turismo
MG	- Minas Gerais
MOBRAL	- Movimento Brasileiro de Alfabetização
NEA / IBAMA	- Núcleo de Educação Ambiental / IBAMA
NETUR	- Núcleo de Estudos Sobre Turismo
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMT	- Organização Mundial do Turismo
ONG	- Organizações Não Governamentais
PNMT	- Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNUD	- Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
PNUMA	- Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PRODETUR – CE	- Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Ceará
PRODETURIS	- Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral do Ceará
RESP	- Recursos Especial (STJ – Supremo Tribunal de Justiça)
SEBRAE	- Serviço de Apoio às micros e pequenas Empresas
SEMACE	- Superintendência Estadual do Meio Ambiente - CE
SENAC	- Serviço nacional de Aprendizagem Comercial
SESC	- Serviço Social do Comércio
SETUR – CE	- Secretaria do Turismo do Estado do Ceará

LISTA DE TABELAS

Nº	Descrição	Página
1	O turismo e sua participação no <i>ranking</i> de exportação	15
2	Síntese sobre o Turismo no Brasil – Dados 2000	15
3	Bipolaridade das relações globais–locais do turismo	16
4	Municípios do litoral cearense mais visitados	72

LISTA DE QUADROS

Nº	Descrição	Página
1	Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2004)	76

LISTA DE FIGURAS

Nº	Descrição	Página
1	Modelo de Desenvolvimento Humano Sustentável de acordo com PNUD (1995)	18
2	Graus de Controle dos membros de um grupo sobre as decisões tomadas (1994)	32
3	Momento de confraternização e descontração	60
4	Pesca na lagoa com mulheres e crianças da comunidade	60
5	Mapa de localização da Prainha do Canto Verde no Brasil e no Estado do Ceará	65
6	Mapa de localização da Prainha do Canto Verde no Litoral do Ceará	66
7	Morro Branco	73
8	Falésias – Morro Branco	73
9	Prainha do Canto Verde	74
10	Paisagem - Prainha do Canto Verde	74
11	Lagoa do Jardim	74
12	Nossas famílias moram aqui há 140 anos.	75
13	Imobiliária Henrique Jorge	75
14	Derrubada da cerca das áreas de vazantes	80
15	A terra é nossa e não abrimos mão dela.	81
16	Viagem de Protesto S.O.S. Sobrevivência	82
17	Casa	84
18	Crianças – pequenos pescadores	85
19	A pesca	86
20	Artesãos	88
21	Estrada e energia elétrica	92
22	Estrada e dunas	92
23	Posto de Saúde e Casa de Parto	94
24	Centro Comunitário	94
25	Escola Bom Jesus dos Navegantes	95
26	Cabeleireiro	95
27	Entrepasto de Pesca	96
28	Estrutura politico-organizacional da Prainha do Canto Verde	97
29	Reunião informal dos pescadores	100
30	Ajude-nos a preservar a terra para nossos filhos.	101
31	Parajuru	106
32	Praia das Fontes – Empreendimento Hoteleiro	106
33	Seminário Eco-Turismo Comunitário	109
34	Participantes do Seminário de Planejamento Estratégico	111
35	Dinâmica de grupo	112
36	Resultado de discussão de grupo de trabalho	112
37	Casa para aluguel – Vila Maresia	114
38	Barraca de Praia	114
39	Loja de Artesanato	115

40	Treinamento SEBRAE	115
41	Aula Externa SEBRAE	115
42	Assembléia Geral COOPECANTUR, julho 2003	117
43	Fluxo Turístico: 1999-2001	118
44	Cooperação	135
45	Jogo de Futebol	135
46	Tranqüilidade	135
47	Família	143
48	Vende-se casa.	145

LISTA DE ANEXOS

Nº	Descrição
1	Roteiros de Entrevistas utilizados na Fase I da Pesquisa de Campo
2	Lista de Documentos Coletados (Fase I e Fase II da Pesquisa de Campo)
3	Roteiros de Entrevista utilizados na Fase II da Pesquisa de Campo
4	Croqui: Uma visão geral da infra-estrutura da Prainha do Canto Verde

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Turismo no mundo contemporâneo, visões globais-locais e as premissas da participação	11
1.1. O Fenômeno Turístico no Mundo Contemporâneo	11
1.2. A visão global-local	16
1.3. O desafio da participação como garantia ética de sustentabilidade em turismo	20
2. Participação, foco ético para o processo de tomada de decisão	25
2.1. Conceitos e premissas fundamentais	25
2.2. Níveis e abrangência do processo participativo	31
3. O <i>Nativo Mudo</i>: refletindo sobre a participação comunitária em projetos turísticos	36
3.1. O <i>nativo mudo</i> , sujeito principal da pesquisa	36
3.2. Obstáculos à participação comunitária e vantagens comparativas	39
3.3. O <i>nativo mudo</i> como agente fundamental de participação social e desenvolvimento local	45
4. Abordagem Metodológica	50
4.1. Fases da Pesquisa	53
4.1.1. Pesquisa documental e bibliográfica	53
4.1.2. Elaboração e calibração do roteiro de entrevista	53
4.1.3. Pesquisa de Campo	54
4.1.3.1. Diagnóstico preliminar de campo	54
4.1.3.2. Segunda fase da Pesquisa de Campo	58

5. Estudo de Caso: Prainha do Canto Verde	64
5.1. Aspectos Descritivos e Contexto	64
5.1.1. Localização e Contexto no desenvolvimento turístico do Estado do Ceará	64
5.1.2. O Local herdado: processo histórico-cultural	75
5.1.3. Aspectos sócio-econômicos e de infra-estrutura	84
5.1.4. Estrutura político-organizacional: contexto e processo	96
5.1.5. O Turismo	1045
5.1.5.1. Concepção e Histórico	105
5.1.5.2. Infra-estrutura e Serviços Turísticos	113
5.1.5.3. A Gestão Turística	116
5.1.5.4. Fluxo Turístico: movimentação e recursos	118
6. A “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?	123
6.1. Os diferentes olhares	124
6.1.1. O Olhar da Comunidade (do nativo mundo) sobre o Turismo	124
6.1.2. O Olhar do Turista sobre a Prainha do Canto Verde	134
6.1.3. O Olhar da Organização não Governamental sobre a Prainha do Canto Verde	142
6.1.4. O Olhar do Poder Público sobre a Prainha do Canto Verde	146
6.1.5. Os Quatro Olhares	150
6.2. Participação: realidade ou ficção?	151
6.3. Quais as razões da efetiva participação na Prainha?	162

Considerações Finais	165
Bibliografia	171
Anexos	182

Introdução

A presente dissertação – *Turismo e Participação Comunitária: Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?*¹ - é o resultado de uma série de reflexões, sobre o processo de desenvolvimento do turismo em território nacional. O título da presente pesquisa resume a motivação e a razão de me fazer escolher um objeto de investigação localizado a cerca de 2800 Km de minha residência, o Rio de Janeiro.

Esta pesquisa se inicia pela avaliação da evolução e dos modelos de desenvolvimento turístico no Brasil e no mundo, a partir da qual fica evidente a necessidade da efetiva participação dos atores sociais em todas as fases do processo de desenvolvimento turístico, desde a concepção até a execução e gestão.

A avaliação do fenômeno turístico, orientada pelo olhar psicossocial², na busca da construção de sociedades mais justas e participativas e por meio do fomento de atividades econômicas que promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa e sustentável, fez com que esta pesquisa tivesse como foco principal um ator fundamental no processo de desenvolvimento turístico: *a comunidade receptora do destino turístico*.

Por esta razão, a presente pesquisa parte do olhar da comunidade, inserida na designação de “nativo mudo” por Krippendorff (1989), ou aquele que é pouco

¹ A frase, *Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou*, foi criada por um companheiro de viagem em minha primeira fase de pesquisa de campo, Ireleno Porto Benevides, em analogia aos exemplos de desenvolvimento turístico apresentado por Canoa Quebrada e Praia das Fontes. Ireleno é poeta, autor de vários artigos sobre turismo e do livro: *Turismo e Prodetur: dimensões e olhares em parceria*. Fortaleza: EUFC, 1998.

² Através do olhar psicossocial, o indivíduo não é visto apenas como ator social, dotado de liberdade de ação face a um contexto social que o precede e que lhe designa um lugar. O indivíduo é membro de uma cultura, mas também sujeito psíquico, dotado de pulsões, de afetos, defesas, projeções, identificações e desejos, constituintes do social. (NASCIUTTI, J.C.T. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia, in: *Documenta / Universidade Federal do Rio de Janeiro*, n. 7. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.)

ouvido, negligenciado, excluído da tomada de decisões dos projetos turísticos.

Tendo como ponto de partida o “nativo mudo”, a análise, realizada sobre o fenômeno turístico no mundo contemporâneo, leva a algumas considerações não muito “confortáveis” sobre o papel e a atuação desse segmento econômico. O turismo, referido por muitos autores como uma “indústria”, é um fenômeno que tem seu crescimento coordenado e orientado pelo mercado e pelos interesses dos grandes capitais nacionais e internacionais, sem considerar, de maneira apropriada, os demais atores envolvidos no processo (BARRETO, 2000). Embora seja evidente o crescimento do fenômeno turístico internacional, é importante investigar se o processo de internacionalização da economia mundial, ao viabilizar a expansão do turismo a que se assiste nos tempos atuais, não acaba também provocando algumas conseqüências indesejáveis para comunidades receptoras dos países menos favorecidos (PRAXEDES, 2001), pois o turismo tem sido apresentado, muitas vezes, como uma alternativa de desenvolvimento social e econômico para muitas localidades e países emergentes.

A realidade contemporânea, no entanto, mostra que o modelo de desenvolvimento econômico vigente não pode mais ser mantido, pois as diversas estratégias econômicas em curso estão associadas a um sistema político-operacional que rapidamente destrói dois processos importantes para a vida humana: o processo de manutenção de recursos naturais e o desenvolvimento das comunidades locais. Em todo o mundo há inúmeras evidências de que as diversas atividades econômicas têm ação destrutiva em áreas cada vez maiores, afetando de forma significativa a qualidade de vida das comunidades locais. Na atividade turística, este contexto não é diferente. Em diversos empreendimentos turísticos, a cultura local tem sido elemento muitas vezes negligenciado; a apropriação de terras para a criação de parques e outras unidades de

conservação, assim como a escolha de locais para a instalação de grandes complexos hoteleiros está freqüentemente associada a riscos e injustiças sociais (EMBRATUR/IEB, 2001.). Essa análise leva à conclusão de que, em geral, as comunidades receptoras não usufruem do crescimento do turismo mundial, visto que poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local (IRVING, 2000).

Pela necessidade de se pensar o desenvolvimento de um segmento da economia global, comprometido com as questões sociais e ambientais e, baseado em princípios éticos, o turismo deve partir da premissa que nem a conservação dos recursos naturais, nem os lucros empresariais devem desrespeitar as populações locais ou impedir o seu acesso aos benefícios gerados pelo seu desenvolvimento. Pode-se considerar, desta forma, que estratégias de planejamento turístico que neguem direitos e possibilidades às comunidades receptoras são destrutivas e ilegais (EMBRATUR/IEB, *op. cit.*). No entanto, são inúmeros os impactos negativos provocados pelo turismo. Preocupado com os princípios éticos da prática turística, Krippendorf (*op. cit.*, p. 90) alerta que:

A promoção do turismo é vital para a aldeia e para a região e chega a ser de interesse nacional. Mas ninguém fala das eventuais repercussões negativas, apenas de rendimentos, de trabalho e de melhor qualidade de vida. E quando o turismo tiver invadido a região e os viajados³ tiverem tomado conhecimento da verdade, às suas próprias custas, a euforia inicial dará lugar à desilusão e à visão realista das coisas. Mas, então, talvez seja tarde demais, porque os nativos terão perdido o controle do próprio destino.

Este modelo vigente é um dos principais obstáculos para a promoção da participação efetiva dos atores sociais em projetos de turismo. Mas, segundo uma nova

³ Segundo Krippendorf, os viajados são as populações dos países ou regiões que acolhem os turistas, ou seja, que vivem no destino turístico.

ordem mundial de desenvolvimento em busca da sustentabilidade econômica, ambiental, sócio-cultural, o turismo passa a exigir a incorporação de uma outra forma de pensar a democratização de oportunidades e benefícios e a configuração de um novo modelo de implementação de projetos, centrados em parceria, co-responsabilidade e participação (IRVING, 2002a). Esta nova ordem inclui, constantemente em suas discussões, as questões sobre participação comunitária em projetos turísticos, pois segundo Clark e Banford (*apud* WEARING & NEIL, 2002, p.132): “Não há razão pela qual os países ou comunidades não devam decidir que tipo de turismo estão dispostos aceitar e pela qual não imponha limites o grau de mudança que estão dispostos a tolerar (...)”

A análise sobre as questões levantadas incentiva a busca de uma nova forma de desenvolvimento da prática turística. Qual seria, então, o modelo ideal para que o turismo se torne instrumento para a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar da população receptora?

Uma possível alternativa poderia estar centrada na promoção do turismo de base comunitária, que segundo WWF-Internacional (2001, p. 2) pode assim ser apresentado:

Turismo comunitário ou de base comunitária pode ser definido como aquele onde as sociedades locais possuem controle efetivo sobre seu desenvolvimento e gestão. E por meio do envolvimento participativo desde o início, projetos de turismo devem proporcionar a maior parte de seus benefícios para as comunidades locais⁴.

A compreensão da dinâmica de construção de estratégias de turismo de base comunitária representa um desafio sem precedentes no Brasil na atualidade. A partir

⁴ Tradução nossa.

desse enfoque e da constatação de que a limitada participação dos atores sociais em projetos de turismo representa um dos principais obstáculos a estas iniciativas, a presente dissertação tem como objetivo discutir a participação dos atores sociais no desenvolvimento, implementação, execução e gestão de iniciativas de desenvolvimento turístico, consideradas bem sucedidas, assim como contribuir para a interpretação dessa dinâmica no contexto da Prainha do Canto Verde. A partir do caso da Prainha do Canto Verde (Beberibe, Ceará - Brasil), o presente trabalho se inspira em algumas questões norteadoras:

- Existe realmente uma iniciativa de turismo de base comunitária na Prainha do Canto Verde?
- Por que esta iniciativa apresenta forte componente de participação, em seu desenvolvimento, implementação, execução e gestão, comparativamente aos modelos tradicionais, centralizados e autoritários?
- Se a participação é uma realidade, que nível de participação é assegurado aos atores sociais locais?

Para atender ao objetivo da pesquisa, o trabalho relata a experiência vivida na Prainha do Canto Verde – Beberibe (CE) embasada em referenciais bibliográficos e documentais. O Estudo de Caso foi selecionado em função do diferencial dessa iniciativa turística, com evidências de forte componente de participação comunitária.

A Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe e situada à 126 km de Fortaleza, no litoral leste do Ceará, tem sido divulgada internacionalmente como um caso de sucesso em desenvolvimento turístico, e de maneira distinta às demais iniciativas em curso no Brasil, apresenta características e componentes que levaram os atores sociais a enfrentar os desafios do processo participativo e transformá-

los em realidade.

O Projeto *Turismo Socialmente Responsável: Eco-Turismo Comunitário*⁵ da *Prainha do Canto Verde* é mencionado como referência em dois documentos de alcance mundial. O Guia de Turismo Comunitário⁶, criado pela ONG Britânica “*Tourism Concerns*”⁷, dedicado a estimular o desenvolvimento do turismo socialmente responsável, divulgou em sua edição de 2000, 180 destinos em 41 países. Entre esses destinos, dois projetos nacionais são indicados como referência: Prainha do Canto Verde (CE) e Silves (AM) (SARAIVA & LIMA, 2001; TOURISM CONCERN, 2000).

Em 2000, o projeto Prainha do Canto Verde (CE) recebeu o prêmio TO DO 99, concedido a projetos socialmente responsáveis, organizado pela ONG alemã *Studienkreis fur Tourismus um Entwicklung*⁸. É importante destacar que uma das condições impostas para a participação no referido concurso é que apenas estejam habilitados a concorrer projetos cujo planejamento e execução assegurem o envolvimento dos diferentes grupos de interesses e exigências da comunidade local por meio da participação (STUDIENKREIS FUR TOURISMUS UM ENTWICKLUNG, 2002).

A história de resistência e luta desta comunidade se constrói no litoral cearense, caracterizado por grande potencial turístico, pelos recursos naturais e beleza cênica. O

⁵O projeto turístico da Prainha do Canto Verde será citado durante pesquisa apenas como Projeto *Turismo Socialmente Responsável*

⁶É um guia para projetos turísticos de base comunitária que oferece aos viajantes centenas de destinos que promovem o “turismo responsável”.

⁷*Tourism Concern* é uma organização que luta pela ética do mercado turístico. Trabalha com as comunidades dos destinos turísticos com o objetivo de reduzir os problemas ambientais e sociais relacionados com a atividade.

⁸*Institute for Tourism and Development* (Instituto de Turismo e Desenvolvimento): organização não governamental envolvida em debates públicos sobre turismo, oferece treinamentos e seminários para pessoas empregadas no turismo, organiza concursos internacionais, e realiza pesquisa e consultoria na área.

histórico de crescimento e desenvolvimento da região costeira e litorânea⁹ brasileira, incluído o Estado do Ceará, se efetiva pela rápida inserção e ocupação da zona costeira por diversos agentes econômicos, a partir de um processo de caráter eminentemente político, tendo como consequência a ocupação desordenada do espaço, sem a participação das populações locais (DIEGUES, 2001). Este tipo de desenvolvimento leva a muitos conflitos, principalmente aos conflitos associados à posse e uso da terra. Por essa razão, ao delinear as premissas principais do Código de Ética Mundial do Turismo, a OMT (1999) solicita atenção especial e prioritária para o desenvolvimento do turismo nas áreas costeiras, rurais, serranas, etc, pelos resultados não tão éticos decorrentes da prática turística nestas áreas.

Neste cenário, investigar a participação comunitária no processo de desenvolvimento turístico da Prainha do Canto Verde exige analisar o papel da herança cultural e a importância dos fatores que influenciaram a história desta comunidade, ou seja, compreender como o “local herdado” age sobre a realidade presente, como esta se transformou e se transforma (BOURDIN, 2001). O “local herdado”, segundo Castels (1997, *apud* BOURDIN, p. 43) pode ser compreendido como aquele composto por comunidades locais, construídas na ação coletiva e preservadas pela memória coletiva, que são fontes específicas de identidade. Mas o autor destaca que “(...) essas identidades, na maior parte dos casos, são reações de defesa contra a imposição da desordem global, da mudança rápida e inevitável. Elas constroem refúgios e não paraísos.”

⁹ A zona costeira é uma faixa de interação entre o mar e a terra composta por em três regiões: litorânea, costeira e oceânica. A região **litorânea** é integrada por ecossistemas onde ocorrem os maiores impactos ambientais: bacias hidrográficas, matas costeiras, restingas, dunas, estuários, manguezais, praias, costões rochosos, laguna, baías. A região **costeira** é composta pelo ambiente marinho que se situa entre a linha da costa e a plataforma continental (DIEGUES, *op. cit.*)

O “local herdado” se constitui, também, de uma comunidade que apresenta uma forma de vida social praticada através de uma relação entre o homem, o lugar e o sagrado, traduzida por Buber (2001, p. 52-53) como uma “comunidade de amor” aquela que:

deve florescer quando pessoas se agrupam pela manifestação de um livre sentimento e resolvem viver juntas. Mas isso não é assim; a verdadeira comunidade não nasce do fato de que as pessoas têm sentimentos uma para com as outras (embora, ela não possa, na verdade, nascer sem isso), ela nasce de duas coisas: de estarem todos em relação viva e mútua com um centro vivo e de estarem unidos uns aos outros em uma relação viva e recíproca.

Assim, a comunidade da Prainha do Canto Verde, que tem como “centro vivo” a luta pela posse da terra e o desenvolvimento do turismo como forma efetiva de melhoria da qualidade de vida da população local, inspira e constitui o Estudo de Caso.

Irving (2002a) relata que não é difícil encontrar evidências de que a realização de projetos de turismo de base comunitária, com a incorporação e participação efetiva do ator social como o da Prainha do Canto Verde, ainda constitui um desafio para muitos e uma realidade para “poucos”. A realidade do turismo de base comunitária para estes “poucos” também se constitui em um desafio, pois a cultura paternalista e assistencialista historicamente dominante no país é responsável por uma inércia crônica dos grupos minoritários e por uma estratégia político-administrativa centralizada. Tendo como referência sua experiência profissional, Irving, Rodrigues e Filho (2002, p.94), afirmam que:

a construção de estratégias de turismo com base comunitária tem sido um desafio de universidades, instituições governamentais, organizações não governamentais e demais setores da sociedade, uma vez que os modelos tradicionais de desenvolvimento turístico têm sido frequentemente associados à descaracterização da cultura local, exclusão social e econômica das populações residentes e geração de impactos negativos com relação à base de recursos naturais.

Este desafio parece estar sendo enfrentado pela sociedade civil, cansada de esperar do Estado providências capazes de gerar equidade e justiça social.

O processo participativo constitui, portanto, um “desafio-problema” para o desenvolvimento local. Assim, a investigação das práticas bem sucedidas de projetos turísticos de base comunitária, por meio da análise da dinâmica da participação, poderá contribuir para o delineamento de um conjunto de lições aprendidas que possibilite: a concepção de um novo modelo de planejamento turístico, a percepção do turismo como ferramenta de inclusão social e melhoria da qualidade de vida das comunidades receptoras do destino turístico e, o desenvolvimento e aprimoramento de políticas públicas.

A investigação do processo de participação do *Projeto Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde* é investigado tendo como ponto de partida a construção do referencial teórico apresentado nos capítulos 1, 2 e 3. A “viagem” tem seqüência com a apresentação da abordagem metodológica da pesquisa, do Estudo de Caso e dos resultados finais descritos e discutidos nos capítulos 4, 5 e 6 respectivamente.

A “viagem” até a Prainha do Canto Verde (Beberibe – CE) tem início no capítulo 1, através da reflexão sobre a atuação do fenômeno turístico no mundo contemporâneo, da compreensão de suas relações globais-locais e da apresentação da **participação** como premissa básica de desenvolvimento e garantia ética de sustentabilidade em turismo.

No capítulo 2, inicia-se uma “viagem” pelo mundo conceitual da **participação**, de seu processo histórico, premissas fundamentais e de suas práticas.

Em seguida, no capítulo 3, a ‘viagem’ busca o “**nativo mudo**”, sujeito principal da pesquisa, e visa refletir sobre a participação deste ator em projetos de desenvolvimento, os obstáculos e benefícios oferecidos pelos modelos vigentes e seu papel como agente fundamental de **desenvolvimento local**.

O capítulo 4 apresenta a abordagem metodológica utilizada na presente dissertação. A metodologia escolhida se baseou, além da pesquisa bibliográfica e documental, na observação participante e na entrevista semi-estruturada, definidas como as mais adequadas para atender ao problema a ser investigado.

Partindo dos capítulos dos referências teóricos e metodológicos, a “viagem” chega à Prainha do Canto Verde. O capítulo 5 apresenta o Estudo de Caso, partindo de uma visão geral do modelo de desenvolvimento do turismo no Estado do Ceará. Para conhecer e entender a Prainha do Canto Verde são apresentados os aspectos físico-espaciais da localidade, sua construção histórica, o perfil sócio-econômico, a estrutura político-organizacional da comunidade e o projeto *Turismo Socialmente Responsável*.

Os resultados da pesquisa são descritos no capítulo 6, que busca responder: ‘*Afinal, a Prainha do Canto Verde é a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?*’ Esse capítulo é um produto que surge da análise conjunta dos resultados das três fases da pesquisa: pesquisa documental e bibliográfica, diagnóstico preliminar de campo e segunda fase da pesquisa de campo.

Para finalizar essa “viagem”, tão simples e tão complexa, são apresentadas e discutidas as conclusões de um roteiro rico e estimulante.

1. Turismo no mundo contemporâneo, visões globais-locais e as premissas da participação

1.1. O Fenômeno Turístico no Mundo Contemporâneo

A viagem para investigação da participação comunitária no Projeto *Turismo Socialmente Responsável* da Prainha do Canto Verde, Beberibe – CE tem como ponto de partida a reflexão sobre o fenômeno turístico no mundo contemporâneo e globalizado.

O turismo é, atualmente, considerado um fenômeno de elevado índice de crescimento no contexto econômico mundial (LUCHIARI, 2000). Segundo Lickorish e Jenkins (2000), conforme dados do *World Travel Tourism Council* – WTTC, o turismo movimenta direta e indiretamente mais de três trilhões de dólares, o que representou aproximadamente 11% do Produto Interno Bruto - PIB mundial em 1999. Desde 1950, a atividade turística cresceu 7,2% ao ano, passando de 25 milhões para 476 milhões de chegada em 1992. Outros dados do WTTC apresentam o turismo como responsável pela geração de 194,5 milhões de empregos diretos e indiretos, número que deverá aumentar para 247,2 milhões até 2013. Segundo o Fundo Monetário Internacional – FMI - o impacto econômico da atividade turística tende a crescer 3,6% em 2003 (ABAV¹⁰, 2003). O turismo se apresenta, então, como uma das mais importantes atividades econômicas mundiais. Nos últimos anos, este segmento econômico superou a indústria bélica em volume de capital transacionado e está muito próximo de atingir valores iguais ou superiores aos gerados pela indústria petrolífera, a primeira do *ranking*

¹⁰ ABAV – Associação Brasileira de Agência de Viagens

mundial. A força desse fenômeno é apresentada por Trigo (1998), quando revela que o turismo se tornou uma das forças transformadoras do mundo pós-industrial. Juntamente com as novas tecnologias, o turismo tem ajudado a redesenhar as estruturas mundiais, influenciando a globalização e os novos blocos econômicos.

Em contraste com as taxas de desenvolvimento do turismo no mundo, de acordo com o Relatório de Desenvolvimento Humano (PNUD, 2002), em 1999, 2,8 milhões de pessoas viviam com menos de dois dólares por dia, 1,2 milhão das quais mal sobreviviam às margens de subsistência, com menos de um dólar por dia. Assim, o crescimento do turismo no mundo contemporâneo se deu paralelamente ao crescimento da pobreza e enorme concentração da renda mundial. Este contraste é validado por Kripendorf (2002), no texto “Cartão Vermelho para o Turismo?”, que mostra que, no mercado turístico globalizado, as maiores vítimas são as populações em desvantagem das áreas impactadas pelo turismo: mulheres, crianças, minorias étnicas e povos indígenas.

Irving (2002a, p. 19) reforça a mesma reflexão e aponta que o turismo tem-se implantado com grande velocidade, principalmente em regiões menos favorecidas sob a ótica sócio-econômica, mas com grande potencial, privilegiadas com relação ao seu patrimônio cultural e ambiental e, destaca que “(...) O avanço turístico, no entanto, nem sempre ocorre a favor das populações locais e, freqüentemente, é responsável por fenômenos significativos de exclusão social, descaracterização cultural e degradação ambiental.”

Este cenário leva Guattari (2001, p.12) a apontar um paradoxo do mundo contemporâneo:

(...) de um lado, o desenvolvimento contínuo de novos meios tecnocientíficos potencialmente capazes de resolver as problemáticas ecológicas dominantes e determinar o reequilíbrio das atividades socialmente úteis sobre a superfície do planeta, de outro lado, a incapacidade das forças sociais organizadas e das formações subjetivas constituídas de se apropriar desses meios para torná-los operativos.

O antagonismo entre o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento das comunidades receptoras tem fomentado discussões sobre o efeito multiplicador do turismo. Sabe-se que, nos países subdesenvolvidos, a evasão de impostos chega a 50% e muitas isenções são concedidas a empresas multinacionais, a fim de que se instalem em determinados locais. Portanto, os recursos financeiros captados através do turismo ficam, em sua maior parte, nas mãos de alguns empreendedores e prestadores de serviços, sem que sejam distribuídos equitativamente pela sociedade e, deixando muito pouco, para os cofres públicos (BARRETO, *op. cit.*). Estes resultados, segundo Mendonça (1999, p.19) “(...) se contrapõem aos entusiastas do turismo que estão fascinados com a idéia de que a atividade movimenta no mundo 3,4 trilhões de dólares por ano, empregando cerca de 212 milhões de pessoas.”

Este modelo de desenvolvimento é questionado, também, por Grinover (*apud* EMBRATUR/IEB, *op. cit.*, p.13) no texto a seguir:

O final do sec. XX pode ser caracterizado pelo esgotamento de um estilo de desenvolvimento que se mostrou ecologicamente predatório, socialmente perverso e politicamente injusto. Vivemos em uma crise multifacetada: ecológica, pelo esgotamento progressivo dos recursos naturais; ambiental, pela redução da capacidade de recuperação dos ecossistemas; político-institucional, diretamente relacionada com os sistemas de poder para a apropriação, a distribuição e o uso dos recursos da sociedade.

A reflexão sobre a economia contemporânea feita por Krippendorff (1989, p.31), em seu livro “Sociologia do Turismo”, não difere das análises realizadas sobre o cenário acima apresentado no mundo, dito globalizado. Segundo o autor:

A economia reina, soberana, em nossa civilização. Ela é ao mesmo tempo, a força motora, o fim e o meio. Ela dita a conduta a adotar. A exploração dos recursos naturais, a escala dos valores do homem e a política do Estado cairá sobre seu domínio e a ela estão subordinadas.

No entanto, o turismo, como qualquer outro segmento econômico, deve servir ao homem, conforme explicita o autor (1989, p. 175):

Qualquer evolução, inclusive a do turismo deve inclinar-se para o desenvolvimento do ser humano e não dos bens materiais. A expansão humana deve ser prioridade absoluta. É preciso voltar ao ser humano, às virtudes humanas, às atitudes sociais e à ética frente à vida.

No Brasil, o fenômeno turístico não se apresenta de forma diferente. Os índices do turismo em território nacional indicam que a prática no país não é apenas uma promessa mantida pela potencialidade e diversidade de recursos naturais e histórico-culturais disponíveis. Conforme dados da Organização Mundial do Turismo - OMT e da EMBRATUR – Instituto Brasileiro de Turismo (*apud* WWF-BRASIL, 2001), o crescimento do volume de desembarque em vôos domésticos cresceu 196,5% no período de 1994 a 2000. Neste mesmo período, o volume de desembarque em vôos internacionais cresceu 194%. Assim, o turismo é hoje um dos segmentos econômicos que mais crescem no país. Ocupa atualmente o quarto lugar no *ranking* das exportações (Tabela 1).

Tabela 1: O Turismo e sua Participação no *Ranking* das Exportações (2001)¹¹

COLOCAÇÃO RANKING	SETOR ECONÔMICO	VALOR DAS EXPORTAÇÕES
1º	Material de transportes e componentes	US\$ 9,443 bilhões
2º	Soja	US\$ 5,297 bilhões
3º	Produtos metalúrgicos	US\$ 3,701 bilhões
4º	Turismo	US\$ 3,701 bilhões
5º	Produtos Químicos	US\$ 3,641 bilhões
6º	Minérios metalúrgicos	US\$ 3,129 bilhões
7º	Máquinas e aparelhos mecânicos	US\$ 3,109 bilhões

A receita gerada nos últimos oito anos teve um incremento de 95%, sendo responsável por 6 milhões de empregos diretos em 2000 (MET/EMBRATUR, 2002) (Tabela 2).

Tabela 2: Síntese sobre o Turismo no Brasil - Dados de 2000¹²

ITEM	VALOR
% PIB	Aproximadamente 4% (US\$ 25,8 bilhões)
Renda Gerada	US\$ 25, 8 bilhões
Receitas Com Turismo Interno	US\$ 9,3 bilhões
Impostos Gerados (Diretos E Indiretos)	US\$ 7 bilhões
Ingressos De Divisa	US\$ 4,2 bilhões
Nº Turistas Domésticos	38,2 milhões
Nº Turistas Estrangeiros	5,3 milhões
Empregos Gerados	6 milhões

No entanto, como a realidade brasileira não se difere do contexto mundial, em geral, as comunidades receptoras não têm se beneficiado do crescimento do turismo nacional, pois poucos benefícios são efetivamente comprometidos com o desenvolvimento local (IRVING, 2000).

¹¹ MET/EMBRATUR (2002, p. 16)

¹² *Ibid*, p. 15

1.2. A visão global-local

A visão geral da prática turística no mundo globalizado leva à verificação de sua relação e influência sobre o local, pois é necessário perceber que o turismo é um fenômeno sócio-econômico complexo que se realiza no âmbito local¹³, com papel fundamental de articulação entre o lugar e o mundo, e que envolve uma multiplicidade de abordagens: cultural, política e ambiental da sociedade contemporânea (BARRETO, *op. cit.*). Luchiari (*op. cit.*) ressalta a importância de se analisar o fenômeno do ponto de vista global-local, pois a globalização é uma realidade que está presente nos discursos sobre economia, cultura, senso comum e sobre as práticas sociais.

A articulação do turismo entre o lugar e o mundo é apresentada por Burns (2002) através da análise da bipolaridade nas relações globais-locais, conforme Tabela 3.

Tabela 3: Bipolaridade das relações globais-locais do turismo¹⁴

Foco global	Foco local
Expansão econômica	Desenvolvimento humano sustentável
Turismo como indústria	Turismo como sistema
Turismo como consumismo	Turismo na cultura / cultura no turismo
Globalização	Localização
Centro	Periferia
Modernização	Subdesenvolvimento
<i>visa maximizar a difusão do mercado através da familiaridade do produto; produto homogeneizado e diferenciado, dependente do centro; foco sobre objetivos do turismo definidos por planejadores externos e pela indústria do turismo.</i>	<i>visa ao destino independente e diferenciado com menor dependência do centro; foco sobre objetivos de desenvolvimento definidos pela comunidade; papel das instituições sociais locais.</i>
Individualista	Holístico

¹³ O local segundo Luchiari (*op. cit.*, p.107) “(...) é o resultado de um feixe de relações e soma as particularidades (políticas, econômicas, sociais, culturais, ambientais,...) às demandas do global que o atravessa”.

¹⁴Burns, *op. cit.*, p. 139

O autor apresenta o local com foco sobre os objetivos desenvolvidos pela comunidade segundo um modelo sistêmico, em que o turismo não é visto de forma isolada do ambiente político, natural, econômico ou social. No foco local, destaca-se a questão da diferença, da cultura e da participação comunitária. No foco global, os objetivos são definidos pela “indústria” do turismo. Na qual fica evidente a marginalização de alguns atores fundamentais no processo de tomada de decisão. Esse sistema tem viabilizado a promoção do crescimento econômico sem a promoção do desenvolvimento, do ponto de vista social.

A promessa do turismo como desenvolvimento local é constante. Por esta razão Burns (*op. cit.*) levanta duas questões que considera fundamentais: “O turismo realmente gera desenvolvimento? Gera desenvolvimento para quem?”

Essas questões fomentam a importância de se distinguir e analisar a diferença entre crescimento e desenvolvimento econômico. O desenvolvimento econômico vem sempre acompanhado do crescimento econômico, embora o crescimento não implique, necessariamente, em desenvolvimento (DIAS, 2003). Segundo o Dias (*op. cit.*, p. 67), o desenvolvimento se constitui em um processo de mudanças qualitativas estruturais, que visa a melhoria das condições de vida das populações:

(...) o crescimento econômico tem apenas uma conotação quantitativa, traduzindo-se em expansão global da produção de bens e serviços, sem reflexos sensíveis na distribuição de renda, e não provocando mudanças estruturais qualitativas na economia.

Conforme Adams (1990 *apud* BURNS, *op. cit.*, p.163):

o desenvolvimento deveria ser o que as comunidades fazem a si mesmas. Na prática, entretanto, ele é o que os estados e seus banqueiros e agentes especializados fazem a essas comunidades, em nome da modernidade, integração nacional, crescimento econômico ou mil outros chavões.

A análise de Burns (*op. cit.*) conclui que, apesar da OMT prever que o fluxo turístico duplicará em 2020, a instituição não consegue prever quais serão os impactos resultantes deste aumento de fluxo sobre as relações globais-locais promovido pelo segmento, pois é necessário pensar tanto numa solução para o bem estar da “indústria” do turismo, quanto para o bem-estar das comunidades anfitriãs que suportarão o fardo do aumento do número de turistas. O autor enfatiza ainda que o paradoxo que surge entre as relações globais-locais estabelecidas pela prática turística, que motivam o lucro e dão importância secundária ao desenvolvimento de um conjunto de instituições sociais como as ONGs e organizações em nível comunitário, causará a implosão da sociedade civil.

A análise do papel do turismo no mundo contemporâneo e seu impacto sobre o local, leva a refletir se esta é uma prática meramente econômica, com foco na necessidade de produção, ou se também pode se constituir em um instrumento que contribui para a superação da pobreza e da injustiça social, com foco no bem estar das populações, em consonância com o modelo de Desenvolvimento Humano definido pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas – PNUD (1995), conforme Figura

1¹⁵.

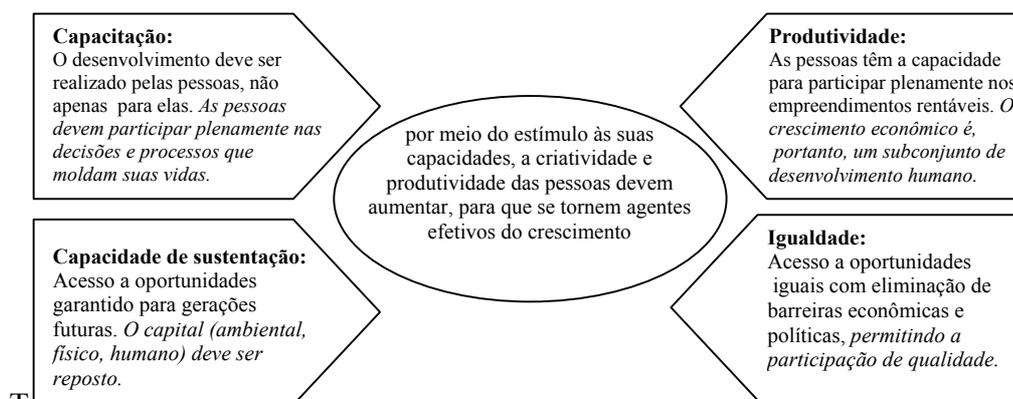


Figura 1: Modelo de Desenvolvimento Humano, de acordo com o PNUD (1995)

¹⁵ Burns, *op. cit.*, p. 171.

endo como referência a figura apresentada, a participação aparece como um dos elementos essenciais para o desenvolvimento humano, pois conforme explicitado “As pessoas devem participar plenamente nas decisões e processos que moldam suas vidas.”¹⁶ Sob o mesmo ponto de vista, Dias (*op. cit.*) coloca que, a partir do momento que o planejamento interfere na vida das pessoas, por se apresentar como instrumento de desenvolvimento orientador para um futuro determinado, este deve ser compartilhado com todos os cidadãos.

Arizipe (1997 *apud* KLIKSBURG, 2003) incorpora outros conceitos que considera essenciais para a política do desenvolvimento: cooperação, confiança, etnicidade, identidade, comunidade e amizade, já que estes são elementos que constituem o tecido social em que se baseiam a política e a economia.

Em continuidade à reflexão sobre os impactos provocados pela atividade turística sobre o local, é importante refletir sobre a valorização do espaço, promovida pelo turismo. Valorização que tem favorecido a reapropriação do espaço pelos setores economicamente privilegiados da sociedade: classes altas e empreendimentos comerciais (BARRETO, *op. cit.*). Esta realidade também é apresentada por Luchiari (*op. cit.*), pois a construção de espaços turísticos favorece a formação de uma nova elite local, a intensificação da especulação imobiliária e uma revalorização seletiva do uso do solo urbano. Por essa razão, Barreto (*op. cit.*) levanta algumas questões: Que impactos têm estas ações sobre a distribuição da população do local visitado? Ocorre o aparecimento de uma maior estratificação econômica? Há classes sociais mais favorecidas que as outras? Quais são os processos de inclusão e

¹⁶ Burns, *op. cit.*

exclusão provocados por este fenômeno? Ou seja, existe a participação efetiva dos atores sociais nos modelos de desenvolvimento propostos?

1.3. O desafio da participação como garantia ética de sustentabilidade em turismo

As reflexões sobre o turismo no mundo contemporâneo e as relações globais-locais associadas, levaram à inserção deste fenômeno nas discussões sobre desenvolvimento sustentável. O conceito de desenvolvimento sustentável, amplamente debatido durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, sediada no Rio de Janeiro em 1992 (RIO 92) e, posteriormente, em Joanesburgo (2002), tem orientado a adoção de práticas sustentáveis, inclusive para o setor turístico. Um desdobramento desse esforço é a Agenda 21, que constitui o principal referencial para governos, iniciativa privada e sociedade civil no que tange ao desenvolvimento em bases sustentáveis. Inserindo-se nos estudos e práticas da sustentabilidade, a OMT – Organização Mundial do Turismo, em 1994, publica a “Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo” e aponta, como uma das áreas de ação estratégica, o incentivo ao envolvimento da participação de todos os setores da sociedade, inclusive das minorias (IRVING, 2002a; WWF BRASIL, *op. cit.*).

Adequando-se à discussão sobre sustentabilidade, a OMT (*op. cit.*) cria também o “Código Mundial de Ética do Turismo”, um marco de referência para o desenvolvimento responsável e sustentável do Turismo Mundial, como forma de minimizar os efeitos negativos do turismo sobre o meio ambiente e o patrimônio

cultural, aumentando, simultaneamente, os benefícios para os residentes nos destinos turísticos.

De acordo com o Código de Ética, os empreendedores do setor de turismo, bem como os turistas, devem observar as condições naturais do ambiente, as tradições culturais e sociais e as práticas de todas as populações nativas, assim como os seus valores. Além desse compromisso, é dever do turismo prover as comunidades de destino com a participação equitativa nos benefícios econômicos, sociais e culturais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da população receptora. Neste contexto, o turismo deve ser conduzido em harmonia com a natureza, com os atributos e tradições dos núcleos turísticos receptores e com respeito às suas leis, práticas e costumes.

Dando seqüência à reflexão sobre turismo e sustentabilidade, em comemoração ao Ano Internacional do Ecoturismo (2002), foi realizada *La Cumbre Mundial del Ecoturismo*, no período de 19 a 22 de maio em Quebec (Canadá), tendo como produto final a “Declaração de Quebec” sobre Ecoturismo, que traça diretrizes norteadoras para fazer da prática do ecoturismo um modelo de referência que contribua para o desenvolvimento do capital humano, físico, econômico e social (OMT, 2002).

A Declaração de Quebec, tendo como base o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente - PNUMA e a Organização Mundial do Turismo, adere ao conceito de turismo sustentável e destaca os seguintes princípios fundamentais: a conservação do patrimônio natural e cultural e a inclusão das comunidades locais no planejamento, desenvolvimento e exploração do turismo.

A reflexão sobre a prática do turismo em áreas protegidas também foi item de discussão e recomendação no “V Congresso Mundial de Parques de la IUCN – Unión

Mundial para la Naturaleza”¹⁷, realizado em Durban (África do Sul) no período de 8 a 17 de setembro de 2003. A Declaração de Durban, apresenta o texto denominado *El turismo como instrumento de conservación y apoyo para las áreas protegidas* que recomenda ações orientadoras da atuação do turismo em Unidades de Conservação e seu entorno como instrumento de conservação e preservação dos valores: ecológicos, culturais, recreativos, econômicos, entre outros. A prática turística deve contribuir para melhoria da qualidade de vida das comunidades, incentivando a manutenção dos costumes e valores tradicionais. (V CONGRESSO MUNDIAL DE PARQUES, 2003)

Partindo da África em direção ao continente latino-americano, em 27 e 28 de outubro de 2003, as comunidades rurais e indígenas da Bolívia, Brasil, Costa Rica, Equador, Guatemala e Perú, se reuniram em São José (Costa Rica), para pensar no turismo rural comunitário como um componente estratégico de seus países ou regiões, capaz de contribuir para a geração de riqueza e emprego, e para o bem estar das comunidades. Este encontro, organizado pela Organização Internacional do Trabalho – OIT, colaborou para apoiar e garantir o exercício do turismo comunitário e reconhecer alguns avanços conquistados nos últimos anos por vários projetos em. *A Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitario* apresenta a participação comunitária e a preservação e conservação do ecossistema como alguns de seus princípios norteadores (REDTURS¹⁸, 2003):

Reafirmamos nuestro derecho de consulta previa y participación bien informada en los procesos de adopción de decisiones relacionados con la planificación, ejecución y evaluación de políticas y programas en materia medioambiental, cultural, económica, y turística, en la medida en que esas decisiones afecten directamente nuestras vidas, instituciones y bienestar espiritual. La consulta debe haberá de

¹⁷ The World Conservation Union - IUCN

¹⁸ REDTURS (Portal de Culturas vivas da América Latina patrocinado pela OIT). REDTURS é uma rede de instituições e comunidades que vem desenvolvendo ações para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável apresentando como foco a preservação identidade cultural e equidade social.

llevarse a cabo a través de nuestras organizaciones representativas, respetando las instancias y los procedimientos apropiados.

Nuestra concepción del desarrollo del turismo se sustenta en los valores de solidaridad, cooperación, respeto a la vida, conservación y aprovechamiento sostenible de los ecosistemas y la diversidad biológica que estos albergan. En consecuencia, estamos contra de todo desarrollo turístico en nuestros territorios que cause perjuicio a nuestros pueblos, su cultura y el medio ambiente.

No Brasil, Seabra (2001) e Irving (2002a), alinhados às discussões contemporâneas sobre turismo, reafirmam que a sustentabilidade da prática turística tem como base os seguintes princípios: a preservação e conservação do patrimônio natural, valorização do patrimônio histórico e cultural e desenvolvimento econômico com equidade social, com a participação efetiva e geração de benefícios para as comunidades dos destinos turísticos, além de uma experiência integral do turista.

Tendo como base os princípios e reflexões apresentadas, infere-se que, de maneira geral, as discussões realizadas no Brasil e no mundo sobre turismo e sustentabilidade assinalam algumas premissas básicas para a prática turística: a conservação dos recursos naturais e culturais, o desenvolvimento sócio-econômico das comunidades receptoras, além da participação dos atores sociais em todas as etapas do processo, o que significa a geração de benefícios para a população local e sua autonomia no processo de decisão (IRVING, 2002a; BRANDON, 1999). Tais afirmações validam a definição de turismo de base comunitária apresentada anteriormente, e que se tornam elementos essenciais para o desenvolvimento do turismo de forma sustentável, que tem a participação como palavra de ordem e um desafio a ser enfrentado.

No entanto, apesar de nos últimos anos muitos projetos terem o envolvimento da

população local no planejamento da atividade turística e em seus desdobramentos, os exemplos de projetos de planejamento e gestão turístico de base comunitária, no Brasil, são incipientes (IRVING, 2002a; SANSOLO, 2002). Esta afirmativa é enfatizada também por Seabra (*op. cit.*) ao comentar sobre a divergência entre o discurso oficial e a realidade nacional, pois o que se observa no Brasil, visto o modelo econômico imposto, esgota os recursos naturais e exclui a maioria da população. Portanto, o turismo é apenas mais um segmento econômico que vem sendo desenvolvido de forma não sustentável em suas relações globais-locais.

2. Participação, foco ético para o processo de tomada de decisão

2.1. Conceitos e premissas fundamentais

A análise do turismo no mundo contemporâneo e as relações global-local associadas estabelecem a participação como premissa básica para o desenvolvimento humano e, como um dos elementos fundamentais para o desenvolvimento do fenômeno turístico sustentável.

Mas afinal, o que é participação? O conceito de participação comunitária no processo de tomada de decisão por parte do setor público não é novo. No Reino Unido, em 1969, houve a publicação do relatório Skeffington sobre “Povo e Planejamento”, que definiu participação como “o ato de compartilhar a formulação de políticas e propostas” (SWARBROOKE, 2000b, p. 66). Neste mesmo ano, foi criada a hierarquia de participação, que classificava em oito formas o mecanismo de participação: manipulação, terapia, informação, consulta, apaziguamento, parceria, delegação de poder, controle do cidadão. Por volta dos anos 70, as dificuldades não giravam em torno da idéia de participação, e sim de como desenvolver mecanismos efetivos de implementação do conceito na prática. A lacuna entre conceito e a prática ainda está presente no campo de envolvimento da política e do planejamento do turismo (SWARBROOKE, *op. cit.*).

No Brasil, segundo Gohn (2003), nos anos 70, o ato de participar era interpretado de uma forma mecanicista, pois se restringia apenas à criação de canais e estruturas que viabilizassem a presença física de representantes da sociedade civil, ou

seja, “Participar era ter gente lá” (GOHN *op. cit.*, p. 52). A participação dos indivíduos nos processos de elaboração de estratégias e de tomada de decisão no país tem início mais evidente na década de 80, em propostas associadas aos movimentos populares, em atuação conjunta com as Comunidades Eclesiais de Base - CEBs¹⁹, movimentos sindicais, algumas categorias profissionais, associações de moradores, etc. O termo recorrente era **participação popular**, que foi definida como “esforços organizados para aumentar o controle sobre os recursos e as instituições que controlavam a vida em sociedade” (GOHN, *op. cit.*, p. 50).

O povo, os excluídos dos círculos de poder dominante, eram os agentes e os atores básicos da “participação popular”. De forma geral, buscava-se o direito de se manifestar, de se organizar livremente e de eleger seus representantes para cargos públicos. Nesse período, destaca-se a constituição de um campo democrático no seio da sociedade civil formada por associações comunitárias; por movimentos populares e sociais, como o de mulheres, negros e ecológicos; por lideranças das novas centrais sindicais; e pelo surgimento de ONGs no cenário político nacional (GOHN, *op. cit.*).

Assim, é iniciada a busca pela recuperação do real papel da política - a busca pelo bem comum de todo o povo. Segundo Boff (1986), isto é realizado pela criação de comunidades, associações de toda a ordem, por tudo aquilo que recria o tecido social e reapresenta o povo como sujeito de seu destino e co-responsável pela construção da sociedade. As Comunidades Eclesiais de Base têm um papel que ultrapassa seus limites

¹⁹ As CEBs significam a atuação da Igreja Católica Apostólica Romana na base do povo, se apresentando neste momento como a Igreja Popular que assimila as características do povo e através da qual ele “pode expressar sua fé no registro próprio de sua cultura, de seus valores e de sua ânsia de libertação para a participação e comunhão na Justiça (BOFF, 1986, p.81). As CEBs representam a expressão religiosa da mobilização popular que, em toda a América Latina, ganhou corpo nos anos 60. A inserção cada vez mais profunda do sistema capitalista no continente trouxe contradições sociais que foram imediatamente sentidas pelas camadas mais populares, marginalizadas dos benefícios advindos do modelo de desenvolvimento. Com o advento dos regimes militares e conseqüente repressão dos canais populares, as CEBs, passam a assumir um papel além do religioso, o de grande importância social (*Ibid.*)

religiosos, elas são muito mais do que um instrumento de evangelização nos meios populares: “Elas significam o modo próprio de ser Igreja no meio do povo (...) (BOFF, *op. cit.*, p. 91) para a promoção de

um cidadão crítico, participante, democrático, agente não de um sistema preestabelecido mas de uma nova esperança social. E estes são os mais humildes de nosso povo, os “novos bárbaros”, que sacodem os fundamentos do império com uma criatividade reveladora de uma sociedade. Eles são os novos sujeitos históricos emergentes, ao lado de todos os outros das bases da sociedade, que organizam e lutam por uma sociedade diferente. (BOFF, *op. cit.*, p. 89)

No final dos anos 80, a denominada “participação popular” cede lugar a duas outras designações: **participação cidadã** e **participação social**. O agente central deixa de ser o povo e passa a ser a sociedade. Surge, então, um novo paradigma norteador sobre o tema para os anos 90 (GOHN, *op. cit.*).

A participação pretendida não é mais a de grupos excluídos por disfunção do sistema (comunidades) nem a de grupos excluídos pela lógica do sistema (povo marginalizado), e sim a do conjunto de indivíduos e grupos sociais, cuja diversidade de interesses e projetos integra a cidadania e disputa com igual legitimidade espaço e atendimento pelo aparelho estatal (CARVALHO, 1995 *apud* GOHN, *op. cit.*, p. 56-57).

No centro da “participação social” surge o conceito de mobilização. A mobilização, a partir deste momento, passa a ser vista não como a aglutinação de pessoas para fins de protestos e manifestações públicas, mas sim como energias a serem canalizadas para um objetivo comum. Neste momento, outra abordagem surge ao refletir-se sobre participação, que contribui para a ressignificação de seu conceito: o ato de pertencer, ou seja, o sentimento de identidade que gera motivação nas pessoas para se envolverem com os ideais da comunidade. Outro aspecto de destaque é a redefinição do conceito de solidariedade e de trabalho voluntário, que deixa de lado os objetivos

meramente filantrópicos, agora articulados em uma nova rede associativa composta por indivíduos ligados por laços sociais que extrapolam as estruturas identitárias baseadas no território (vizinhança), local de trabalho ou outros fundados em laços fortes (GOHN, *op.cit.*).

De acordo com o dicionário “Novo Aurélio do Séc. XXI” (FERREIRA, 1999, p. 1505), a participação parte do conceito de um ato meramente informativo até a ação de “ter ou tomar parte em”. Através da análise do exercício da participação, Bordenave (1994, p. 22) declara que participação é “fazer parte, tomar parte e ter parte”. O autor ainda destaca que a distância entre o conceito e a prática de participação e discute a diferença entre **participação passiva** e **participação ativa**. Esta diferença representaria a distância entre o cidadão inerte e o cidadão engajado, pois a prova de fogo da participação, não é o quanto se toma parte mas como se toma parte.

Ammann (1982 *apud* BORDENAVE, *op.cit.*, p. 25), partindo do ponto de vista macrossocial, através da visão da participação em larga escala, que intervém nas lutas sociais, econômicas e políticas de uma sociedade, define participação social como “(...) o processo mediante o qual as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.” A visão da macroparticipação também é apresentada por Gohn (*op. cit.*). Para a autora, participar significa dividir as responsabilidades na construção coletiva de um processo, que objetiva fortalecer a sociedade civil para a construção de caminhos que apontem para uma nova realidade social, sem injustiças, exclusões, desigualdades, discriminações. A partir deste momento, os atores principais que compõem os processos participativos passam a ser vistos como “sujeitos sociais”. Para Tenório e Rozenberg (1997, p.103) “a participação social e a cidadania referem-se à apropriação pelos

indivíduos do direito de construção da democracia de seu próprio destino, sua concretização passa pela organização coletiva dos participantes.”

Bordenave (*op. cit.*, p. 25) conclui, então, que uma sociedade participativa seria “aquela em que todos os cidadãos têm parte na produção, gerência e usufruto dos bens da sociedade de maneira eqüitativa. Toda a estrutura social e todas as instituições estariam organizadas para tornar possível.”

Como elemento básico para a eficácia do processo participativo, Demo (1991) destaca que não há participação imposta, concedida ou doada, pois, sua legitimidade encontra-se na conscientização de sua importância, da negociação de espaços para seu exercício e do estabelecimento de regras que democraticamente vão delimitar a prática. Sob o mesmo ponto de vista Tenório e Rozenberg (*op. cit.*) afirmam que quando a participação é concedida, dificilmente se verifica um processo de internalização desse direito por parte dos beneficiários. A participação, então, requer consciência sobre os atos e que os envolvidos possuam compreensão sobre o processo que estão vivenciando. Pois para os autores, somente a participação consciente possibilita o reconhecimento das relações de interesse e poder que estão associadas ao processo participativo. Concluindo:

A participação, portanto, deve ser vista como o grande instrumento de acesso à cidadania. Em sua plenitude, a cidadania só se consolida na presença de uma participação entendida como a ação coletiva e exercício consciente, voluntário e conquistado.” (TENÓRIO & ROZENBERG, *op. cit.*, p. 104).

Da mesma forma, Dias (*op. cit.*, p. 113) acredita que a participação tem relação direta com o conceito de cidadania, pois. “Não há direito maior de um indivíduo do que decidir seu próprio destino.”

Tendo a participação como ferramenta de conquista da liberdade e da emancipação, Demo (*op. cit.*, p. 35) afirma que participação é “um processo de conquista e construção organizada da emancipação social”. O autor (*op. cit.*, p. 36) ainda destaca que, a “participação sem auto sustentação é farsa”, pois quem não se auto sustenta, promove dependências extremas que se contrapõem ao processo emancipatório e explicita que:

a emancipação é um processo histórico de conquista de um projeto de desenvolvimento, formulado e realizado por “sujeitos sociais” capazes de produzir e participar. Emancipação não pode provir de fora, pois é construção dos próprios interessados, o que coloca desde já a importância da “cidadania”. (DEMO, *op. cit.*, p. 33)

Por esta razão, ele enfatiza a necessidade da cidadania ser organizada e produtiva, pois os sujeitos sociais devem se organizar através de um processo produtivo, preocupados em ter sua manutenção sem a dependência de favores alheios, sobre tudo do Estado.

Outro elemento importante para a análise do processo participativo apresentado por Bordenave (*op. cit.*) é a noção de conflito relacionada com a participação, pois em toda a sociedade existe uma oposição entre sistemas de solidariedade e de interesse. Os primeiros funcionam em nível comunitário, dentro de um ambiente de relativa igualdade. Já o sistema de interesse se encontra nos setores de atuação econômica e política, onde o interesse individual é priorizado. Porém, numa sociedade em que o Estado frequentemente se alia ao sistema de interesse, em detrimento ao sistema de solidariedade, a participação será sempre uma guerra a ser travada para vencer a resistência dos detentores de privilégios. Pois esse sistema prefere limitar drasticamente

a participação de alguns atores, no momento em que considera que sua mobilização coloca em risco o sucesso dos sistemas de interesse.

A noção de conflito também é apresentada por Swarbrooke (*op. cit.*). Segundo o autor, existem várias comunidades dentro de uma única comunidade local que podem ser divididas em: elites e o restante da população; residentes nativos e emigrantes; os que atuam na indústria do turismo e os que não atuam na mesma; proprietários e arrendadores de imóveis; pessoas mais jovens e pessoas mais idosas; empregadores e empregados ou os autônomos; os que possuem transportes particulares e os que dependem de transporte público; residentes que estão bem de vida e os menos prósperos; comunidades majoritárias e comunidades étnicas minoritárias. Essas diferenças criam pequenos grupos de interesses e algumas delas implicam conflitos, por isso não surpreende que o desenvolvimento do turismo leve ao conflito.

A partir deste momento, extrapolando os elementos históricos e conceituais do ato de participar, inicia-se a busca pela legitimidade da participação, através da construção da cidadania e pela diminuição da distância entre a teoria e a prática. Então surge a pergunta: O que tem sido realmente disponibilizado, na prática, aos membros de um grupo no processo participativo?

2.2. Níveis e abrangência do processo participativo

O conhecimento dos graus e níveis de participação disponibilizados aos atores sociais é essencial para a presente pesquisa. É necessário que se investigue se a participação dos atores sociais em projetos turísticos é uma realidade e que tipo de

participação é disponibilizada aos mesmos como forma de legitimar o processo participativo. Tenório e Rozenberg (*op. cit.*) afirmam que a participação e o grau de mobilização dos atores sociais se apresentam como principais responsáveis pela qualidade dos resultados finais dos projetos de desenvolvimento e pela conquista de sua auto-gestão pelos beneficiários.

Bordenave (*op. cit.*) revela ainda que existem circunstâncias de diversos tipos que condicionam o grau, o nível e a qualidade da participação das pessoas em projetos de desenvolvimento. Entre eles, cita: a qualidade pessoal de algum membro, a filosofia social da instituição, a influência da estrutura social sobre a participação, o tipo democrático de liderança ou direção, a distribuição de funções.

A análise da qualidade e do nível de participação disponibilizada aos membros de um grupo levou Bordenave (*op. cit.*, p. 30) a categorizar a participação em diversos graus. A primeira questão apresentada pelo autor é: “Qual é o grau de controle dos membros sobre as decisões tomadas?” Pode-se traduzir a questão em: -Que tipo de participação é disponibilizada aos atores sociais?

Os graus de participação indicam o menor ou maior acesso ao controle das decisões pelos membros de um grupo local, conforme Figura 2²⁰.

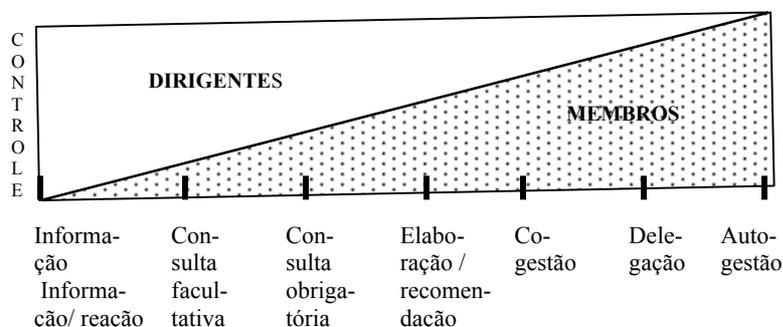


Figura 2: Graus de controle dos membros de um grupo sobre as decisões tomadas (1994)

²⁰ Fonte: Bordenave, *op. cit.*, p. 31.

Os graus de controle partem do menor nível, identificado como informação, em que os líderes, dirigentes, informam aos membros as decisões já tomadas; passam pela consulta facultativa, consulta obrigatória, elaboração de propostas, co-gestão, delegação e terminam no grau mais elevado de participação, a autogestão, fase onde desaparece a diferença entre administradores e administrados; o grupo determina seus objetivos, escolhe seus meios e estabelece os controles pertinentes.

Agregando valor aos graus de participação apresentados por Bordenave (*op. cit.*), Pateman (1992 *apud* GOHN, *op. cit.*) identifica três categorias de participação: a pseudoparticipação, quando há somente consulta; a participação parcial, que ocorre quando muitos fazem parte do processo, mas apenas uma parte decide, e a participação total, situação em que cada grupo de indivíduos tem igual influência na decisão final.

Uma outra pergunta a ser respondida é: “Quão importantes são as decisões de que se pode participar?” (BORDENAVE, *op. cit.*, p. 30) Ou seja: -Qual é o nível de importância das tomadas de decisões? Em resposta a esta questão, Bordenave (*op. cit.*, p. 33-34) organiza as decisões possíveis em seis níveis:

- Nível 1 – Formulação da doutrina e da política da instituição
- Nível 2 – Determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias
- Nível 3 – Elaboração de planos, programas e projetos
- Nível 4 – Alocação de recursos e administração de operações
- Nível 5 – Execução das ações
- Nível 6 – Avaliação dos resultados

Segundo o autor, a democracia participativa promove níveis mais elevados de participação decisória por parte da população, acabando com a divisão de funções entre os que planejam e decidem e os que executam e sofrem as conseqüências das decisões.

A análise do escopo do envolvimento e participação da comunidade é também apresentada por Swarbrooke (*op. cit.*). Segundo o autor, existem diferentes graus de envolvimento da comunidade nos projetos turísticos. As ações disponibilizadas podem ter uma abordagem reativa, quando os atores sociais somente agem no momento em que recebem algumas propostas específicas ou, de forma pró-ativa, quando têm a possibilidade de propor as mudanças aceitáveis para sua comunidade. Algumas alternativas, tendo em vista o grau de influência da comunidade sobre projetos, são identificadas e delineadas pelo autor:

- ◆ as comunidades têm o controle total da política estratégica das decisões táticas em relação ao turismo na área;
- ◆ as comunidades têm poder de veto contra todas as políticas e decisões sobre turismo que estejam nas mãos das entidades do setor público;
- ◆ as comunidades estabelecem as prioridades e os parâmetros da política e/ou do setor público;
- ◆ às comunidades é permitido escolher uma política ou estratégia;
- ◆ as opiniões da comunidade são utilizadas para ajudar a justificar as decisões tomadas pelo órgãos do setor público;
- ◆ a comunidade é consultada, mas os seus pontos de vista não influenciam significativamente a política do setor público.

De acordo com os níveis e graus de participação elencados, infere-se que a análise do processo participativo não se constitui em uma ação simples, pois o “ato de

fazer parte, tomar parte e ter parte” extrapola o nível conceitual e passa a exigir a investigação de seu exercício, ou seja, sair da avaliação teórica para a avaliação da prática.

A avaliação do exercício da participação dos atores sociais no desenvolvimento de projetos turísticos pode colaborar para identificar o grau e nível de importância da participação nas tomadas de decisão, disponibilizados para cada ator presente na comunidade. Esta pode inferir, também, se a forma de participação disponível aos atores sociais ainda se encontra no nível mais tradicional, apenas no direito do voto de seu representante, ou seja, de forma apenas consultiva, ou se encontra em níveis mais elevados, através da participação mais efetiva dos atores sociais no processo de gestão.

3. **O *Nativo Mudo*: refletindo sobre a participação comunitária em projetos turísticos**

3.1. **O nativo mudo, sujeito principal da pesquisa**

Alguns atores-chave são identificados como essenciais ao desenvolvimento do turismo de forma sustentável: o setor público, a indústria do turismo, organizações do setor voluntário, a comunidade local, a mídia e o turista (SWARBROOKE, *op.cit.*). Mas, tendo como referência o cenário e os fatos apresentados anteriormente - a concentração de renda nas mãos de uma minoria e a crescente pobreza mundial - a pesquisa se aprofunda tendo como ponto de análise um único ator, a **comunidade local receptora**, caracterizada como o **nativo mudo** por Krippendorff (1989), aquele que é pouco ouvido, não considerado, negligenciado, com baixa participação nos projetos turísticos.

A “mudez do nativo” é o resultado de um modelo de desenvolvimento caracterizado por ações de exclusão e a promoção do crescimento das desigualdades sociais, pois conforme Guattari (*op. cit.*, p. 27):

Não somente as espécies desaparecem, mas também as palavras, as frases, os gestos de solidariedade humana. Tudo feito no sentido de esmagar sob uma camada de silêncio as lutas de emancipação das mulheres e dos novos proletários que constituem os desempregados, os “marginalizados”, os imigrantes.

A “mudez do nativo” é apresentada por Swarbrooke (2000a, p. 49) como o resultado do processo de desenvolvimento em que “as comunidades raramente falam em uma só voz – se é que alguma vez falam”(…), pois “os mecanismos que são usados para esclarecer pontos de vista da comunidade oferecem a chance para uma minoria de porta-

vozes (...)". O autor destaca que o ponto de vista da chamada "maioria silenciosa" é, portanto, muitas vezes ignorado. A "mudez do nativo" é, mais uma vez, identificada nas palavras de Johnson (1993 *apud* WEARING & NEIL, 2001, p.133), quando revela que "os projetos de desenvolvimento são muitas vezes idealizados e implantados em um contexto político em que a população local possui mínima voz ativa na política e administração."

Na América Latina, "a maioria silenciosa" é representada pela população de baixa renda que sempre foi marginalizada dos grande processos político-sociais, pois conforme Boff (*op. cit.*, p. 110): "A sociedade não é construída em função de suas necessidades básicas, mas em função de minorias que têm e controlam quase tudo."

A limitada participação comunitária no desenvolvimento, implantação e gestão de projetos turísticos – a "mudez do nativo" - é provavelmente uma das principais causas do elevado impacto negativo e do inexpressivo benefício às comunidades receptoras pelo processo turístico. Avaliando os resultados de diversos projetos de desenvolvimento, Demo (*op. cit.*) destaca que o fracasso dos projetos se deve, em grande parte, ao fato da etapa de planejamento não ser participativa, ou seja, este processo é realizado por agentes externos, técnicos distanciados da realidade local, que impõem direcionamentos de "cima para baixo".

A gestão não-participativa dos projetos turísticos confronta as premissas estabelecidas nos vários fóruns de discussão. O manual do PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo (EMBRATUR, 1998, p. 18), ao discutir a importância da efetiva participação comunitária no desenvolvimento de projetos turísticos, menciona que: "O desenvolvimento da atividade turística deve ser realizado através da cooperação

e interação produtiva entre a “indústria turística”, os defensores do ambiente e a comunidade, todos podem obter benefícios e alcançar uma melhor qualidade de vida.”

O mesmo documento (*op. cit.*, p. 133) ressalta que:

Uma das políticas de planejamento global importante para reforçar os impactos positivos e minimizar os negativos consiste no envolvimento da comunidade no turismo, levando os residentes a entenderem a atividade, participarem nas tomadas de decisão com ele relacionadas e receberem benefícios do mesmo.

Sob o mesmo ponto de vista, Krippendorf (1989, p. 175) diz que:

uma política do turismo que respeite o ser humano e o meio ambiente deve buscar o seguinte objetivo supremo: assegurar a satisfação a nível ótimo das múltiplas necessidades turísticas dos indivíduos de todas as camadas sociais, no âmbito das instalações adequadas e num ambiente intacto, levando em consideração os interesses da população autóctone.

Apesar de diversos pensadores afirmarem que os efeitos da participação são evidentes na qualidade dos resultados alcançados em projetos desenvolvidos, no Brasil, a ausência dos beneficiários nas discussões e no processo de tomada de decisões nas diversas etapas de um projeto parece ser um fato comum (IRVING, 2002a). Irving (2000; 2001; 2002a) apesar de citar alguns exemplos de iniciativa “compartilhada” em desenvolvimento turístico ressalta que essa ainda não é uma prática comum no país, pois ‘A resistência ao processo participativo na dinâmica de planejamento de projetos parece ter sua explicação na cultura institucional brasileira e na percepção política de “participação” como divisão de poder das esferas constituídas (...).’ (IRVING, 2002a, p. 43).

Se a participação passa a ser elemento essencial para a melhoria da qualidade de vida e aumento dos benefícios às comunidades locais, então, como estabelecer um processo de “ouvir a voz” da comunidade, como forma de estabelecer um mecanismo

que contribua para que os objetivos estabelecidos por este ator sejam atingidos e que resulte em melhores padrões de qualidade de vida? Krippendorff (1989, p. 89), considerando o processo de “ouvir a voz” dos nativos, lança algumas perguntas consideradas fundamentais com relação à voz da comunidade receptora para o desenvolvimento de projetos turísticos: “Como vive ele a experiência do turismo? Quais são suas motivações, interesses e necessidades? O que lhe traz de fato o turismo?” A análise sobre a “mudez do nativo” leva ao seguinte questionamento: O nativo é realmente mudo? Ou ele não é escutado, considerado?

A EMBRATUR (*op. cit.*), na busca de “ouvir a voz” das comunidades receptoras no destino turístico, levanta também a questão: O que a comunidade deseja com o desenvolvimento de atividades sustentáveis? A resposta aparece de forma clara no documento. A comunidade busca principalmente alimentação, água limpa, educação, recreio, trabalho compensador com salário compatível, respeito pelas tradições culturais, oportunidades para tomar decisões relativas ao futuro.

3.2. Obstáculos à participação comunitária e vantagens comparativas

A participação continua sendo objeto de reflexão e discussão permanentes e assunto atual devido ao grande descontentamento com a marginalização da sociedade nos assuntos que interessam a todos e que são decididos por poucos (BORDENAVE, *op. cit.*). Vários fatores são apontados como as principais causas da baixa participação comunitária em projetos de desenvolvimento, ou seja, como causas da “mudez do nativo”.

Segundo Sansolo (2002), a presença de comunidades despolitizadas, desarticuladas e com baixo nível educacional é algumas das causas a serem discutidas, pois o acesso à educação é considerado elemento fundamental para o processo participativo. Analisando o desafio do baixo nível educacional apresentado por uma camada da sociedade, Irving (2002a, p. 37) lança a pergunta: “Como nutrir expectativas ou assegurar participação dos beneficiários em projetos de desenvolvimento, se a estes nem sempre é assegurado o direito básico à educação?”. Segundo Kliksberg (1999), existe uma concepção desvalorizada de um grupo da sociedade sobre as camadas mais pobres por causa de sua debilidade educacional, considerando-os como incapazes de integrar-se aos processos em todas as suas etapas de desenvolvimento. Sob o mesmo ponto de vista, Sexto e Paredes (1999, p. 85) refletem sobre a impossibilidade de aplicar políticas de desenvolvimento endógeno com participação efetiva da comunidade local, pois:

La ignorancia, la falta de escolarización y el analfabetismo funcional que abarca más del 60% de los latinoamericanos dificultan el desarrollo local y al contrario favorecen la manipulación y la explotación por parte de los caciques locales.

Questões sobre as metodologias utilizadas para assegurar a participação comunitária na tomada de decisão são também recorrentes. Segundo Sansolo (*op. cit.*) uma das metodologias que vem sendo utilizada, a ZOPP²¹, desenvolvida na Alemanha, mostrou-se de pouca valia para efetiva participação e promoção de um diálogo horizontal entre os atores sociais. Irving (2002a) menciona que a construção de um modelo de planejamento turístico de base comunitária é um desafio e indica a

²¹ZOPP (Planejamento de projetos orientados por objetivos) é um metodologia de planejamento participativo utilizado como instrumento de planejamento do governo alemão e pela Embratur no Programa Nacional de Municipalização do Turismo.

necessidade da elaboração de uma metodologia capaz de promover o diálogo e o gerenciamento de conflitos e fomentar a discussão crítica.

Mas talvez a razão principal da baixa participação esteja na esfera política, conforme cita Krippendorff (1989, p.176):

Todos teóricos falam no mesmo sentido. Mas os “práticos” e a política não os acompanham. Os “pensadores”, instalados na torre de marfim, são pesos-plumas políticos, cujas recomendações permanecerão letra morta enquanto a base não exercer uma expressão a nível político.

Canclini (1995) aponta que, tecnoburocratização das decisões nos governos neoliberais leva à limitada participação popular e que os conflitos são negociados entre políticos e os empresários, a “minoridade dominante”. Atores importantes como os sindicatos e movimentos sociais são informados apenas do processo através dos meios de comunicação. Baseado nesta constatação, o autor lança a pergunta: -O que fica para os cidadãos? Kliksberg (*op. cit.*) afirma que existe uma grande resistência de alguns setores da sociedade ao processo participativo, pois a participação comunitária é definitivamente um processo que implica profundas mudanças sociais que podem afetar interesses estabelecidos por esta “minoridade dominante”.

Tenório e Rosenberg (*op. cit.*, p. 103) destacam que a falta de cultura de participação e a realidade vivida pelos atores sociais, marcada pela luta diária pela sobrevivência, atuam, muitas vezes, como agentes refratores de seu engajamento. Os autores, pensando nos resultados efetivos em projetos diversos, enfatizam que “A participação requer consciência sobre os atos, os envolvidos possuem compreensão sobre os processos que estão vivenciando. Quando não há esta consciência, a participação é restrita, estabelece uma espécie de relação de dominação(...)”

A falta de cultura de participação também é apresentada por Demo (2001):

Talvez não esteja em nossos hábitos participar. É mais prático receber as coisas dos outros, mesmo porque é um projeto milenar viver às custas dos outros. Em grande parte a história da humanidade é profundamente isto. Na verdade, é uma situação provocada por uma sociedade autoritária e que convive com regimes autoritários. A tal ponto, que a participação assusta. (...)

Kliksberg (*op. cit.*) apresenta alguns outros obstáculos que dificultam o processo participativo:

- ◆ a visão meramente econômica do sistema político-administrativo e econômico vigente deixa escapar a visão compartilhada e os valores de solidariedade;
- ◆ o predomínio da cultura organizacional formal em que a chave da eficiência é sinônimo da estrutura vertical e autoritária das organizações que têm como prática palavras chaves como ordem e hierarquia e
- ◆ a visão de curto prazo apresentada por vários dirigentes e empreendedores, na busca de resultados rápidos, considera que a participação causa impactos elevados sobre os custos e o tempo do processo produtivo.

Em contraponto aos itens de resistência à participação apresentados anteriormente e, pensando na sustentabilidade dos projetos de desenvolvimento, Bordenave (*op. cit.*) enfatiza que o entusiasmo pela participação efetiva dos atores sociais nos projetos de desenvolvimento vem das contribuições positivas que ela oferece. Segundo o autor, a participação facilita o crescimento da consciência crítica da população, fortalece seu poder de reivindicação e a prepara para adquirir mais poder na sociedade. Além disto, por meio da participação, é possível a resolução de problemas que ao indivíduo parecem insolúveis, se este contar apenas com suas próprias forças.

Kliksberg (*op. cit.*, p. 10) também destaca o benefício advindo do processo participativo: “A participação dá resultados muitos superiores, no campo social, a outros modelos organizacionais de perfil tradicional, como os modelos burocráticos e paternalistas”. O autor (*op. cit.*, p.19) enfatiza que os resultados indicam que a participação dos atores sociais não deve ser limitada a algumas etapas de projeto e destaca que

(...) ao se criarem condições favoráveis para isso através da participação, a comunidade pode desenvolver o sentimento de *ownership*, de propriedade do projeto, de fazê-lo realmente seu. Isso mobilizará suas energias e seus esforços para que o projeto avance e criará uma consciência de proteção à sua concretização. A participação, desse modo, dará condições para que a comunidade aprenda, se exercite no planejamento e na gestão e veja crescer suas capacidades. Sustentar-se-á, então, sua possibilidade de sustentar o projeto.

É importante destacar que, diversas vezes, a geração de emprego é considerada sinônimo de participação, pois o aumento da oferta de emprego e geração de renda para a comunidade receptora é um dos benefícios mais imediatos proporcionado pelo turismo. Mas, na verdade, o que se verifica é que, muitas vezes, o turismo não traz solução para o desemprego, pois os empregos gerados são geralmente preenchidos por funcionários da região de origem do empreendimento turístico. Desta forma é importante lembrar que a participação da comunidade local no turismo não deve se limitar às oportunidades de emprego (WEARING & NEIL, *op. cit.*).

Diegues (*op. cit.*) analisa o tipo de desenvolvimento realizado nas áreas litorâneas brasileiras, cenário do Estudo de Caso, e considera o crescimento econômico, o aumento do emprego produtivo e a equidade social como elementos fundamentais para o processo de desenvolvimento integrado e auto-sustentado. Este modelo de

desenvolvimento exige o estabelecimento de sistemas de produção (seja ele ligado ao turismo ou não) que se adaptem melhor às culturas locais e que devem satisfazer a algumas exigências entre elas “permitir uma real participação das populações locais no processo de planificação, na tomada de decisões e na execução das atividades de desenvolvimento” (DIEGUES, *op. cit.*, p. 112).

Apesar de todos os obstáculos, tendo como foco a prática turística, Diegues (*op. cit.*) afirma que é imprescindível que as populações tradicionais das regiões litorâneas e costeiras, como os caiçaras e jangadeiros sejam “ouvidas”, como forma de proteger o que resta do patrimônio histórico, cultural e natural destas localidades.

A análise da participação em projetos turísticos também é realizada por Martín, Aranda e Cibeira (1999) que citam que o planejamento turístico tem que alcançar um máximo de participação comunitária desde seu início, nos planos e tomadas de decisões. Sobre o mesmo ponto de vista Swarbrooke (2002b) afirma que a participação da comunidade desde o planejamento até o desenvolvimento e execução de projetos de turismo cumpre o conceito de democracia; oferece oportunidade de voto aos que são mais afetados pelo turismo; faz uso do conhecimento local, para assegurar que as decisões tomadas sejam bem fundamentadas; reduz o conflito potencial entre os turistas e a comunidade local. Ou seja, a participação durante todo o processo permite que o projeto turístico possa ser definido como de base comunitária que, segundo Tourism Concern (*op. cit.*), validando a definição do WWF Internacional (*op. cit.*) apresentada anteriormente, é aquele de propriedade, posse e administrado, totalmente, pela comunidade local e que a envolve e beneficia.

3.3. O *nativo mudo* como agente fundamental de participação social e desenvolvimento local

Uma fração significativa dos programas de desenvolvimento local, que foram ou estão sendo implementados no Brasil, tem tido o turismo como objeto prioritário. Ou seja, o desenvolvimento do turismo tem-se convertido em alternativa para o desenvolvimento local, como medida para diversificação da economia e contribuição para o renascimento de lugares em crise (SOLLA, 1999). Para Benevides (2002), a viabilidade de se realizar o desenvolvimento local através do turismo dependeria da equalização de cinco objetivos: preservação/conservação ambiental; manutenção da identidade cultural; geração de ocupações produtivas de renda; desenvolvimento participativo e qualidade de vida. O autor (*op. cit.*, p. 25) ainda fornece algumas sugestões orientadoras consideradas fatores de desenvolvimento local:

A manutenção da identidade cultural dos lugares como próprio fator de atividade turística; uma construção de uma via democrática para o desenvolvimento de certas localidades, articuladas pelo turismo como fator estruturante de valorização das suas potencialidades ambientais e culturais, com a participação da população local na construção ativa desse processo.

Segundo Perez e Carrillo (2000 *apud* IRVING, 2002b, p. 69), o desenvolvimento local está baseado e fundamentado principalmente no aproveitamento dos recursos endógenos (humanos, naturais e de infra-estrutura) e pode ser definido como:

“(...) aquele processo reativador da economia e dinamizador da sociedade local que mediante o aproveitamento dos recursos endógenos existentes em uma determinada zona ou espaço físico é capaz de estimular e fomentar o seu crescimento, criar emprego, renda, riqueza e, sobretudo melhorar a qualidade de vida e o bem-estar social da comunidade local.”

Carestiano (2000, *apud* IRVING, 2002b, p. 69) apresenta o desenvolvimento local como:

a construção de poder endógeno para que uma determinada comunidade possa autogerir-se, desenvolvendo seu potencial sócio-econômico, preservando seu patrimônio ambiental e superando as suas limitações na busca da qualidade de vida de seus indivíduos”.

Com foco em desenvolvimento local, Rodrigues (2002), esclarece que, se os caminhos traçados pelas novas diretrizes mundiais sobre desenvolvimento são novos, o processo decisório exige um outro direcionamento, demanda a mobilização das lideranças locais em todas as fases do processo, ou seja, na concepção, implantação, gestão e monitoramento dos projetos.

De acordo com as abordagens anteriores, a participação passa a ser considerada uma premissa importante para o desenvolvimento local. Surge, então, a idéia de capital social como um outro elemento fundamental para o desenvolvimento. O capital social, segundo Kliksberg (*op. cit.*), é composto pelos seguintes elementos: valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes de solidariedade, expectativas de comportamento recíproco. O capital social, imbuído de espírito público, através de relações horizontais de reciprocidade, cooperação, solidariedade e confiança, na busca de relações e oportunidades igualitárias, conforme explicitado por Kliksberg (2003), se apresenta silenciosamente, junto com o capital econômico, como ferramenta essencial para o desenvolvimento local.

Para Putnam (1996), os estoques de capital social, que incluem itens como confiança, normas, sistemas de participação e cadeias de relações sociais, tendem a ser cumulativos e a reforçar-se mutuamente. Itens que constituem um bem público, ao

contrário do capital convencional, que é normalmente privado. Ou seja, o capital social é um atributo da estrutura social que não é propriedade particular de nenhuma das pessoas que dele se beneficiam. Os estoques de capital social levam a equilíbrios sociais com elevados níveis de cooperação, confiança recíproca, civismo e bem estar coletivo, que ajudam na construção de uma “comunidade cívica”. Segundo o autor (*op. cit.*, p.102), tal comunidade:

(...) se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência. Os cidadãos interagem como iguais e não como patronos e cliente ou como governantes e requerentes. A participação numa comunidade cívica pressupõe espírito público do que da atitude mais voltada para vantagens partilhadas. Os cidadãos não são santos abnegados, mas consideram o domínio público algo mais que um campo de batalha para a afirmação do interesse pessoal. Eles são mais do que meramente atuantes, imbuídos de espírito público e iguais. Eles são prestativos, respeitosos e confiantes uns nos outros, mesmo quando divergem em relação a assuntos importantes. Ela não está livre de conflitos, pois seus cidadãos têm opiniões firmes sobre as questões públicas, mas são tolerantes com seus componentes.

A idéia de capital social rompe com os mitos sobre as comunidades pobres, excluídas do processo participativo (os “nativos mudos”), pois uma comunidade pode carecer de recursos econômicos, mas sempre tem capital social (KLIKISBERG, 1999). Conforme Hirschmann (1984 *apud* KLIKISBERG, 1999, p. 29): “Diferentemente de outras formas de capital, o capital social é o único que aumenta com o uso.” Esta afirmativa é validada por Putnam (*op. cit.*), quando declara que a participação em organizações cívicas desenvolve o espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum para com os empreendimentos coletivos.

Em pesquisa realizada para medição do desempenho institucional (1978 / 1985) em 20 regiões italianas, Putnam (*op. cit.*) verificou que a falta de instrução e o ambiente pouco cívico acentuam o sentimento de exploração e impotência. Em toda comunidade,

os mais instruídos destacam-se, pois a educação representa *status* social e poder. No entanto, o autor (*op. cit.*, p. 123) constata que os cidadãos instruídos das regiões menos cívicas sentem-se tão impotentes quanto os cidadãos menos instruídos das regiões mais cívicas: “Nos ambientes menos cívicos acentuam-se as diferenças de classe no tocante ao sentimento de impotência do cidadão”. A cooperação voluntária é mais fácil numa comunidade que tenha herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. Putnam (*op. cit.*) ainda relata que as organizações locais que realizaram processos de desenvolvimento sem a participação dos atores locais apresentam elevado índice de fracasso. As organizações locais mais bem sucedidas representam iniciativas autóctones participativas.

Uma lição retirada por Putnam (*op. cit.*, p. 191) durante sua pesquisa foi que o contexto social e a histórico de um grupo condicionam profundamente o seu desempenho. A cultura das comunidades deve se respeitada e considerada no processo de desenvolvimento, pois conforme Kliksberg (2003, p. 11):

As pessoas, as famílias, os grupos, são capital social e cultura por essência. São portadores de atitudes de cooperação, valores tradições, visões da realidade, que são sua própria identidade. Se isso for ignorado, saltado, deteriorado, importantes capacidades aplicáveis ao desenvolvimento estão inutilizadas, e serão desatadas poderosas resistências. Se pelo contrário, se reconhecer, explorar, valorizar e potencializar sua contribuição, pode ser muito relevante e propiciar círculos virtuosos com as outras dimensões do desenvolvimento.

Da análise da afirmação acima infere-se que o “nativo mudo”, sujeito principal desta pesquisa, representa capital social e cultural por essência. A investigação do papel desse ator no processo constitui-se portanto tema essencial de pesquisa no âmbito da Psicossociologia e elemento fundamental para a construção de estratégias de desenvolvimento local. No caso particular da Prainha do Canto Verde, esse é um

enfoque essencial, uma vez que o modelo de desenvolvimento turístico adotado privilegia a participação comunitária no processo de tomada de decisões.

4. Abordagem Metodológica

O presente trabalho teve como ponto de partida a pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa bibliográfica surgiu da necessidade do levantamento de referenciais teóricos que auxiliassem na seleção e definições de conceitos e de enfoques que contribuíssem com o problema investigado, pois o pesquisador precisa delinear as possíveis implicações teóricas, considerando os eventos julgados representativos, referentes ao objeto investigado (THIOLLENT, 1997).

A importância da pesquisa documental é explicitada por Mann (1970) e Becker (1999). Segundo Mann (*op.cit.*, p. 86) “os documentos são a nossa história (e dos outros povos). Eles registram fatos passados e o presente está em relação casual com o passado.” Para Becker (*op. cit.*, p.122), a coleta de documentos gerados pela comunidade podem “(...) propiciar um histórico útil, documentação necessária das condições de ação para um grupo (como um conjunto de regras codificadas) ou um registro conveniente de eventos e análises (...)”

Essa fase exploratória inicial, em que começam a ser detectados os problemas, os atores e os tipos de ações possíveis e necessárias, foi essencial para a obtenção de um número significativo de informações que auxiliaram na elaboração de um quadro conceitual que pudesse orientar a presente pesquisa, pela definição de objetivos e fixação de metas que nortearam as ações futuras (THIOLLENT, *op. cit.*) No entanto, os dados coletados não forneceram informações suficientes para compreender o objeto escolhido para a pesquisa. Dessa forma, para a melhor compreensão do problema a ser investigado, surgiu a necessidade da realização de pesquisa de campo sobre o projeto definido como objeto de investigação – *Turismo Socialmente Responsável: Eco-*

Turismo Comunitário. A pesquisa de campo apresenta a possibilidade de colocar o pesquisador face a face com o objeto pesquisado e lhe permite analisar, com maior fidedignidade, as informações obtidas através de documentos disponíveis, como também, aprofundar a compreensão do objeto pesquisado tendo como base os referenciais teóricos:

O pesquisador de campo, devido ao fato de ter um contato contínuo com aqueles que estuda, pode coletar dados deles através de variados procedimentos, em diversos ambientes e em diferentes estados de espírito. Esta variedade permite que ele faça cruzamento de suas conclusões para verificações e volte a testá-las repetidamente, de modo a poder ter certeza de que seus dados não são um produto de um procedimento específico ou de alguma situação ou relação particular. Ele não se limita ao que pode ser coletado em uma entrevista [...], nem está limitado, no que pergunta, pelo seu conhecimento e compreensão no momento; uma vez que pode entrevistar repetidamente, pode investigar diferentes questões em diferentes ocasiões. Ele pode mudar sua relação com as pessoas, lidando de maneira diferente com elas à medida que forem se conhecendo melhor(...) (BEKER, *op. cit.*, p. 91)

A pesquisa de campo, no presente Estudo de Caso, foi baseada em dois instrumentos: a entrevista semi-estruturada, composta por perguntas abertas relacionadas com os problemas que foram julgados prioritários (THIOLLENT, *op. cit.*) e a observação participante. Becker (*op. cit.*, p.119) afirma que estes dois instrumentos são muito utilizados na investigação de Estudo de Casos:

“O cientista social que realiza um estudo de caso de uma comunidade ou organização tipicamente faz uso do método de observação participante em uma de suas variações, muitas vezes em ligação com outros métodos mais estruturados, tais como entrevistas.”

Mann (*op. cit.*, p. 99) menciona que a entrevista é ‘essencialmente uma forma de interação humana e pode variar desde o mais descontraído “papo” até o mais cuidadoso pré-codificado e sistematizado conjunto de perguntas e respostas disposto em um programa ou roteiro de entrevista.’

O critério de escolha dos entrevistados teve como base a proposta de Thiollent (*op. cit.*, p.64), segundo a qual, “A pesquisa é aplicada a uma amostra intencional, isto quer dizer a um pequeno grupo de pessoas que são escolhidas não de modo aleatório, mas segundo critérios de representatividade social (...)” Sobre o mesmo ponto de vista, Mann (*op. cit.*, p.102) destaca que “(...)não é sempre necessário pensar em entrevista como um tipo altamente padronizado dos levantamentos por amostragem. Pode bem acontecer que um determinado trecho da pesquisa precise concentrar-se em pessoas escolhidas para informações, e as informações delas conseguidas serão encaixadas em um modelo coerente e consistente sem nenhuma percentagem nem provas de significância.”

A observação participante se apresentou como uma alternativa capaz de viabilizar o acesso a vários dados, inclusive àqueles não previstos no momento em que a pesquisa foi iniciada (BECKER, *op. cit.*), pois através desta alternativa metodológica, o pesquisador sai da atuação de mero expectador e passa a fazer parte do objeto estudado por determinado período de tempo. Segundo Mann (*op. cit.*, p. 96), a observação participante “(...) é uma tentativa para colocar o observador e observado ”do mesmo lado”, tornando o observador membro do grupo de molde a experienciar o que eles experienciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles...” O autor (*op. cit.*, p.95) também avalia que o termo participação refere-se ao grau de envolvimento real do pesquisador na situação sendo pesquisada, tendo em vista que a “observação participante geralmente refere-se a uma situação onde o observador fica tão próximo quanto um membro do grupo que ele está estudando e participa das atividades normais deles.”

4.1. Fases da Pesquisa

4.1.1. Pesquisa documental e bibliográfica

Durante seis meses foi realizada pesquisa documental e bibliográfica na busca de informações que melhor contextualizassem o Estudo de Caso e a base conceitual necessária para a sua interpretação. No âmbito do Estudo de Caso, esta pesquisa inicial teve como fontes principais o artigo *Turismo, Ecologia e ONG em Canto Verde – Beberibe (CE)*²², o site²³ oficial do Projeto Turismo Socialmente Responsável (Prainha do Canto Verde) e a monografia *Turismo Sustentável - Um Estudo de Caso sobre a Experiência da Comunidade de Prainha do Canto Verde no Litoral do Ceará*, premiado no Concurso SESC-SENAC²⁴ de Turismo Sustentável (2003)²⁵.

Na perspectiva conceitual, a pesquisa bibliográfica teve como fontes norteadoras as palavras-chaves: participação, nativo mudo (comunidade receptora), turismo de base comunitária e desenvolvimento local, selecionadas como principais temas de investigação científica, através de referenciais teóricos capazes de nutrir a reflexão sobre os questionamentos levantados.

4.1.2. Elaboração e calibração do roteiro de entrevista

Os roteiros de entrevista foram elaborados a partir de dados coletados sobre o *Projeto Turismo Socialmente Responsável* e orientados pela necessidade de se

²² SARAIVA e LIMA (*op. cit.*); TOURISM CONCERN (*op. cit.*)

²³ *Turismo socialmente responsável – ecoturismo comunitário*. Disponível em <<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/linkdetc.html>>. Acesso em: 04/outubro/2002 e STUDIENKREIS FÜR TOURISMUS UND ENTWICKLUNG. *TODO!2002 – Contest Socially Responsible Tourism – Conditions of Participation*. Disponível em: <http://www.studienkreis.org/engl/wettbewerbe/main_wett.html>. Acesso em: 15/dezembro/2002.

²⁴ SESC – Serviço social do Comércio / SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

²⁵ SCHÄRER, René. *Turismo Sustentável - Um Estudo de caso sobre a Experiência da Comunidade de Prainha do Canto Verde no Litoral do Ceará*. Prêmio SESC-SENAC de Turismo Sustentável, Janeiro/2003.

responder aos objetivos delineados para a compreensão do problema a ser investigado (Anexo 1).

4.1.3. Pesquisa de Campo

4.1.3.1. Diagnóstico preliminar de campo

A primeira fase da pesquisa de campo, realizada no período de 14 a 26 de janeiro de 2003, teve como objetivos principais:

- coletar dados que auxiliassem na descrição das características sócio-culturais, político-econômicas e ambientais da comunidade;
- coletar dados que auxiliassem conhecer o processo de construção histórica da Prainha do Canto Verde;
- conhecer e entender a rede de relacionamento que compõe a comunidade;
- conhecer o projeto de turismo de base comunitária, seus atores, sua estrutura e funcionamento;
- investigar os diferenciais do destino turístico Prainha do Canto Verde com relação aos demais destinos cearenses e nacionais;
- orientar o desenho do arcabouço metodológico para a investigação.

◆ Pesquisa documental

A pesquisa documental continua na fase de campo pela necessidade de obtenção de informações que complementassem aos dados coletados anteriormente.

Na capital cearense, a pesquisa teve início na Secretaria de Planejamento e Coordenação (SEPLAN) / Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará (IPLANCE) na busca de dados estatísticos, sócio-econômicos, ambientais e político-

culturais do Estado do Ceará e do Município de Beberibe. Outra fonte de pesquisa foi a Secretaria do Turismo Estado do Ceará – SETUR para coleta de dados sobre o turismo no Estado.

A coleta de dados continuou na Prainha do Canto Verde. Documentos significativos, elaborados pela comunidade, foram coletados como fatores de análise da pesquisa (Anexo 2).

♦ **A observação participante**

A observação participante foi realizada através do convívio diário com os moradores da comunidade em conversas informais, a confraternização durante as refeições diárias, no recebimento de uma jangada que chega de volta depois de alguns dias no mar, ao assistir conjuntamente à televisão, ao banho de mar, ao passear com as crianças da comunidade, ao estar engajada como membro do Curso de Gestão de Restaurantes e Barracas de Praia, promovido pela Cooperativa de Turismo e Artesanato - COOPECANTUR em parceria com o SEBRAE²⁶/CE.

A observação participante foi o exercício do convívio, do engajamento e da inclusão na rotina desse grupo social e alimentaram a construção de um Diário de Campo.

♦ **As Entrevistas**

As entrevistas foram realizadas com base no roteiro elaborado, embora muitas vezes os relatos obtidos acabaram por redirecionar o roteiro para a inclusão de outras questões percebidas como necessárias apenas na prática do campo.

²⁶ SEBRAE - Serviço de apoio às micros e pequenas empresas

A pesquisa dirigiu-se a alguns atores classificados como essenciais para atender os objetivos estabelecidos. Para a seleção dos mesmos foi definida a necessidade de priorização dos atores que fazem parte de forma, direta ou indireta, do desenvolvimento e implementação do *Projeto Turístico Socialmente Responsável* e aqueles que de alguma forma, influenciam ou influenciaram a construção sócio-cultural e político-organizacional da comunidade.

Nessa fase, foram realizadas 23 entrevistas, tendo foco principal os denominados “nativos mudos” da presente pesquisa. Os entrevistados, cujo depoimentos compõem o texto da presente dissertação, estão identificados a seguir:

- **Membros da Cooperativa de Turismo e Artesanato – COOPECANTUR:**

J.F.: 42 anos, sexo: masculino, cursou até oitava série, dono de pousada comunitária.

A.A.: 25 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, diretor financeiro da COOPECANTUR e responsável pelo receptivo da Prainha do Canto Verde. Morou no Rio de Janeiro.

L.F.: 27 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, vice-presidente da COOPECANTUR (no período ocupando o cargo de presidente). Morou em São Paulo.

R.L.: 21 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, faz parte do grupo de guia de turismo e de artesanato.

A.R.: 24 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, coordenador do grupo de barraqueiros.

R.R.: 49 anos, sexo: feminino, labirinteira, mãe de 15 filhos, membro do Conselho de Saúde e do grupo de cozinheiras da COOPECANTUR.

- **Proprietária de barraca de praia:**

S.G.: 34 anos, ensino fundamental completo, sexo: feminino, proprietária da barraca de Praia, mas não é membro da COOPECANTUR. Trabalhava com labirinto e artesanato. Morou em Manaus.

- **Representantes da Associação de Moradores:**

J.L.: 29 anos, sexo: masculino, cursou até 6ª série, pescador. Atual presidente da Associação de moradores da Prainha do Canto Verde. Estuda na escola dos Povos do Mar. Teve formação de liderança na Igreja Católica (CEBs – Comunidade Eclesial de Base).

- **Representante do Instituto Terramar, Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde e COOPECANTUR:**

R.S.²⁷: suíço, 59 anos, sexo: masculino, ex-executivo da Swissair, morador da Prainha, casado com uma nativa. Secretário da COOPECANTUR, membro do Instituto Terramar, criou a Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde com empresários europeus.

- **Secretaria de Turismo do Estado do Ceará - SETUR:**

C.B.: sexo: feminino, bacharel em turismo, trabalha na coordenação dos Centros de Informações Turísticas.

- **Turistas:**

P.A.: sexo: masculino, de Recife (PE), bancário. Estava pela primeira vez na Prainha com a família.

B.B.: sexo: masculino, português que atualmente mora em Fortaleza, empresário, dono de restaurante. Já esteve 6 vezes na Prainha.

²⁷ R.S. são as iniciais de René Schärer que será o único entrevistado a ser referido pelo nome na íntegra, uma vez que é citado por vários entrevistados e em documentos consultados.

♦ **Análise e sistematização de dados coletados**

As entrevistas realizadas foram transcritas na íntegra e analisadas. As informações coletadas através das entrevistas e da observação participante ajudaram na compreensão da história da comunidade, de seu processo participativo e do sistema turístico comunitário (construção, funcionamentos, desafios).

Os dados coletados (históricos, físicos e geográficos, sócio-econômicos e político-organizacionais) serviram para traçar o perfil da comunidade pesquisada, inserida no contexto histórico-social e político-econômico do Estado do Ceará.

A análise do resultado das entrevistas, do diário de campo e dos documentos coletados é representou ponto de partida fundamental para o planejamento da segunda fase da pesquisa de campo.

4.1.3.2. Segunda fase da Pesquisa de Campo

A segunda fase da pesquisa de campo, realizada no período de 22 de julho a 01 de agosto de 2003, teve como objetivos principais:

- esclarecer dúvidas pendentes, levantadas durante a primeira fase da pesquisa de campo, para a compreensão histórica e organizacional da comunidade;
- investigar o nível de participação dos atores sociais, no desenvolvimento, implantação e execução do projeto de turismo;
- verificar se a Prainha do Canto Verde apresenta de forma efetiva um modelo diferenciado de desenvolvimento turístico;
- reconhecer quais foram e são os mecanismos e fatores que fizeram e fazem da construção do turismo da Prainha do Canto Verde um modelo diferente dos demais destinos do ponto de vista da participação;

- investigar o que diferencia o destino turístico Prainha do Canto Verde dos demais destinos cearenses e nacionais do ponto de vista da participação.

♦ **Elaboração e calibração dos roteiros de entrevista**

Os roteiros de entrevista foram elaborados a partir dos resultados obtidos da análise da primeira fase da pesquisa de campo. As entrevistas foram realizadas com base no roteiro embora, muitas vezes, os relatos redirecionassem a necessidade de inclusão de outras questões percebidas como necessárias (Anexo 3).

♦ **Pesquisa documental**

Em Fortaleza, alguns documentos complementares foram coletados. No IBGE/CE foram pesquisados os dados do Setor Censitário do Distrito de Paripueira e mapas da região. No Instituto Terramar foram coletadas todas as pesquisas científicas desenvolvidas tendo a Prainha do Canto Verde como objeto de estudo. Outros documentos de grande importância coletados foram as Literaturas de Cordel produzidas por alunos da Escola dos Povos do Mar da Prainha do Canto Verde com os seguintes temas: a Luta da Terra, Turismo, Os Jovens, Manifestações Culturais e Aqüicultura.

A Secretaria de Turismo e Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico de Beberibe forneceu o CD ROOM – Beberibe Turístico, material utilizado pela instituição para a divulgação do destino turístico Beberibe.

♦ **A Observação Participante**

Além de participar das atividades cotidianas da comunidade (Figura 3), já citadas na primeira fase da pesquisa de campo, alguns momentos nesta fase foram

essenciais entre eles: a participação em uma celebração católica dominical com a comunidade e um dia de pesca com um grupo de mulheres e crianças na Lagoa do Córrego do Sal (Figura 4). O evento de destaque desta fase final foi a Assembléia Geral da COOPECANTUR que teve como objetivo principal eleger a nova diretoria da Cooperativa.



Figura 3: Momentos de confraternização e descontração
Autor: Teresa Mendonça, 2003



Figura 4: Pesca na Lagoa com mulheres e crianças
Autor: Teresa Mendonça, 2003

♦ Entrevistas

Conforme o mesmo processo da primeira fase, as entrevistas foram realizadas com base no roteiro elaborado (Anexo 2), embora muitas vezes os relatos obtidos acabaram por redirecionar o roteiro para a inclusão de outras questões percebidas como necessárias apenas na prática do campo.

Os atores desta fase foram elencados conforme análise dos resultados da primeira fase da pesquisa de campo. Alguns atores sociais foram entrevistados pela segunda vez, pela necessidade de obtenção de informações complementares estratégicas.

Nessa fase foram realizadas 28 entrevistas. Os entrevistados, cujo depoimentos compõem o texto da presente dissertação, estão identificados a seguir:

- **Membros da Cooperativa de Turismo e Artesanato – COOPECANTUR:**

R.L.: 21 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, faz parte do grupo de guia de turismo e de artesanato (*entrevistado pela 2ª vez*).

L.S.: 28 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, coordenador do grupo de guias.

M.L.: 54 anos, sexo: feminino, concluiu o 1º grau, ex-agente de saúde, coordenadora do grupo de hospedaria.

A.R.: 24 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, coordenador do grupo de barraqueiros (*entrevistado pela 2ª vez*).

J.R.: 43 anos, sexo: masculino, pescador, pintor e agricultor. Membro da diretoria de relações com a comunidade da COOPECANTUR. Representante da comunidade junto à Prefeitura. Mora há 20 anos na Prainha.

M.G.: 32 anos, sexo: feminino, ensino fundamental completo, dona de barraca de praia, ex-agente de saúde.

J.F.: 42 anos, sexo: masculino, cursou até a oitava série, dono de pousada comunitária (*entrevistado pela 2ª vez*).

A.A.: 25 anos, sexo: masculino, ensino médio completo, diretor financeiro da COOPECANTUR e responsável pelo receptivo da Prainha do Canto Verde. Morou no Rio de Janeiro (*entrevistado pela 2ª vez*).

- **Representantes dos Conselhos Comunitários (Pesca, Terra, Saúde e Educação):**

A.D.: 54 anos, sexo: masculino, 1º grau completo, pescador desde 9 anos de idade, capataz²⁸, respondeu pelo Conselho da Pesca.

J.P.: 58 anos, sexo: masculino, pescador, pai de 15 filhos, cursou 1º ano do Projeto MOBREAL²⁹, ns dos líderes do movimento pela posse da terra

R.R.: 49 anos, sexo: feminino, labirinteira, mãe de 15 filhos, membro do Conselho de Saúde e do grupo de cozinheiras da COOPECANTUR (*entrevistado pela 2ª vez*).

- **Representante do Instituto Terramar:**

J.S: 38 anos, sexo: masculino, engenheiro de pesca, coordenador do Programa de Gestão Costeira do Instituto Terramar.

- **Representante da Secretaria de Turismo e Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico do Município de Beberibe:**

V.S.: 54 anos, sexo: feminino, geógrafa com especialização em Análise Ambiental, atual secretária de Turismo e Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico do Município de Beberibe.

²⁸ Pessoa responsável por recolher a contribuição mensal dos pescadores para prestar contas à Colônia de Pescadores.

²⁹ Conforme declaração, J.P. iniciou sua formação através do Movimento Brasileiro de Alfabetização – MOBREAL, projeto de alfabetização de adultos, iniciado na década de 70 no Brasil pelo Governo Federal. As declarações de A.D., J.P., R.R. e M.M. apresentam um discurso comum: eles não tiveram oportunidade de estudar.

- **Turistas:**

E.S.: 16 anos, sexo: masculino, de Fortim (CE), vendedor de loja. Esteve pela primeira vez na Prainha.

M.B.: sexo: feminino, de Fortaleza, educadora. Esteve pela segunda vez na Prainha.

L.C.: 45 anos, sexo: feminino, de Fortaleza, assistente social. Esteve pela primeira vez na Prainha.

J.B.: sexo: masculino, de Fortaleza, engenheiro. Esteve pela primeira vez na Prainha.

E.R.: 39 anos, sexo: feminino, de Fortaleza, socióloga Alegre. Já esteve na Prainha, mas foi a primeira vez que se hospedou.

P.P.: 46 anos, sexo: feminino, pernambucana moradora de Fortaleza, editora cultural. Esteve pela primeira vez na Prainha.

M.E.: 19 anos, sexo: feminino, de Uberlândia (MG), ensino médio completo. Esteve pela primeira vez na Prainha.

A.Z.: 47 anos, sexo: feminino, carioca moradora de Fortaleza, formada em Letras, com doutorado. Esteve pela primeira vez na Prainha.

♦ **Análise e sistematização de dados coletados**

As entrevistas foram transcritas na íntegra e analisadas. O resultado da análise das entrevistas e da observação participante desta fase foi integrado aos resultados da fase anterior. O resultado final é um produto que surge da análise conjunta dos resultados das três fases da pesquisa: pesquisa documental e bibliográfica, diagnóstico preliminar de campo e segunda fase da pesquisa de campo.

5. Estudo de Caso: Prainha do Canto Verde

5.1. Aspectos descritivos e Contexto

5.1.1. Localização e Contexto do Desenvolvimento Turístico no Estado do Ceará

A Prainha do Canto Verde, foco central desse estudo, está localizada no município de Beberibe, litoral leste do Ceará, a 126 km de Fortaleza (Figura 5 e Figura 6). O litoral leste apresenta a maior densidade demográfica do Estado e é considerado a região mais procurada pela população da capital cearense em busca de lazer e turismo (CORIOLANO, 2001).

O litoral cearense está inserido dentro do contexto econômico do Estado do Ceará, que tem seu desenvolvimento historicamente caracterizado por atividades que se iniciaram com a exploração do pau-brasil, passando pela cana de açúcar, pelo pastoreio, comércio portuário, extrativismo, até o mais novo foco de exploração direcionado ao turismo e lazer. Num estado em busca de novas opções econômicas, o turismo se apresenta como uma oportunidade incontestável para desenvolvimento local e, conseqüentemente, como oportunidade de melhoria da qualidade de vida das populações locais. (CORIOLANO, *op. cit.*).

Algumas razões levaram o governo do Estado do Ceará a priorizar o turismo como meio de ampliar as suas alternativas de desenvolvimento. Entre elas, destacam-se as dificuldades com o sistema agrícola (pelo declínio das culturas tradicionais e intempéries climáticas) e a indústria pouco diversificada, que se concentrava essencialmente na região metropolitana de Fortaleza. Outro motivo inspirador para o

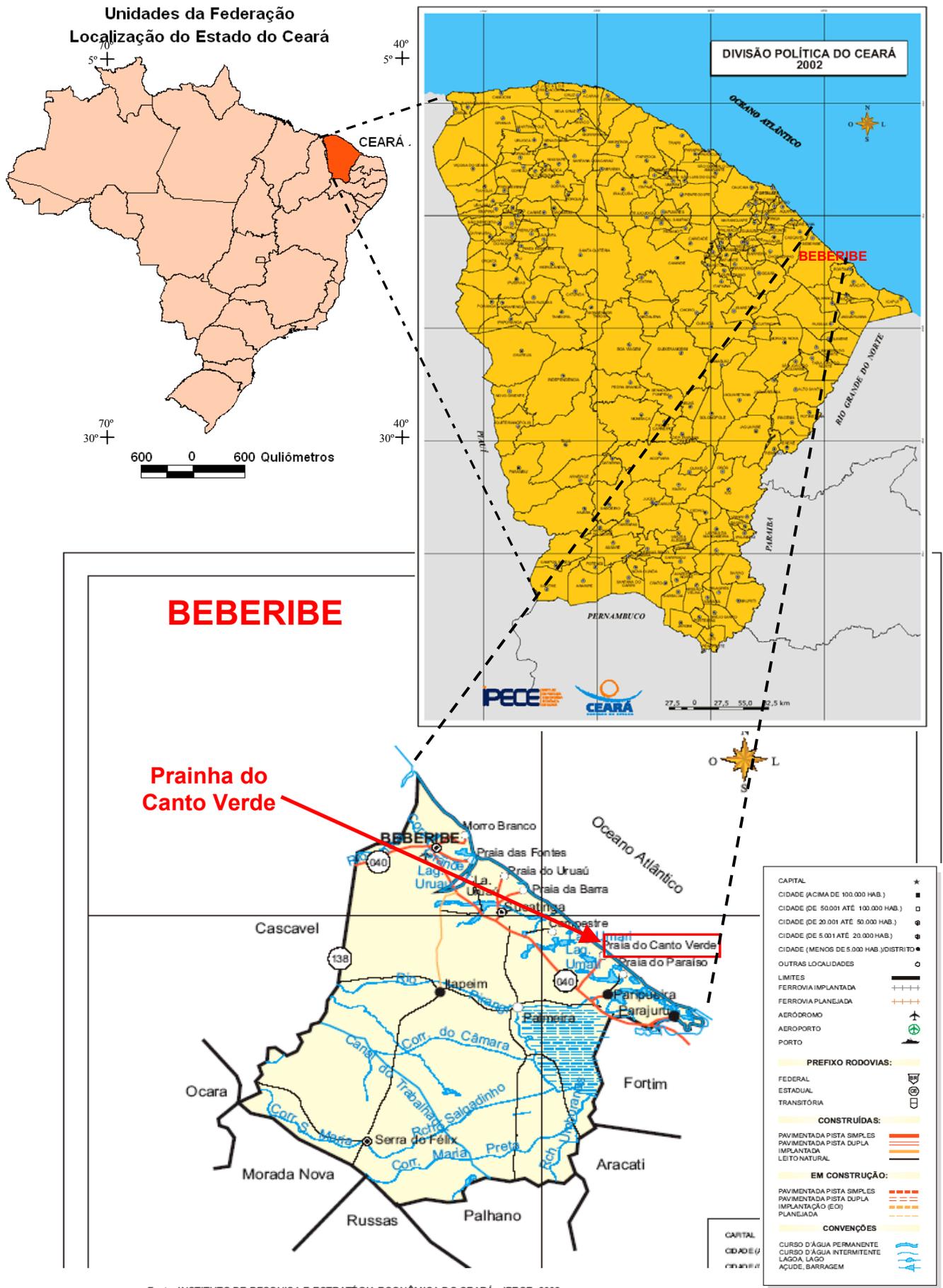


Figura 5: Localização da Prainha do Canto Verde no Brasil e no Estado do Ceará
 Fonte: Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE, 2002



(1cm = 7,5km)

Figura 6: Localização da Prainha do Canto Verde no Litoral Cearense
Fonte: Governo do Estado do Ceará/DERT, 2004.

desenvolvimento turístico do Estado foi o início da concepção de políticas integradas de desenvolvimento regional, com a promoção de investimentos em infra-estrutura física, aproveitando as potencialidades turísticas locais. Nessa estratégia, o litoral cearense passou a representar foco prioritário para as políticas de desenvolvimento turístico (BENEVIDES, 1998).

Como o Ceará não apresenta um rico patrimônio histórico, comparativamente com os oferecidos por Minas Gerais e Bahia, o turismo do Estado está diretamente relacionado com os aspectos ligados à natureza. A região ensolarada com praias de águas quentes e limpas, se torna o principal responsável pelo fluxo turístico ao litoral (CORIOLANO, *op. cit.*), ou seja, o sol e a praia se constituem nos elementos estratégicos da Secretaria de Turismo do Estado para a atração de turistas (LIMA, 2002).

Inseridas neste cenário de beleza cênica do litoral cearense encontram-se comunidades pesqueiras, que fazem das atividades artesanais tradicionais, como a pesca, sua principal fonte de renda. A atividade pesqueira deu origem a inúmeras culturas litorâneas regionais como a dos jangadeiros no litoral nordestino. Cultura que se particulariza pela relação intensa homem/mar e que se reveste de rituais e aspectos simbólicos:

Essas práticas e modo de vida se constroem em relação a um meio tanto fisicamente quanto socialmente instável e imprevisível. O mar, o espaço de vida dos pescadores marítimos, é marcado pela fluidez das águas e de seus recursos, pela instabilidade contínua provocada pelos fatores meteorológicos e oceanográficos, pela variação e migração das espécies, seus padrões de reprodução e migração, etc. A vida no mar é também marcada não só por contingências naturais, mas por temores e medos, acidentes e naufrágios, pela flutuação dos preços, pela extrema perecibilidade do pescado que, uma vez capturado, deve ser vendido rapidamente, o que obriga o pescador a acertos particulares de

comercialização que, usualmente, lhe são desfavoráveis. (DIEGUES, *op. cit.*, p. 161)

Ao pensar nas populações litorâneas do Ceará, apesar de sua relação forte com o mar, não se pode deixar de pensar na importância do elemento terra na vida dessas comunidades, seu espaço de viver.

Em terra, se concretiza a realização de trabalhos manuais artesanais como bordados, labirintos, rendas, além dos pequenos plantios de subsistência:

(...) É na terra que se planta o sustento quando ele não vem do mar. É na terra que se cria os filhos e filhas, enquanto se está e quando não se está no mar. É na terra que se vai construindo os momentos de organização e festa, de estudo e troca. É na terra que se gesta a cultura – tida aqui não como bem mas como trabalho, processo, mutação. É na terra, enfim, que se ressignifica a memória e o imaginário – inexistentes sem a presença do homem e da mulher que a habitam. (TUPINAMBÁ & CASTRO, 2001³⁰, p. 2).

É em terra, também, que se estabelecem os principais impactos ao meio ambiente e às populações locais. Segundo Diegues (*op. cit.*), a grande potencialidade apresentada pelas regiões favoráveis ao desenvolvimento de diversas atividades econômicas, inclusive o turismo, tem levado ao surgimento de relações conflituosas causadas pelo uso do espaço, e principalmente, pelo modelo de implantação e desenvolvimento da atividade turística que negligencia a participação das comunidades.

Como consequência do processo migratório para o litoral cearense, através da intensificação de sua urbanização, surgem graves problemas de ordem social e espacial, tais como expulsão de moradores, conflitos de posse e uso da terra, desmonte de dunas e destruição de recursos naturais (SALES, 1995 *apud* LIMA, *op. cit.*). Este processo é

³⁰ Caderno Povos do Mar: Afirmação da Vida!, publicado para o I Encontro Cultural dos Povos do Mar.

descrito por Lima (*op. cit.*, p. 77), onde é evidenciado um novo momento na história do litoral cearense, a partir da década de 1980:

(...) acirram-se os conflitos no e pelo direito ao uso do espaço à beira mar. Este que era o lugar de “assentamento” das comunidades pesqueiras marítimas, de partida e retorno de quem trabalha no mar, transformou-se em área privilegiada para a realização dos desejos (associados, por exemplo, aos banhos de mar, que passaram a ser justificados pela beleza da pele bronzeada) de uma parcela da sociedade urbana.

Saraiva (2002, p. 64) também ilustra este processo:

Gradativamente, os antigos ocupantes das demais praias de Beberibe são assaltados pela lógica mercantil do uso e ocupação do solo. O território usado pelos pescadores, pequenos agricultores e artesãos que ali residiam se torna alvo da cobiça de investidores que, ao contrário dos nativos, vêem o território apenas como um recurso para reprodução do capital. Fronteiras são redefinidas. Assiste-se a um duplo movimento. De um lado, a desterritorialização, de outro a reedição de territorialidades. É o novo que se instala e traz consigo o germe da transformação.

A prática do veranismo e a valorização do morar à beira mar, transformaram algumas localidades praianas em referências turísticas do Estado do Ceará. A chegada de veranistas, turistas e empreendedores turísticos transformaram a paisagem costeira cearense introduzindo padrões estéticos que se diferenciam do padrão tradicional da arquitetura local. Esse fenômeno é evidenciado através das segundas residências (prédios, mansões, muros altos), das cercas que indicam propriedade e marcos de grilagem da terra, das construções designadas a empreendimentos turísticos (pousadas, hotéis, parques aquáticos, etc.) e das barracas estilizadas (LIMA, *op. cit.*).

Alguns exemplos concretos sobre o desenvolvimento turístico em algumas localidades foram destacados por Lima (*op. cit.*):

- ◆ as construções de segunda residência à beira mar em Pecém e Paracuru não permitem mais que os pescadores aportem suas embarcações e estes estão morando longe do mar;
- ◆ complexos turísticos como Beach Park e Aquaville Resort, Hotéis Praia da Fontes, O Marina Park e a Cidade Turística de Porto Canoa implicaram a privatização do espaço público e restrições a acesso à praia;
- ◆ em Cumbuco e Caucaia as antigas colônias de pescadores deram lugar, inicialmente, ao loteamento incorporado e comercializado por uma empresa de empreendimentos imobiliários. Os moradores passaram a habitar uma pequena área definida pelo loteador;
- ◆ na Praia das Fontes, a área ocupada pelos pescadores se restringiu em função da construção do Hotel Praia das Fontes e a fonte que fornecia água para a comunidade foi incorporada à área do hotel.

A privatização do espaço público é alvo também de reclamação dos nativos de Praia das Fontes, conforme resultado de pesquisa de campo realizada por Saraiva (*op. cit.*) para sua dissertação de mestrado. Entre outras reclamações mais frequentes apareceram na pesquisa: a agressão à natureza, a falta de espaço para lazer e a não disponibilidade de terra para as novas famílias dos nativos. Durante o período da pesquisa de campo, a Praia das Fontes apresentava cerca de quinhentas residências, sendo que, deste total, apenas um quinto pertencia aos nativos.

De acordo com o exposto, não é difícil constatar que o turismo intensivo tem interferido na vida de algumas comunidades, causando impactos, nem sempre positivos e que, no Ceará, este fenômeno não ocorreu de forma diferente. O desenvolvimento sócio-econômico no litoral cearense tem sido conduzido, de maneira geral, com a exclusão de grupos nativos na tomada de decisão. O turismo aparece, muitas vezes, como a salvação econômica para as populações locais e as atividades econômicas tradicionais vêm sendo desvalorizadas e desarticuladas fazendo com que muitos pescadores deixem sua profissão e passem a trabalhar em empreendimentos ligados à atividade turística. No entanto, como mecanismo para o desenvolvimento sustentável, o turismo deve ser mais uma atividade econômica complementar e de apoio às atividades tradicionais (CORIOLANO, *op. cit.*)

Este modelo de implantação e desenvolvimento do turismo no Estado do Ceará é o resultado da política de desenvolvimento do PRODETUR-CE³¹, que realizou algumas ações responsáveis por transformações espaciais, culturais, econômicas e sociais. Estas transformações foram responsáveis, também, por impactos ambientais, pela especulação imobiliária, pela apropriação de terras dos pequenos grupos tradicionais que vivem nessa área, pelos conflitos de terra e pela privatização e degradação de espaços públicos (praias, duna, manguezais) (BENEVIDES, 1998).

³¹ O Governo do Estado do Ceará em consonância com o Programa de Ação para o Desenvolvimento do Turismo do Nordeste (PRODETUR-CE), promoveu e elaborou, em 1989, do Programa de Desenvolvimento do Turismo do Litoral Cearense (PRODETURIS). O PRODETUR se apresenta como concepção estratégica de desenvolvimento regional orientada para mapear e organizar o espaço físico de todo o litoral cearense, subdividido em 4 regiões turísticas (Metropolitana de Fortaleza, Sol Poente I, Costa do Sol nascente, Sol poente II), com vistas a detectar suas potencialidades de investimentos públicos e privados, dentro de uma perspectiva que leve em conta a preservação do patrimônio físico, ecológico e cultural das áreas estudadas (BENEVIDES, 1998)

O modelo de desenvolvimento do turismo do Estado do Ceará resultou em um expressivo fluxo turístico para o litoral cearense. Este fluxo é ilustrado, a seguir, pela tabela 4, na qual são apresentados os municípios do litoral mais visitados por turistas, em 2002.

Tabela 4: Municípios do litoral cearense mais visitados, 2002³²

POSIÇÃO NO RANKING	MUNICÍPIOS	Nº TURISTAS
1º	ARACATI	678.242
2º	CAUCAIA	151.926
3º	JIOCA DE JERICOACOARA	122.084
4º	BEBERIBE³³	113.945
5º	AQUIRAZ	96.986
6º	PARAIPABA	68.502
7º	PARACURU	24.417

O município de Beberibe, onde está a Prainha do Canto Verde, está situado em área de faixa litorânea de elevado valor econômico pela demanda turística e expansão urbana. Beberibe apresenta como principais atrativos: praias, falésias de areia colorida, nascentes e bicas, dunas, densos coqueirais, núcleos de pescadores, ancoradouros de jangadas, embarcações, lagoas, barras de rio, lagamares e mangues (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SEPLAN/IPLANCE, 2000³⁴) e se destaca no contexto turístico cearense. Em 2001, o município ocupou o terceiro lugar no *ranking* de municípios mais visitados do Estado (80.813 turistas), passando ao quarto lugar no *ranking* em 2002 (96.989 turistas). Esta posição no *ranking* se deve a seus dois principais destinos turísticos: Morro Branco (Figura 7 e Figura 8) e Praia das Fontes.

³²GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SETUR, 2002.

³³ Grifo nosso.

³⁴ Perfil Básico Municipal – Beberibe - CE



Figura 7: Morro Branco
Autor: Teresa Mendonça, 2003



Figura 8: Falésias - Morro Branco
Autor: Teresa Mendonça, 2003

O município apresenta área de 1.626,90 Km² com uma população residente de 42.343 habitantes, 5.315.318 localizados na região urbana e 2.115.343, na região rural. O município está dividido em sete distritos, sendo que a Prainha do Canto Verde localiza-se no distrito de Paripueira que apresenta 555 habitantes da região urbana e 3.476 na região rural, totalizando 4.031 habitantes (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SEPLAN/IPLANCE, 2003³⁵).

A Prainha do Canto Verde, no entanto, também está situada em área de faixa litorânea de elevado valor econômico, entre alguns dos principais destinos turísticos do litoral cearense: Porto das Dunas (Aquiraz), onde se localiza o Parque Aquático do Beach Park, Praia das Fontes, Morro Branco (Beberibe) e Canoa Quebrada (Aracati) (ALMEIDA, 2002). Na localidade, cerca de 1.100 habitantes estão estabelecidos em uma área de 749 hectares com praia de aproximadamente 5 Km de extensão (Figura 9), tendo seus limites ao norte pela comunidade de Ariós e ao sul por Paraíso.

³⁵ Anuário Estatístico do Ceará.



Figura 9: Prainha do Canto Verde
Autor: Teresa Mendonça

A Prainha do Canto Verde, situada sobre e entre dunas fixas e móveis, lagoas temporárias (Figura 10) e planícies alagáveis³⁶, apresenta como principais atrativos: praia aberta com mar calmo, dunas, coqueiral, lagoas (Figura 11) e como destaque a comunidade que tem na pesca artesanal, feita em jangadas, sua principal fonte de renda.



Figura 10: Paisagem – Prainha do Canto Verde
Autor : Teresa Mendonça, 2003



Figura 11: Lagoa do Jardim
Autor : Teresa Mendonça, 2003

³⁶ Planícies alagáveis são as chamadas vazantes, por onde escoam as águas em períodos de chuva.

5.1.2. O Local herdado – processo histórico-cultural

Na contramão da história, desafiando as regras de uma sociedade regida, prioritariamente, pelo sistema de interesse, essa comunidade pesqueira apresenta tradição de participação e de organização. A comunidade, que teve sua origem, segundo relatos orais, em 1860 (Figura 12), com a chegada de migrantes em busca de uma nova alternativa para a sobrevivência, a pesca, tem na luta pela terra, iniciada em 1979, a sua maior bandeira.



Figura 12: Nossas Famílias moram aqui há 140 anos.
Autor: Teresa Mendonça, 2003

Em 1979, começa o ataque do grileiro Antonio Sales Magalhães, recorrendo à usucapião e levando à venda das terras para a imobiliária Henrique Jorge (Figura 13).



Figura 13: Imobiliária Henrique Jorge
Fonte: Caderno Virtual de Turismo - IVT, 2003

A cronologia dos fatos históricos, que construíram a realidade da Prainha do Canto Verde, de 1860 a 2004, está relacionada a seguir, no Quadro 1 – Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2004).

Quadro 1: Cronologia da história da Prainha do Canto Verde (1860 – 2004)³⁷

ANO	ACONTECIMENTO
1860 - 1870	<ul style="list-style-type: none"> ❖ De acordo com relato oral dos moradores mais velhos, as primeiras pessoas chegaram à localidade procurando a sobrevivência na pesca. ❖ Joaquim “Cabloco” Fernandes do Nascimento e Maria da Conceição “Filismina” chegam à localidade e constroem um barraco para morar.
1928	<ul style="list-style-type: none"> ❖ É realizado o “Raid” da jangada Sete de Setembro até Pará (Belém). A primeira notícia documentada sobre a comunidade: Fortaleza, Jornal O Povo e Belém, Jornal do Norte (7 de setembro).
1974	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As fortes chuvas fazem transbordar a lagoa do Jardim na Prainha do Canto Verde, causando a destruição de varias casas de taipa. Inicia-se, então, a mudança da população para o Bairro Vermelho.
1976	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Começa o ataque do grileiro Antonio Sales Magalhães, levando ao usucapião e à venda das terras para a imobiliária Henrique Jorge.
1979	<ul style="list-style-type: none"> ❖ O grileiro, Antonio Sales, entra com ação de usucapião na Comarca de Beberibe para regularizar 749,44 hectares de terra (26 de abril). ❖ Os moradores somente tomam conhecimento do usucapião depois do prazo legal.
1980	<ul style="list-style-type: none"> ❖ É fundada a Escola Bom Jesus dos Navegantes.
1981-1984	<ul style="list-style-type: none"> ❖ As irmãs Vilani e Inês do Campestre da Penha articularam as primeiras reuniões sobre religião e educação na comunidade. ❖ Os moradores entram em contato com CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos da Arquidiocese de Fortaleza, fundada pelo Cardeal D. Aloisio Lohscheider, e Caritas para ajudá-los na luta da terra.
1984	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Embora seja o imóvel usucapiado confinante como terreno da União Federal (terra da marinha), o juiz da Comarca de Beberibe julgou ação favorável ao Sr Antonio Sales Magalhães (24 de janeiro). ❖ O CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos assumiu a defesa dos moradores ameaçados de expulsão.
1985	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização do seminário Rural da Arquidiocese de Fortaleza (10 a 14 de setembro).
1987	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Primeira visita de René Schärer, à Prainha do Canto Verde.
1988	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A empresa imobiliária Henrique Jorge apresenta o projeto “Porto da Jangadas”, que dividia a Prainha do Canto Verde em 4.547 lotes, em uma área de 321 hectares.
1989	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Constituição da Associação dos Moradores com a ajuda do CDPDH – Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (16 de abril). ❖ Advogados da CDPDH promovem competente ação rescisória nº 661/89 (3 de agosto).
1991	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Inicia apoio de empresários (amigos) suíços do Renée à comunidade (Amigos da Prainha do Canto Verde). ❖ Começa Projeto de desenvolvimento comunitário desenvolvido pela Fundação dos Amigos da Prainha do Canto Verde (dezembro).

³⁷ Elaboração própria baseada em documentos coletado e em entrevistas realizadas com membros da comunidade em pesquisa de campo (janeiro e julho/2003).

1992	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Chega e fixa moradia na Prainha do Canto Verde, René Scharer, ex-executivo da Swissair (maio). ❖ Mas de 15 capangas chegam na escuridão da noite e derrubam o alicerce e paredes da creche em construção, queimando as madeiras para construção. O dono da Imobiliária cumpre a ameaça já prometida.
1993	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Foram cedidas bolsas de estudos do 2º grau, em Fortaleza, para 13 alunos pela Fundação de Amigos da Prainha do Canto Verde. ❖ Inauguração do Entreposto de Pesca Comunitário (abril). ❖ Inicia-se o primeiro experimento em educação a partir da estruturação da Creche infantil (Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes) ❖ Acontece o S.O.S. Sobrevivência, viagem de protesto na jangada comunitária até o Rio de janeiro contra a pesca predatória, a especulação imobiliária, o turismo selvagem e a falta de apoio governamental. Participaram 4 pescadores e 2 mulheres da comunidade. Duração: 74 dias (4 de abril). ❖ Criação do Conselho de Saúde Comunitário e início do Projeto de Mortalidade Infantil Zero. ❖ Surge o Instituto Terramar, entidade sem fins lucrativos que tem como papel principal promover, organizar e incentivar o desenvolvimento integrado junto às populações costeiras cearenses, procurando a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento de sua autonomia. Sua origem foi resultado do Protesto S.O.S. sobrevivência (14 de julho). ❖ Começa, informalmente, a visita de turistas, hospedando se em casa de pescadores. Os primeiros turistas são amigos que apóiam os projetos desenvolvidos e pessoas ligadas a ONG's. ❖ Inicia-se a discussão sobre turismo na comunidade.
1994	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Nasce o Conselho de Educação. ❖ Criação do Conselho da terra. ❖ Criação do Conselho da pesca. ❖ Aplicação de questionário sobre a importância e impactos do turismo, pelos alunos bolsistas, com moradores da Prainha do Canto Verde, Canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes (julho).
1995	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Inicia-se o Projeto Criança construindo. Projeto de educação que visa à realização de um conjunto de ações para a promoção da melhoria da escola pública da comunidade. ❖ A comunidade consegue a primeira concessão de terra da União na luta pela terra. A DPU – Delegacia do Patrimônio da União reconhece o direito do pescador Manoel Turico de construir sua casa de alvenaria a 60 m da praia (15 de fevereiro). ❖ No aniversário do movimento SOS Sobrevivência, mais de 500 pescadores e mulheres fazem um protesto na frente da sede do Governo de Estado do Ceará, pedindo providências no combate à pesca predatória. Assim nasce o Fórum dos Pescadores do Litoral Leste contra a pesca predatória (04 de abril). ❖ Capangas utilizam de violência destruindo alicerces de casa, colocando fogo em barracas de 2 famílias (25 de maio). ❖ O ataque vira manchete de jornal e a Polícia Federal abre inquérito contra o Sr. Henrique Jorge. ❖ Realização do Encontro do Fórum do Litoral e Fórum de Pescadores do Litoral Leste. Movimento social de luta pela participação dos pescadores no ordenamento da pesca, desenvolvimento do turismo e do gerenciamento costeiro. Num mutirão de 72 horas, muitos voluntários ajudam na construção das duas casas que o ataque da Imobiliária quis evitar. (14 a 16 de julho).
1995	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Mortalidade infantil zero: desde 1995 a comunidade apresenta índices baixíssimo de mortalidade infantil. ❖ Criação de grupo de trabalho para estudar e debater diferentes propostas para o desenvolvimento do turismo, e que resultou da primeira proposta de um projeto de turismo comunitário do Ceará. ❖ Começam as reuniões do grupo de trabalho para criação do regulamento da terra.
1996	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Surge o primeiro regulamento da pesca. ❖ A Assembléia Geral da Associação dos Moradores aprova o regulamento sobre o Uso e Ocupação da Terra proposta pelo grupo de trabalho (Abril 1996).

1997	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Criação do Conselho de Turismo. ❖ Elaboração da Missão do Projeto de turismo da Prainha do Canto Verde. ❖ René Schärer recebe o “Prêmio Criança 1997” da Fundação Abrinq em São Paulo, em mérito ao trabalho em defesa dos direitos da criança (Educação e Saúde).
1998	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização do Seminário de Eco-turismo Comunitário (29 e 30 de outubro). ❖ Chega energia elétrica na Prainha através de um projeto da Associação dos Moradores/Governo do Estado/Banco Mundial (Projeto São José).
1999	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Sr. Henrique Jorge entra em acordo com as famílias prejudicadas com o ataque de 1995, pagando os danos materiais (junho). ❖ Realização do primeiro curso de liderança do litoral leste.
2000	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Recebimento do prêmio TODO!99 pelo projeto de Turismo socialmente responsável durante a Feira Internacional de Turismo em Berlim (março). ❖ Sr. Henrique Jorge volta à comunidade, contrata trabalhadores para plantar salsa e fixar as dunas, mas os ventos, as dunas moveis e a natureza não deixam (abril). ❖ A Câmara Municipal de Beberibe aprova a nova Lei Municipal sobre uso e ocupação de solo (outubro). ❖ Amigos da Prainha do Canto Verde (Associação filantrópica de apoio financeiro aos projetos da Prainha) é oficialmente constituída (outubro). ❖ A imobiliária mais uma vez impede a construção da moradia de um nativo e começa a cercar a área. Os moradores procuram proteção na justiça (novembro). ❖ Recebimento do Prêmio TOURA D’OR 2000 (Concurso que promove filmes de turismo socialmente responsável) para o melhor filme documentário sobre turismo comunitário. Filme realizado por uma produtora suíça. ❖ Realização do segundo curso de liderança do litoral leste do Ceará. ❖ Realização de uma série de cursos de capacitação da Incubadora de Cooperativas da UFC – Universidade Federal do Ceará, sobre Associativismo/Cooperativismo.
2001	<ul style="list-style-type: none"> ❖ A comunidade está cercada e é intimidada pelos capangas de Henrique Jorge. Os moradores entram com mais uma causa na justiça (janeiro). ❖ Chega a estrada de asfalto por conta do projeto FUNGETUR (Fundo Geral de Turismo do Governo Federal). ❖ O Conselho de Turismo inicia o processo de transformação em cooperativa (COOPECANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato) (janeiro). ❖ Um mutirão de mulheres, homens, crianças e adolescentes da Prainha e de comunidades vizinhas derrubam a cerca construída pela imobiliária (fevereiro). ❖ Oito desembargadores do Tribunal de Justiça do Ceará, em unanimidade, condenam a compra da terra como puro ato de grilagem, depuradora e imoral. Concede vitória à população. O juiz estadual não tinha competência para julgar usucapião que envolve terra da União (30 de abril). ❖ Inicia-se o projeto de turismo comunitário em Ponta Grossa (Icapui) com apoio financeiro dos Amigos da Prainha do Canto Verde (setembro). ❖ Os réus entram com embargo declaratório contra a sentença (31 de agosto). ❖ Por ordem judicial a imobiliária fica proibida de mexer em Qualquer estaca, cerca ou construção na área de conflito (dezembro). ❖ A comunidade solicita ao CNPT-IBAMA a criação de uma Reserva Extrativista Marinha, para melhorar a gestão da pesca e em defesa contra a pesca predatória (setembro). ❖ Realização do terceiro curso de liderança do litoral leste do Ceará.
2002	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Desembargadores rejeitam os argumentos dos advogados dos réus sobre falhas processuais no julgamento da ação rescisória (1 de fevereiro). ❖ Os réus recorrem em última instância ao Tribunal Superior Federal em Brasília (25 de fevereiro). ❖ É criada a Escola dos Povos do Mar, para trabalhar conteúdos relativos à pesca e assuntos diversos em que o calendário combinasse com a atividade pesqueira. ❖ Início da discussão sobre Turismo Comunitário em Tatajuba e Balbino. ❖ René Schärer ganha o 1º lugar no Concurso de Estudos de Caso sobre Turismo Sustentável oferecido pelo SENAC.

2003	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização, na Prainha do Canto Verde, de oficinas preparatórias para o I Seminário Internacional de Turismo Sustentável: Turismo Comunitário no Interior do Município de Beberibe, Ceará e Oficina para Comunidade com Ecoturismo na América Latina (6 a 11 de maio). ❖ Realização do I Seminário Internacional de Turismo Sustentável em Fortaleza Realização da UECE-NETUR, Instituto Terramar e CEFET / Patrocínio: Fundação Suíça para Solidariedade do Turismo, Fundação Amigos da Prainha do Canto Verde (12 a 15 de maio). ❖ Reunião para eleição da nova diretoria da COOPECANTUR (28 de julho). ❖ Realização do Seminário Planejamento até 2007. Reunião para revisão do Projeto Turístico Comunitário (21 a 23 de agosto). ❖ Novo conflito: capangas derrubam cerca de vazantes na Prainha do Canto Verde (21 agosto). ❖ Moradores e participantes do Seminário de Planejamento levantam a cerca da vazante derrubada há dois dias (23 agosto). ❖ O Projeto de Turismo ganha mais um prêmio - Turismo para o Futuro da British Airways (British Airways Tourism for Tomorrow Awards). ❖ O processo RESP 589970 é registrado no STJ e designa o Ministro Antônio Pádua de Riberio como relator do processo (22 outubro) e vai para o Ministério Público Federal para emissão de parecer (21 novembro).
2004	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Ely Fernandes de Lima representa a comunidade no debate sobre Turismo Comunitário no Fórum Social Mundial em Mumbai, Índia (janeiro). ❖ A comunidade continua aguardando a decisão final do Supremo Tribunal Federal sobre a questão da posse da terra.

A questão da terra ajuda o processo de organização da comunidade e leva ao surgimento, em 1989, da Associação de Moradores, com o apoio do Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos – CDPDH, seu núcleo central e norteador.

Os conflitos da terra continuam em momentos específicos, como em 1995 e 2001, com atos de violência sobre a comunidade. Em 1995, agentes fortemente armados, quebram os alicerces de duas casas e ateam fogo aos barracos de duas famílias. Em 2001, a comunidade é cercada por outros agentes contratados pela Imobiliária Henrique Jorge, que constroem uma cerca em torno da área onde está estabelecida a comunidade, algumas estacas passam, até mesmo, pelos quintais de alguns moradores. Apesar do poder econômico e político dos agentes imobiliários, a comunidade luta e resiste e, o Tribunal de Justiça do Ceará, neste mesmo ano, condena a compra de terras como ato de grilagem e concede vitória à população local. Os agentes imobiliários perdem em todas as instâncias na Justiça, passando a cargo do Supremo Tribunal Federal o destino desta comunidade. Mesmo na expectativa da decisão final, a

comunidade é mais uma vez provocada em 21 agosto de 2003, com a derrubada da cerca das áreas de vazante³⁸ por agentes pagos pela Imobiliária Henrique Jorge (Figura 14). No entanto, mais uma vez, a comunidade resiste e se fortalece.



Figura 14 :Derrubada das cercas das áreas de vazantes
Fonte: René Schärer, 2003

A história de luta, conquista e resistência desta comunidade provoca curiosidade e fomenta a questão: -Como os membros desta comunidade conseguem a coragem para enfrentar agentes imobiliários com poder político, econômico e com ações de violência constantes sobre eles e com exemplos em todo o território nacional? O conhecimento de seus direitos, pelos moradores da Prainha do Canto Verde, é uma das causas que levaram às conquistas já garantidas pela comunidade, conforme relata M.L. (julho, 2003), líder comunitária:

Porque quando agente descobriu os nossos direitos [...] porque agente não sabia e se sentia ameaçado. Mas quando agente descobriu que agente tinha direito, que nós podíamos lutar, para ganhar, vencer, nós então fizemos um grupo, mas um grupo de muita coragem, de muita força, [...] um grupo que enfrentava prefeito, enfrentava todo mundo, advogado, juiz, que eram contra, enfrentava sem medo e daí o grupo foi aumentando, foi crescendo porque agente passou para as outras pessoas que valia a pena agente lutar, agente enfrentar, com tantas ameaças, com tantos poderosos contra nós, mas valia a pena.

³⁸ Espaço utilizado para produção de alimentos por alguns moradores.

O reconhecimento de seus direitos pela comunidade da Prainha, também é validado por outros dados importantes fornecidos por Almeida (*op. cit.*), coletados em sua pesquisa de campo. Segundo o autor, 99,4% das famílias estão conscientes do direito à posse da terra pelos nativos e 75,8% estão conscientes que não podem vender suas terras para outras pessoas (Figura 15).



Figura 15: A terra é nossa e não abrimos mão dela.
Fonte: Caderno Virtual de Turismo - IVT, 2003

O fortalecimento da comunidade e coragem para enfrentar agentes poderosos e garantir os seus direitos podem também ter sido adquiridos e garantidos pela fé³⁹ demonstrada por seu povo, conforme relata um dos moradores:

Primeiramente, “nós tinha” que acreditar em Deus, e fazer muita oração. O pessoal da arquidiocese, o pessoal da igreja, tinha uns padre junto com nós, e no momento que agente abria a reunião, agente lia a Bíblia, e lia aquelas passagens e refletia. E agente tem que ser firme na fé e acreditar, e pedir a Deus que não há violência, e aí não acontece. Até hoje nós lutamos com força e coragem naquele Pai.

³⁹Conforme relato de Boff (*op. cit.*, p. 114), as comunidades apresentam características que têm colaborado para que estas suportem as pressões dos interessados na manutenção de seus privilégios e “a fé cristã funciona como uma mística poderosa, como uma utopia de grande fôlego que sustenta as ações e lhes transfere um peso de eternidade. “A religião, através das CEBs, aparece mais bem articulada com a história e pode oferecer um sentido pelo qual valha a pena viver.

Eles querem a nossa fraqueza, os grandes, os ricos, deputado, senador, vereador, o presidente, o governador, eles querem a nossa fraqueza. Quando nós está fraco, vamos enfraquecer o nosso companheiro. Então nós têm que luta. Quem matar não se mata como qualquer animal não. Agora quando eles conhece a nossa fraqueza: eles são fracos, vamos matar... por que hoje a imobiliária tem medo da nossa comunidade? Por que a imobiliária tem medo de nós? Porque nós temos coragem. Aqui eles plantam a cerca de arame na beira da estrada, e nós fomos e derrubamos. E eles até hoje não vieram botar outra mais não. E nós precisamos ser fortes. Agente tem que ser forte. Agora, se agente for fraco, se junta com os outros fracos: pronto, eles querem a nossa fraqueza. E agente tem que ser forte, pedir a Deus. E aqui na nossa comunidade, eles não ganham aqui porque nós somos fortes. E Deus quer que agente more aqui, viva nossa vida. E aqui eles não ganham, e vocês têm que ser forte aqui na comunidade de vocês.

Deus não deu terra para os ricos não. Deus deu terra para nós pobres morar, aliás, eles também, mas que não deixem nós, nativos, ficar na rua como agente vê. E Deus deu a terra, o dom de Deus para nós morar, colher o nosso pão, ter a nossa família, morar na tranqüilidade, não ser matado, porque no outro mundo eles vão pagar. (...)

(R.R. julho 2003)

Um fato comprova a organização desta comunidade e se transforma em um marco para a construção histórica da Prainha do Canto Verde e atrai a atenção da mídia nacional e internacional: em 4 de abril de 1993, quatro pescadores iniciam, em uma jangada de 8 metros, uma viagem de protesto - S.O.S. Sobrevivência (Figura 16).



Figura 16: Viagem de Protesto S.O.S. Sobrevivência
Autor: Teresa Mendonça, 2003

A viagem, com duração de 76 dias na jangada comunitária até o Rio de Janeiro, contou também com a presença de duas mulheres da comunidade que acompanharam os pescadores de carro. Esta viagem, que teve a intenção de chamar a atenção da sociedade civil, da imprensa e dos governos sobre as ações da pesca predatória da lagosta, da especulação imobiliária e do turismo predatório, acaba sendo um marco para história de luta de todas as comunidades pesqueiras do litoral cearense, cansadas das agressões sofridas em terra pelos agentes imobiliários e, no mar, pelos predadores da lagosta. Das iniciativas de protesto, advindas da Prainha do Canto Verde, resultam, a partir de então, em várias realizações no litoral cearense como, o I Fórum dos Pescadores do Litoral Leste e a comunidade assume a liderança em diversas iniciativas na zona costeira.

O processo histórico é representado, também, por manifestações culturais que expressam o modo de vida da comunidade: pesca artesanal, expressão artística diversificada, artesanato, festas tradicionais, culinária, cabanas (encontro na praia, ao redor de pirão de peixe feito na lenha) (ALMEIDA, *op. cit.*).

A Regata Ecológica, Semana Santa e a Festa de São Pedro são as principais festas realizadas pela comunidade, sendo a Festa de São Pedro, padroeiro dos pescadores, a mais popular. Segundo Almeida (*Id.*), na busca de indicadores culturais, 48,4% das famílias participam dos preparativos das festas populares; 64% frequentam os festejos da Semana Santa, 75% a Regata Ecológica e 80% a Festa de São Pedro. Ou seja, o nível de participação das famílias durante os eventos e em sua organização contribui para a mobilização das pessoas para o trabalho comunitário, estimulando o espírito de grupo e oferecendo ferramentas para o trabalho em equipe. As festas tradicionais além de fortalecerem a identidade cultural da comunidade, têm beneficiado

economicamente a Prainha do Canto Verde com o aumento do fluxo turístico durante a realização dos eventos.

5.1.3. Aspectos sócio-econômicos e de infra-estrutura

A Prainha do Canto Verde é uma comunidade “tradicional” rural, com cerca de 196 famílias divididas em 185 casas (76% de alvenaria, 8% de taipa e 16% de palha) (Figura 17), sendo apenas uma casa de propriedade de “não nativos” (uma família de Fortaleza), utilizada como segunda residência⁴⁰ (ALMEIDA, *op. cit.*).

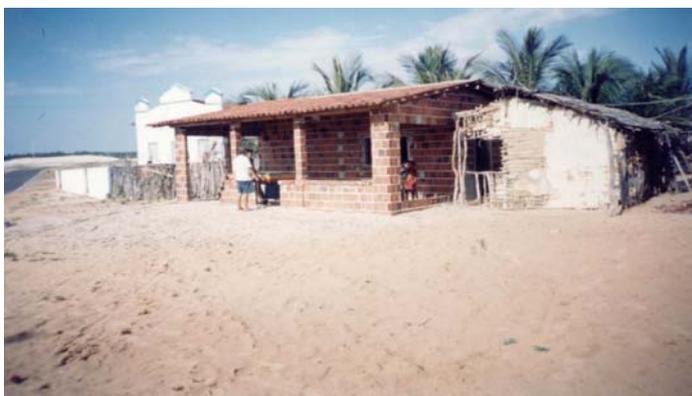


Figura 17: Casa
Autora: Teresa Medonça, 2003

Quase toda a população nasceu na Prainha (87% dos entrevistados), sendo que 51% dos habitantes são do sexo feminino e 49% do sexo masculino. A faixa etária da população situa-se, em sua maior parte, entre 20 a 29 anos (36%). As faixas complementares dividem-se: com mais de 50 anos (10%), 40 a 49 anos (16%), 30 e 39 anos (19%) e com menos de 20 anos (19%) (ALCANTARA, 2003) (Figura 18).

⁴⁰ Um morador (nativo) vendeu sua residência, na beira da praia, para uma família de Fortaleza. Esta família utiliza a casa para passar fins de semana, férias e feriados. Não utilizam a propriedade para fins comerciais.



Figura 18: Crianças – pequenos pescadores
Autor: Teresa Mendonça, 2003

É importante destacar que um dos critérios importantes para definir uma população como tradicional, além do modo de vida, é sem dúvida a questão da identidade, reconhecer-se como pertencente àquele grupo em particular. As culturas e sociedades tradicionais, como a comunidade da Prainha do Canto Verde, se caracterizam, segundo Diegues (*op.cit.*, p. 79), entre outros itens, pelas seguintes características:

- ◆ dependência e até simbiose com a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis, a partir do qual se constrói um modo de vida;
- ◆ noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente;
- ◆ moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais podem ter-se deslocado para outros centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados;
- ◆ importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de “mercadorias” possa estar mais ou menos desenvolvidas, o que implica numa relação com o mercado;
- ◆ reduzida acumulação de capital;
- ◆ importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e as relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais;

- ◆ importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e atividades extrativistas;
- ◆ a tecnologia utilizada é relativamente simples, de impacto limitado sobre meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final;
- ◆ fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos;
- ◆ auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras.

A comunidade da Prainha do Canto Verde apresenta como principal atividade econômica a pesca (Figura 19), praticada por cerca de 61% das famílias. O pescado é consumido pelas próprias famílias, doado para as famílias mais necessitadas⁴¹ e/ou é trocado por alimentos como farinha e feijão, e a outra parte é comercializada (ALMEIDA, *op. cit.*).



Figura 19: A pesca
Autor: Teresa Mendonça, 2003

O turismo aparece no contexto sócio-econômico, ainda de forma incipiente, como uma nova oportunidade de geração de emprego e renda complementar, conforme

⁴¹ Principalmente as famílias que não têm o pai de família e possuem crianças que ainda não têm idade para pescar são assistidas com doação de peixe.

declaração de A.A. (janeiro 2003):

Eu tenho 25 anos, sou filho de pescador, pescador também e trabalho hoje, atualmente, com turismo. Minha renda complementar é o turismo. Uma coisa que a comunidade tem feito desde o início é tentado conscientizar os moradores que não seja só a pesca, que fique assim implantado na comunidade desse tamanho se desenvolvendo só com a pesca. Porque mais cedo ou mais tarde, ele vai chegar. O trabalho nosso, hoje, é um trabalho voluntário, mas que se torna produtivo para a própria comunidade porque é um trabalho que vem dando certo e que vem dando espaço àqueles jovens que não têm vocação para a pesca. Então eles estão começando a gostar da palavra turismo, a trabalhar com turismo. O objetivo nosso aqui é conscientizar os jovens para que eles, primeiro, possam fazer turismo, que eles tenham acesso à conscientização de não vender a terra que é deles, para eles serem os próprios donos dos empreendimentos turísticos na comunidade, não só agora, mas como no futuro. Porque isso no futuro vai valer muito. E cada um que tem um pedaço de terra aqui tem que se conscientizar e valorizar. Porque essa terra é nossa, é das pessoas que moram, que nasceram aqui. E se não preservar, agente vai chegar ao ponto de que agente não vai poder fazer turismo, porque não tem com que fazer turismo.

A maior parte da população (51%), segundo Alcântara (*op.cit.*), está ocupada com serviços domésticos, produção de artesanato, pintura, assistência de saúde. O restante da população se ocupa com a pesca (26%), são estudantes (11%), professores (6%) e donos de comércio – pousadas comunitárias, barracas de praias e restaurantes (6%). Outras ocupações foram também elencadas pela autora como: motorista, manicure, pedreiro, pintor, carpinteiro, vendedor de loja, trabalho na construção civil, manutenção de jangadas, montagem de cangalhas e redes, tapioqueira, monitor de coral, pequeno produtor de plantio de mandioca, milho e batata e criador de galinha para consumo próprio e pequena venda. Atualmente o turismo cria a possibilidade de outras ocupações como guias, bugreiros, garçons para barracas, cozinheiros, merendeiras, etc, e incentiva à produção de artesanato, etc. (Figura 20).



Figura 20: Artesãos
Autor: Teresa Mendonça, 2003

Apesar da diversidade de ocupações mapeadas, a renda básica para a sobrevivência da comunidade local ainda tem origem na pesca. No entanto, conforme relatos orais, a pesca não se apresenta como atrativa, atualmente, para muitos jovens da comunidade, que, apesar de terem consciência de sua importância econômica e de seu valor histórico-cultural, anseiam por uma outra alternativa de trabalho:

A idéia não é que os meninos não têm vocação. Eu falo daqueles que não têm vocação para a pesca. Porque hoje é uma coisa muito relacionada... apesar de estar no sangue, mas tem muitos filhos de pescadores que não querem trabalhar como pescadores, não querem ser pescadores. Então a comunidade oferece a oportunidade de trabalhar como garçom, como guia, fazendo trilhas, oferecendo serviços turísticos na comunidade que não sejam a pesca. Mas existe dentro da comunidade um grupo voltado à pesca com certeza. A pesca, com certeza; 70% da renda familiar da Prainha dos Canto Verde é a pesca. (A.A., janeiro 2003)

Porque pescador é uma vida muito sofrida. Aí ser pescador assim, meu pai sempre fala que para o mar não dá não. Só porque ele mesmo que era para criar nós, mas ele pediu que nosso destino fosse diferente. [...]Tem, vários rapazes da comunidade que querem ser pescadores, porque vai uma vez e acha bom pescar e quer ir sempre. E no mar eles fazem dinheiro, aí eles ficam cada vez mais incentivado. Mas para agente que estuda a pesca não é muito bom não, melhor seguir outro rumo. (R.L., julho 2003)

Parece claro que parte da nova geração não deseja ter na pesca seu principal labor, a não ser que não tenha outra opção. Os jovens sonham com alternativas diferentes, mas a oferta de trabalho na localidade ainda é pequena. O trecho da Literatura de Cordel⁴² parece ilustrar essa afirmação:

(...) Aqui na Prainha
 Temos pouca opção
 O trabalho é difícil
 Muitos ficam na mão
 A pesca e o artesanato
 Está presente na Prainha
 Quem segue esta profissão
 Faz do pão e da farinha
 Os jovens fazem esforço
 Para na Prainha ficar
 Mas falta oportunidade
 No seu próprio lugar (...)

A busca por outras fontes de renda preocupa a comunidade, que deseja evitar a migração da nova e futura geração, para os grandes centros urbanos. Essa preocupação é ilustrada pelos próprios jovens da comunidade no mesmo texto:

(...) Por falta de trabalho
 Muitos procuram um meio
 Saindo de sua terra
 Morando em lugar alheio
 Uns quando chegam lá
 Passam muitas dificuldades

⁴² Trecho da Literatura de Cordel criada por alunos da Escola dos Povos do Mar – Título: Os Jovens da Prainha do Canto Verde – Beberibe – CE, Autores, Airton, Xavieles e Mônica, Abril / 2003.

Não arranjam emprego
Saindo novamente das cidades
A maioria não desiste
Mesmo na dificuldade
Tentam ficar um tempo
Com força e vontade
Quando conseguem trabalho
Tentam se dedicar
Trabalhando igual um monstro
Para a família sustentar
Muitos seguem este destino
Saindo de sua localidade
Dizendo que vai embora
A procura de qualidade (...)

O retorno de seus filhos à Prainha do Canto Verde é sempre visto com grande alegria pelos moradores. A.A., Diretor de finanças da COOPECANTUR e L.F., Presidente, retornaram do Rio de Janeiro e São Paulo respectivamente, e, têm no turismo, o motivo de permanecerem em sua terra natal. Assim, o turismo timidamente começa a se apresentar como uma nova oportunidade de trabalho e renda. Prática que vem enchendo de esperança os jovens e famílias da comunidade de realizar o sonho de trabalhar sendo remunerados. Essa esperança também é relatada pelo Cordel:

(...) Todo mundo trabalhando
Esse problema acabará
Não precisa ir embora
Muitos querem voltar(...)
Vamos pensar positivo
Nessa nova geração

Criando mais emprego
Nessa pequena região.

Com relação ao grau de instrução, a maior parte da população tem o primeiro grau incompleto (35%), 17% tem segundo grau incompleto, 15% são constituídos de analfabetos⁴³, 8% tem segundo grau completo e 6% tem nível superior (ALCANTARA, *op. cit.*)⁴⁴.

Quando a Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes foi fundada em 14 de agosto de 1980, a maioria dos moradores da comunidade, acima de 35 anos, não sabia nem ler nem escrever. Além disso, havia um alto índice de repetência e evasão escolar⁴⁵. A atividade pesqueira não permitia, e ainda não permite, que os pescadores freqüentem as salas de aula pelo funcionamento irregular da atividade. Esta realidade também é descrita pelos jovens alunos da Escola, pois

(...) Os que estão na pesca
Dela ganham o sustento
Tinham sempre que escolher
O estudo ou alimento⁴⁶(...)

A localidade apresenta uma infra-estrutura básica que pode ser considerada precária. A energia elétrica chegou em 1998, sendo que, em 2002, 76% das famílias já estavam ligadas à rede elétrica. O sistema de saneamento básico é inexistente (48,4%

⁴³ É importante destacar que grande parte da geração, que iniciou a luta contra a grilagem e posse da terra por agentes externos, está situada entre os moradores identificados como analfabetos.

⁴⁴ Conforme observação na pesquisa de campo realizada em julho (2003), os 6% com nível superior são professores que estão concluindo o ensino superior de magistério e ministram aulas na comunidade.

⁴⁵ Fonte: Folheto Escola Municipal Bom Jesus dos Navegantes – Nossa História. Prainha do Canto Verde 2002-2003.

⁴⁶ Airton, Xavieles e Mônica, *op. cit.*

das famílias possuem fossa, 33,3% possuem poço a mais de 15 metros da fossa ou banheiro, 87,7% tratam a água e apenas 20,6% possuem água encanada) (ALMEIDA, *op. cit.*). Em 2001, chega a estrada de asfalto por conta do projeto FUNGETUR - Fundo Geral de Turismo do Governo Federal (Figura 21 e Figura 22).



Figura 21: Estrada e energia elétrica
Fonte: Caderno Virtual de Turismo – IVT, 2003



Figura 22: Estrada e dunas
Autor: Leonardo Hoelderbaum, 2004

A Toyota comunitária é utilizada para transporte de doentes ou para outros serviços considerados prioritários. A coleta de lixo é feita uma vez por semana pelo mesmo veículo e não existe nenhum programa de coleta seletiva e reciclagem para seu melhor aproveitamento. Apesar de já existir um sistema de coleta mais regularizado e ter sido iniciado um trabalho de conscientização da comunidade com a distribuição de sacos de lixo à população, um dos maiores problemas enfrentados pela comunidade ainda é a quantidade de lixo lançada nos espaços públicos, inclusive na praia, influenciando na paisagem local. Boa parte do lixo oferece perigo para a própria população e para os visitantes, como pedaços de ferro, madeiras com pregos enferrujados, vidros, pedras, fios entre outros. Nenhum projeto de coleta e reciclagem de lixo foi ou está sendo implantado na comunidade, apesar de todos terem noção de que o lixo pode ser transformado em a fonte de renda para muitas famílias:

(...) depois agente se preocupou com a questão da saúde, e um dos maiores desafios que até hoje agente enfrenta... tanto educar o pessoal a questão do lixo, que é questão de educação, como a questão também de trabalhar a questão de tentar o máximo cada ano diminuir o volume de lixo da comunidade, ou seja, algum lixo que está sendo jogado desde agora ou por muitos anos foi jogado na comunidade. Agente vem avançando, eu posso dizer lento, não adianta agente dizer que está indo rápido, agente está indo lento nessa questão do lixo. Porque agente começou a trabalhar o lixo em 94, estamos com quase 9 anos, tem muito lixo em alguns espaços que não era para ter mais. Sinal que agente vem lento. Mas agente conseguiu. Pelo menos agente conseguiu que não aumente. Já é uma coisa, quando você consegue que não aumente, então já é um passo que é fácil de você diminuir. Então agente tem hoje uma coleta de lixo com alguns problemas, mas um pouco adequada, que não existe nenhum interior do município uma coleta de lixo como aqui, onde passa um carro pegando lixo e distribuindo saco de lixo, sem ter que você custear nada. Isso nem existe nas capitais, é você que deve conseguir o saco. Aqui agente doa o saco. Nessa questão do lixo agente contou com o apoio da prefeitura, mas agente deu uma contrapartida muito grande. E a previsão é agente fazer um trabalho mais a questão de educação, para agente começar a ir para o processo de fazer o lixo selecionado. Cada tipo de lixo no seu canto adequado. Quem tem ajudado muito nessa parte tem sido alguns alunos da universidade, que tem escolhido aqui para estudar, para vir aqui como estudo, servir como base para sua tese de mestrado, e agente está utilizando esses estudos para aplicar na comunidade. (J.L., janeiro 2003)

Um dos serviços mais precários é o sistema de comunicação. Na localidade existe apenas 01 telefone público, 01 convencional particular e diversos telefones móveis, o que vem facilitando um pouco a comunicação. Serviços alternativos de transportes são oferecidos para a comunidade para transporte até Beberibe e Aracati.

O poder judiciário e o Serviço de Segurança Pública (delegacia, posto policial, presença de efetivo civil ou militar) não estão presentes. Qualquer problema referente a estas questões deve ser resolvido na capital, a cerca de 39 km de distância da localidade. Preocupados com a segurança local, a comunidade vem reivindicando a presença do serviço de segurança pública. Os maiores problemas presentes na comunidade são os

pequenos furtos, carros que trafegam em alta velocidade e a preocupação com o uso de drogas, advindo do fluxo de visitantes de fim de semana (ALMEIDA, *op. cit.*).

◆ A visão geral da infra-estrutura básica da Prainha do Canto Verde está apresentada no anexo 4 e a seguir ilustrada⁴⁷:

◆ 01 posto de saúde e casa de parto (Figura 23);



Figura 23: Posto de saúde e casa de parto
Autor : Teresa Mendonça, 2003

◆ 01 centro comunitário (Figura 24);



Figura 24: Centro Comunitário
Autor : Teresa Mendonça, 2003

◆ 01 padaria, 04 mercearias, algumas bodegas;

⁴⁷ Dados coletados através de pesquisa direta realizada em janeiro e julho de 2003 e extraídos da dissertação de mestrado de SARAIVA (2002), conforme referência bibliográfica.

- ◆ 02 escolas municipais que atendem ao maternal e ensino fundamental (Figura 25);



Figura 25 :Escola Bom Jesus dos Navegantes
Autor: Teresa Mendonça, 2003

- ◆ 01 biblioteca localizada em umas das escola;
- ◆ 06 barracas de praia;
- ◆ 01 loja de artesanato;
- ◆ 01 cabeleireiro (Figura 26);



Figura 26: Cabeleireiro
Autor: Teresa Mendonça, 2003

- ◆ 01 templo religioso (Igreja Assembléia de Deus);

- ◆ 01 entreposto de pesca e alguns quartos de pesca (Figura 27) e



Figura 27: Entreposto de Pesca
Autor: Teresa Mendonça, 2003

- ◆ áreas livres e serviços ligados ao turismo.

5.1.4. Estrutura político-organizacional: contexto e processo

A Associação dos Moradores, principal núcleo representativo da comunidade, criada em 1989, de início, com o objetivo de tratar a questão da terra judicialmente contra a posse e grilagem por agentes externos, representa o mais valioso patrimônio da comunidade da Prainha do Canto Verde. O processo de concepção e constituição formal da Associação de Moradores é relatado por J.L. (janeiro, 2003) em pesquisa de campo:

A questão da associação, a associação ela surgiu, certo, com uma finalidade principal que era poder defender a questão da terra juridicamente, porque na época, antes de 89, agente só era um grupo; então quem respondia essa parte jurídica era a Arquidiocese. E algumas coisas tinha que começar a responder, aí agente criou o grupo de associação. Mas teve todo um processo, agente passou uns quatro anos com esse processo de grupo, com presidente, com tesoureiro, com fiscal, tentando ver se o pessoal estava entendendo mesmo o que era associação. Depois, quatro anos depois, que agente oficializou a associação. [...] Acho que uma das coisas que mais tem dado segurança na questão da associação, porque foi uma coisa que agente tentou fazer bem feito.

Ligados a este núcleo central, que, segundo Almeida (*op. cit.*) possui 38,3% das famílias associadas e 40,6% de famílias que participam das reuniões, existem os conselhos comunitários: educação, saúde, terra, pesca e turismo, o último, atualmente em processo de transformação em cooperativa – COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato. A estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde está ilustrada na figura 28⁴⁸.



Figura 28: Estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde

Os conselhos foram criados pela necessidade de melhor atender às demandas da comunidade:

(...) agente viu que a Associação já não tinha mais perna para acompanhar essas coisas, então agente ia ter que mudar também a nossa forma de trabalho. Agente começou a criar esses conselhos. Apesar de que hoje no Brasil tudo é conselho, mas em 94 agente já começou a criar nosso conselho, quando o Brasil nem sonhava, agente já estava aqui criando. Aí então agente viu o seguinte: criar os conselhos, então criamos o Conselho de Saúde, de Pesca, Conselho de Educação, aí nesse momento agente cria o Conselho de Turismo, para que as coisas fossem discutidas mais com aquelas pessoas que entendessem mais daquela área. E a Associação seria aquela pessoa que ia cuidar da união, ter a preocupação que os Conselhos não tomassem um rumo que não fosse tão bom. Seria mais aquela mãe dos conselhos.(...) Agente sempre se preocupou em manter a união dos conselhos. Porque os conselhos não foram criados para dividir, foi para facilitar o trabalho. (J.L., janeiro 2003)

⁴⁸ Elaboração própria.

O exercício da luta pela posse da terra trouxe também outros frutos para comunidade pela conscientização de seus direitos em busca de uma melhor qualidade de vida, conforme declara de R.R. (julho 2003):

Graças a Deus! De uns quinze anos para cá, aí se envolveu mais, que aí já se envolveu a escola, educação, aí veio saúde, agora já temos turismo. Mais coisa vai tendo assim, mais progresso, mais coisa para agente lutar, se juntar e lutar mais pelos nossos direitos de saúde, de turismo, de educação, uma educação melhor.

Os Conselhos de Saúde (1993) e de Educação (1994) são os mais atuantes, e têm reuniões mais freqüentes. De acordo com Almeida (*op. cit.*) 22,3% das famílias participam dos Conselhos de Saúde e/ou Educação. O Conselho da Saúde teve seu início com o Projeto de Mortalidade Infantil Zero (1993), resultando em índices baixíssimos de mortalidade infantil desde de 1995.

Alguns projetos realizados para as crianças, na área de saúde e educação, fizeram com que René Schärer, um dos moradores da Prainha, conquistasse o Prêmio Criança 1997, pela Fundação ABRINQ, concedido às iniciativas que têm como foco a luta pelos direitos das crianças.

Os problemas enfrentados pela comunidade devido à má qualidade do sistema educacional, não se diferencia dos problemas enfrentados por outras comunidades no Brasil. Esse é mais um desafio a ser enfrentado pela comunidade, garantir um ensino de melhor qualidade para seus filhos, conforme relata R.R. (julho 2003):

Porque para trás, Teresa, a educação aqui era precária. Os nossos filhos passavam semanas que não estudavam. Acredita? O ganho era uma miséria, e ele nem pagava, esse prefeito. E aí elas faziam greve e não ensinavam. Aí “nós se juntava e nós ia bater” lá na porta da prefeitura, nós já tivemos de entrar dentro do comitê da prefeitura,

onde fica o gabinete, para ele pagar os professores. E também, logo no começo, o prefeito queria botar a professora daqui para fora porque ela estava do nosso lado, lutando com nós. Aí nós se reunimos, disse que ele não botava. Foi briga aqui de todo jeito! Só sei que ele, com raiva, mandou cercar a casa de uma senhora aqui. E ele era do lado dessa imobiliária Henrique Jorge.

O projeto que deu início formal às atividades do Conselho de Educação foi intitulado de “Criança Construindo” e, a partir de reflexões conjuntas com a comunidade sobre a situação do sistema educacional, resultou na sugestão de alternativas para a melhoria da qualidade do ensino local. Algumas ações foram elencadas como fundamentais para a melhoria do sistema educacional local como: a capacitação de professores, o resgate da valorização da cultura, a criação de uma proposta curricular situada no contexto da comunidade e a elaboração do Livro Nossa História⁴⁹. Atualmente 500 alunos freqüentam as aulas de Educação Infantil e Ensino Fundamental e alguns importantes projetos estão sendo realizados como “Mamãe está estudando”, para alfabetização e educação das mulheres da comunidade, e o projeto “Escola dos Povos do Mar” (2000), criado para trabalhar conteúdos variados e relativos à pesca em que o calendário combinasse com a rotina das atividades pesqueiras. A Escola Povos do Mar, sem dúvida, representa um marco no processo de desenvolvimento da Prainha do Canto Verde, agregando um valor fundamental à formação básica e à qualificação profissional dos jovens e adultos da comunidade. Esse diferencial agregado é relatado pelos jovens em trecho da literatura de cordel, Os Jovens da Prainha do Canto Verde – Beberibe – CE⁵⁰:

⁴⁹ O livro Nossa História surgiu da necessidade da criação de um material didático que auxiliasse no processo de alfabetização das crianças a partir da história da comunidade.

⁵⁰ Atores: Airton, Xavieles e Mônica, abril/2003 (alunos da Escola Povos do Mar)

(...)Aqui na Prainha
Um projeto chegou
Chamado Escola de Pesca
Para o jovem trabalhador
A escola de Pesca veio
Para este problema enfrentar
Quem é pescador agora
Pode também estudar
Esta é uma escola que veio para ficar
Preparando os jovens hoje
Para melhor se desempenhar(...)

Os Conselhos da Pesca e da Terra podem ser considerados inativos pela falta de continuidade das reuniões e pela estrutura deficiente de sua diretoria. Estes conselhos são apenas instituídos quando existe a necessidade de serem discutidas algumas questões referentes aos temas específicos.

O Conselho da Pesca tem, como principal representante, A.D., pescador e capataz, responsável pelo recolhimento, controle e prestação de contas para a Colônia de Pescadores de Beberibe. A.D. declarou que, durante algum tempo, algumas reuniões foram realizadas, mas atualmente as reuniões ocorrem informalmente entre os pescadores para pensar em alguns problemas cotidianos da atividade (Figura 29).



Figura 29: Reunião informal dos pescadores
Autor: Teresa Mendonça, 2003

O Conselho da Terra tem como seu principal representante a Associação de Moradores, que representa oficialmente a comunidade nos processos judiciais. O Conselho da Terra tem, também, como porta voz a família de J.P, pescador de 58 anos, pai de quinze filhos, entre eles J.P., atual presidente da Associação de Moradores, que desde os seus 20 anos está engajado nesta causa. Essa família é um dos registros vivos de toda a história da luta pela posse da terra na Prainha do Canto Verde.

Os dois conselhos, acima mencionados, criaram regimentos essenciais que ordenam ações de grande importância para a organização e o desenvolvimento da comunidade, o Plano de Manejo da Área de Pesca Artesanal - o Regulamento da Pesca da Lagosta (2002) e o Plano Diretor – Regulamento para o Uso da Terra (1996).

O Regulamento da Pesca da Lagosta (2002) é composto de itens que sugerem medidas que ordenam a prática da pesca da lagosta pelos pescadores locais (horário de saída para a pesca, padronizam a malha de cangalha, destinam a utilização da lagosta miúda, entre outros). O Plano Diretor – Regulamento para o Uso da Terra (1996) surgiu da necessidade de organizar a ocupação do espaço e garantir o uso da terra pelos nativos de forma equitativa, sem a inserção de agentes externos, mesmo que a terra ainda não seja de propriedade da comunidade (Figura 30).



Figura 30: Ajude-nos a preservar a terra para nossos filhos.
Autor: Teresa Mendonça, 2003

O sonho de ganhar definitivamente a luta pela posse da Terra, que já está nas mãos do Supremo Tribunal Federal, vem da preocupação de garantir às gerações futuras terra para moradia e sobrevivência, conforme declara J.F. (julho, 2003):

O que a comunidade tem plano de resolver que é ser beneficiado para os nativos. Os nativos têm o seu direito de morada. Porque aqui na comunidade, quando nós começamos a luta, se dizia que tem só essas pessoas, 700 moradores, mas hoje tem mais que isso. Então se não tiver terra para essas pessoas morar, a quantidade que você vê andando aqui pela praia, você vê a quantidade de criança que tem nessa comunidade. Se chegar como lá nas outras praias, na cidade, não tem mais condição desse pessoal morar. Então a comunidade pensa em fazer o quê? Preservar essa área para ser pertencida aos nativos.

O Conselho de Turismo (1997) percebendo ser esta uma importante alternativa econômica que envolve o desenvolvimento de negócios e, conseqüentemente, fluxo de recursos, desde 2001, vem exercitando a prática do cooperativismo (Cooperativa de Turismo e Artesanato - COOPECANTUR⁵¹). Conforme declaração de J.S. (julho 2003), coordenador do programa de gestão costeira do Instituto Terramar, a COOPECANTUR “é uma associação que tem as bases da cooperação, mas ainda não é uma cooperativa formalizada.”

Dois agentes externos exercem grande influência sobre a comunidade: o Instituto Terramar, e a “Fundação” dos Amigos da Prainha do Canto Verde. O Instituto Terramar⁵² é uma sociedade sem fins lucrativos filiada à Associação Brasileira de Ongs (ABONG), fundada em 14 de julho de 1993. O Instituto Terramar atua de forma extensiva no litoral do Estado do Ceará, desenvolvendo na Prainha do Canto Verde programas como: Políticas Públicas e Organização, Desenvolvimento e Tecnologia e Educação, Cultura e Cidadania. É importante destacar que o Instituto Terramar tem sua

⁵¹ Segundo ALMEIDA (*op. cit.*) 12,8% das famílias participam da Cooperativa de Turismo.

origem vinculada ao movimento de protesto, o S.O.S. Sobrevivência. O real papel desta instituição na comunidade pode ser resumido como apoio técnico para a comunidade nos campos acima citados.

Dois projetos de destaque que estão sendo coordenados pelo Instituto Terramar são abaixo descritos:

◆ **Escola dos Povos do Mar:** É mais uma iniciativa dos pescadores e comunidades litorâneas do Ceará, em especial da Prainha do Canto Verde, em busca de melhores alternativas com a atividade marítima e pesqueira. O currículo da Escola dos Povos do Mar se estrutura a partir de um conjunto de unidades temáticas intimamente relacionadas com a história deste povo. As atividades são realizadas através de um calendário que procura não entrar em choque com a prática da pesca.

◆ **Curso de Formação de Lideranças do Litoral Cearense:** O curso que foi realizado pela primeira vez em 1999 na Prainha do Canto Verde, já tem 3 turmas formadas. O curso tem o objetivo de despertar a consciência crítica dos participantes a fim de que possam conhecer, refletir e modificar a realidade de forma efetiva, com meio de garantir a melhoria da qualidade de vidas destas populações. O curso é dividido em módulos que abordam temas como: associativismo e cooperativismo, aspectos ambientais e sociais da região costeira e litorânea, gestão e desenvolvimento sustentável⁵³.

A análise sobre a estrutura organizacional da Prainha e suas redes associativas faz com que não se deixe de mencionar o nome de René Schärer, estrangeiro, ex-executivo da Swissar que chega à Prainha do Canto Verde pela primeira vez em 1987,

⁵² As informações sobre o Instituto Terramar foram obtidas através de pesquisa de campo, folhetos promocionais e do site: www.fortalnet.com.br/~fishnet/folder_terra.htm

⁵³Fonte: Folheto Curso de Formação de Lideranças do Litoral Cearense – Capacitação para o Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Litorâneas (1999-2002)

em meio às discussões sobre conflitos da terra e fixa residência na comunidade em 1992. Idealizador da viagem de protesto S.O.S. Sobrevivência (1993), este é o nome mais mencionado entre os membros da comunidade, até mesmo pelos turistas. Chega à comunidade alguém com experiência empresarial e do ramo turístico e que coloca a comunidade em contato com o mundo. A força da presença de René Schärer pode ser constatada nas declarações a seguir:

“Uma das coisas que fizeram a Prainha ter um diferencial foi a oportunidade de ter se relacionado com o René.” (J. S., julho 2003)

“O Sr. René é um dos personagens principais. Ele luta, corre atrás.” (M.G., julho 2003)

“Porque o René é uma pessoa que tem uma visão mundial. Ele foi gerente da Swissair, representou a Swissair no Brasil. E ele tem uma visão mundial. O que ele faz? Ele reúne agente e passa informação: “se vocês fizerem isso, o resultado vai dar isso. Se vocês não fizerem isso, o resultado vai dar isso””. (J.F., janeiro 2003)

Ele é um ator presente nos diversos elos descritos na Estrutura Político Organizacional da Prainha do Canto Verde: Instituto Terramar, Associação de Moradores, secretário da COOPECANTUR e participante dos diversos conselhos. É importante destacar que, apesar da experiência de René Schärer e o apoio que vem prestando à comunidade, esta já era organizada antes de sua chegada.

Renée Schärer é, também, responsável pela criação da “fundação”, Amigos da Prainha do Canto Verde, em 2000. A “fundação” foi criada por empresários suíços e alemães, com o objetivo de fornecer apoio financeiro aos projetos desenvolvidos pela comunidade. Este agente não se encontra presente fisicamente na Prainha do Canto Verde, mas é representado pelo René.

5.1.5. O Turismo

5.1.5.1. Concepção e histórico

O Turismo na Prainha do Canto Verde representa um modelo inovador, tendo como premissa a construção de um projeto de base comunitária, no qual os atores sociais têm participação efetiva em sua concepção, desenvolvimento, implantação e gestão.

Apesar de algumas resistências, a comunidade percebeu que a chegada do turismo na localidade era inevitável. As primeiras discussões na comunidade sobre o modelo de desenvolvimento do turismo aconteceram em 1993 e 1994, conforme o relato a seguir:

(...) O turismo, agente sempre vinha vendo que as comunidades estavam sendo destruídas pelo turismo. E agente não queria turismo aqui. No início, né? Depois, em 93, agente começou a ver que ou encontrava uma forma como entrar no ramo do turismo, ou agente não ia ter mais como segurar dizer que agente não tinha o turismo. Ele estava chegando de uma forma ou de outra, então agente tinha que saber de que tipo de turismo nós queríamos, que jeito ia ser esse turismo, para poder agente dizer: “agente quer o turismo, mas desse jeito”. Aí em 94, agente criou um grupo pequeno, não eram tantas pessoas, era um grupo de 10 a 12 pessoas, começou-se a discutir o turismo. Mas esse grupo era um grupo aberto, foi aumentando, aumentando, e em 96 agente já estava discutindo um grupo e se deu o nome de Conselho. (J.L., janeiro 2003)

A construção do *Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde* teve como ponto de partida a preocupação de “ouvir a voz ao nativo”, os atores sociais da comunidade receptora. A partir deste momento, o turismo entrou na pauta de discussão das reuniões da Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde (1994), que decidiu realizar uma pesquisa na própria comunidade. A pesquisa, realizada em julho de 1994, objetivou saber dos nativos sua percepção sobre o turismo e sua chegada à Prainha. O resultado da pesquisa mostrou que a comunidade percebia a

geração de trabalho e renda como um dos principais benefícios a serem trazidos pelo turismo. Em contraponto, eles viam na exploração do lugar por agentes externos os riscos ligados à prostituição, ao roubo e à venda das terras. Na pesquisa ficou claro que estes desejavam que esta atividade fosse desenvolvida e explorada pelos próprios nativos (PRIMEIRA OFICINA DE TURISMO E PESQUISA, 1994⁵⁴).

Pela necessidade de levantar informações referentes às comunidades onde o turismo já havia efetivamente se estabelecido, a pesquisa foi estendida para outras localidades vizinhas. A segunda fase da pesquisa foi realizada por moradores da Prainha do Canto Verde nas comunidades que não tiveram a oportunidade de escolher o seu destino como: Canoa Quebrada (18/julho/1994), Parajuru (22/julho/1994) (Figura 31) e Praia das Fontes (28/julho/1994) (Figura 32).



Figura 31: Parajuru
Autor: Teresa Mendonça, 2003



Figura 32: Praia das Fontes – Empreendimento Hoteleiro
Fonte: Caderno Virtual de Turismo – IVT, 2003

⁵⁴ Resultado da Pesquisa do Turismo na Prainha do Canto Verde, Praia das Fontes, Parajuru e Canoa Quebrada – julho de 1994 (Primeira Oficina de Turismo)

Essa pesquisa resultou num conjunto de informações importantes para o desenvolvimento do Projeto Turístico da Prainha do Canto Verde. Nesse contexto, alguns possíveis impactos positivos foram percebidos por estas comunidades com relação ao turismo (PRIMEIRA OFICINA DE TURISMO E PESQUISA, *op. cit.*):

- ♦ a geração de trabalho e renda;
- ♦ a ampliação da venda de peixe e lagosta;
- ♦ a valorização do artesanato local (labirinto);
- ♦ a melhoria da educação, do sistema de saúde e da infra-estrutura básica como energia e água encanada.

No entanto, alguns impactos negativos foram também detectados pela pesquisa:

- ♦ a maioria dos empreendimentos são de propriedade de pessoas de fora da comunidade;
- ♦ o aumento do custo de vida;
- ♦ a venda de terras para não nativos;
- ♦ a escassez de espaço para a construção de moradias para as gerações futuras das comunidades;
- ♦ alguns pescadores trocaram a pesca por algum tipo de serviço ligado ao turismo, a maioria dos empregos surgiam na alta temporada, mas sem garantias trabalhistas;
- ♦ o crescimento do consumo de drogas e da prostituição.

Os resultados das pesquisas mencionadas foram apresentados e discutidos com a comunidade da Prainha durante a Primeira Oficina de Turismo (1994). A análise dos

resultados levou à identificação, na perspectiva dos moradores da Prainha, de dois tipos de turismo. O primeiro, denominado como “Turismo dos Barão”, que seria aquele em que “Eles decidem e ficam com o lucro e Nós obedecemos e ficamos com o prejuízo.” O segundo denominado de “O Nosso Turismo”, aquele em que “Nós aprendemos. Nós decidimos. Nós mandamos. Ficamos independentes.” Esta percepção inspirou a primeira proposta de Turismo Comunitário (1995).⁵⁵ Com base na pesquisa de campo realizada pelos moradores da Prainha do Canto Verde, ficou claro que o turismo desenvolvido em Canoa Quebrada, Praia das Fontes, Morro Branco e Parajuru não representava o turismo que essa comunidade desejava. Os moradores da Prainha do Canto Verde se identificam com a construção de um sistema diferente: "Um turismo onde nós somos os articuladores, construtores, donos de empreendimento, organizadores e onde a renda e o lucro ficam dentro da comunidade, para melhorar a nossa qualidade de vida e não a dos outros.", conforme documento informativo⁵⁶ sobre o turismo na localidade.

Em 1997, as discussões sobre o turismo voltam à comunidade. Neste momento é criado o Conselho de Turismo com a missão de gerenciar o Projeto de Turismo da Prainha do Canto Verde: “Desenvolver o turismo ecológico de forma comunitária para melhorar a renda e o bem estar dos moradores: preservando nossos valores culturais e os recursos naturais de nossa região.”⁵⁷

Esse conselho organizou em 1998, nos dias 29 e 30 de outubro, o Seminário de Eco-Turismo Comunitário (Figura 33), evento financiado pelos Amigos da Prainha do

⁵⁵Dados retirados de documento fornecido como resultado da Primeira Oficina de Turismo realizada em 1994.

⁵⁶TURISMO socialmente responsável – ecoturismo comunitário. Disponível em: <<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/linktdetc.html>>. Acesso em: 04 out. 2002.

Canto Verde com o apoio técnico do Instituto Terramar.



Figura 33: Seminário de Eco-Turismo Comunitário

Fonte: site <<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/linktdetc.html>>. Acesso em: 04 out. 2002.

O Projeto de *Turismo Socialmente Responsável* foi construído de forma participativa, envolvendo a comunidade em sua construção, através de discussões e apresentações em plenária, trabalhos e dinâmicas de grupo, divididos em alguns temas⁵⁸:

- ◆ capacitação, educação e cultura;
- ◆ *marketing* e documentação;
- ◆ produtos e equipamentos turísticos;
- ◆ empreendimentos, legislação e regulamentações;
- ◆ participação e beneficiados.

⁵⁷ Fonte: Folheto Prainha do Canto Verde – Nossa proposta de Turismo.

⁵⁸ SEMINÁRIO DE ECOTURISMO COMUNITÁRIO. **Relatório de Atividades e Resultados**. Prainha do Canto Verde, Beberibe, CE, 1998.

Esse seminário teve a participação da comunidade e de alguns atores externos como representante da SETUR – Secretaria de Turismo do Ceará, Município de Beberibe, Superintendência Estadual do Meio Ambiente – CE, Superintendência Estadual do Meio Ambiente / CE - SEMACE, Conselho da Pastoral de Pescadores, Batoque, Paripueira, Parajurú e Campestre da Penha (SHARER, 2002). Este seminário resultou no *Projeto de Turismo Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde*, alicerce para o desenvolvimento da prática turística na comunidade.

Tendo o turismo como uma atividade econômica, esta prática deixa de ser representada por um Conselho que se transformou em cooperativa, em 2001, com a ajuda da Incubadora de Cooperativas da Universidade Federal do Ceará – UFC (2001).

A preocupação com a manutenção do “espírito comunitário”, que prevalece em todos os conselhos da Prainha do Canto Verde, é mantida durante o processo de transformação do Conselho de Turismo em cooperativa. Nesse sentido, a COOPECANTUR surge com o objetivo de exercer suas atividades na busca do bem coletivo e na oferta de oportunidades de forma igualitária, conforme declara, conforme J.L. (janeiro, 2003):

Olha, agente sempre teve a idéia de que para agente crescer, agente não poderia continuar como um conselho e a associação dando cobertura na parte administrativa, porque a associação ela é sem vínculo lucrativo, e toda a contabilidade do turismo era via associação. Então não é bom porque o turismo é um negócio, né, que você vai ter lucro, e a associação não. Aí agente tem a questão do cooperativismo que é muito semelhante ao “sociativismo”, com alguma exceção, e agente acha que se agente mantém a união do grupo é fácil agente funcionar numa **cooperativa comunitária, com o mesmo espírito comunitário, mas fazendo as coisas de acordo com as leis do país**⁵⁹ (...).

⁵⁹ Grifo nosso.

(...) Eu acredito que agente tem que se preocupar com tudo, mas tem que ser preocupar com algumas coisas básicas, é a questão do social, é a questão do comunitário. O problema social que eu digo é nunca pensar só no grupo, se um dia crescer mais. Então será que tem pessoas que vão necessitar de entrar na cooperativa, principalmente jovens... tem que pensar nisso. De que forma agente vai trazer esse jovem para que ele faça parte. Mas, também, tem essa consciência de que também não tem possibilidade de trazer todo mundo de uma vez. E outra preocupação é a do crescimento. Eu sempre coloco que agente tem que avançar mais na questão do padrão, padrão desde a qualidade do que você oferece, desde o volume que você pode ter. (...) Vamos supor, o João tem a pousada dele: “João, o objetivo da Cooperativa é que quando você tiver uma pousada de 10 quartos” – 10 quartos é o limite de pousada para nós – “você deve parar e vamos deixar o pessoal entrar com 2 quartos”. Por exemplo, quando você tiver 3 quartos, você para, vamos deixar um outro começar (...)

No período de 21 a 23 de agosto 2003, a comunidade se reuniu em um Seminário de Planejamento Estratégico, com o objetivo de avaliar o *Projeto Turístico Socialmente Responsável da Prainha do Canto Verde*, elaborado em 1998, e traçar novas metas e estratégias para atuação até 2007. Além de todos os cooperados terem sido convocados a participar do evento, todos os moradores foram convidados a se inscrever e participar (Figura 34).



Figura 34: Participantes do Seminário de Planejamento Estratégico
Fonte: COOPECANTUR, 2003

O evento, dividido em atividades como discussão e apresentação em plenária, trabalhos em grupos, dinâmicas de grupo (Figura 35 e Figura 36), considerou os seguintes temas de discussão e trabalho (COOPECANTUR, 2003b):

- ◆ produtos naturais e qualidade alimentar;
- ◆ artesanato;
- ◆ lixo;
- ◆ criação de novos eventos;
- ◆ desenvolvimento de novos produtos turísticos;
- ◆ infra-estrutura comunitária;
- ◆ infra-estrutura pública e segurança;
- ◆ cooperativismo;
- ◆ *marketing*;
- ◆ qualidade na prestação de serviços;
- ◆ capacitação de jovens;
- ◆ inclusão da comunidade no desenvolvimento turístico e
- ◆ apresentação de instrumentos atuais de gestão.



Figura 35: Dinâmica de grupo
Fonte: COOPECANTUR, 2003



Figura 36: Resultado de discussão de grupo de trabalho
Fonte: COOPECANTUR, 2003

Além da comunidade da Prainha do Canto Verde, foram convidados a participar do evento: comunidades da rede de turismo comunitário do Ceará: Tatajuba, Ponta Grossa, Balbino, Batoque, Caetanos, Maceió; membros de Ong's como Instituto Terramar, Fórum Cidadania e Lixo; Instituições de Ensino: Universidade Estadual do Ceará - UECE, Escola Técnica Federal - CEFET, Universidade de Fortaleza - UNIFOR, Universidade Federal do Ceará, UFC- Incubadora de Cooperativas da UFC, entre outras; Instituições governamentais: Prefeitura de Beberibe, Secretaria de Turismo de Beberibe, Secretaria de Desenvolvimento Agricultura e Pesca, Secretaria de Ação Social, SETUR, SETE/CEART, EMATER-CE, IBAMA-NEA, entre outros parceiros e entidades.

Conforme demanda da própria comunidade, este seminário foi utilizado como instrumento de avaliação do processo de implantação do turismo na localidade e de auxílio para delineamento de novas estratégias para o desenvolvimento desta iniciativa na Prainha do Canto Verde.

5.1.5.2. Infra-estrutura e Serviços Turísticos

O que diferencia a Prainha do Canto Verde dos demais destinos turísticos é que todos os empreendimentos turísticos são de propriedade dos “nativos” e administrados por eles; o que tende a dignificar a própria comunidade⁶⁰:

Sabe por que nós não queríamos o turismo? Porque agente viu que todas as pessoas de Canoa Quebrada que têm alguma coisa em Canoa não são daqui, são do exterior. As pessoas que têm restaurante na Canoa Quebrada.... italiano... tem uma pousada, é americano. Então o nativo lá é expulso. Então aqui nós não queríamos que isso

⁶⁰ Os empreendimentos podem ser localizados na Figura 11 – Croqui: uma visão geral da infra-estrutura da Prainha do Canto Verde.

acontecesse. Por isso que nós somos diferentes. Qualquer coisa que tem aqui é do nativo. Como só mora nativo, só pode ser nativo. Por isso nós fechamos que só poderia morar nativos ou pessoas ligadas a nativos. (J.F, janeiro 2003)

Para os serviços de hospedagem, a localidade oferece quatro pousadas: Sol e Mar; Beira Mar; Dona Mirtes e Pousada Comunitária. Uma outra opção de hospedagem é o aluguel de imóveis: Vila Maresia, Casa Cangulo, Casa da Gorete e Casa da Lourdes (Figura 37).



Figura 37: Casa para aluguel – Vila Maresia
Autor: Teresa Mendonça, 2003

Para serviço de alimentação, são oferecidos 2 restaurantes: Sol e Mar, Palhoça Comunitária e 6 barracas de praia (Figura 38) para venda de alimentação e bebidas. Cinco barracas funcionam de forma regular, no entanto duas não são cooperativadas: Brisa do Canto Verde, Lua Cheia, Navegador, Palhoça Comunitária, Barraca da Bibi (não cooperativada), Ronco do Mar (não cooperativada).



Figura 38: Barraca de Praia Autor: Teresa Mendonça, 2003

A Prainha possui uma Loja de Artesanato (Figura 39), uma centro comunitário e refeitório, alugados para a realização de eventos. Serviço de guia, de passeio de bugre também podem ser contratados, além de merendeiras e cozinheiras que podem preparar o serviço de alimentação para grupos e eventos. Todo serviço de receptivo é organizado e operado pela COOPECANTUR.



Figura 39: Loja de Artesanato
Autor: Teresa Mendonça, 2003

Pela necessidade de se aprimorar a qualidade da prestação dos serviços dos cooperados, alguns treinamentos vêm sendo oferecidos aos membros da cooperativa em parceria com Instituições como SEBRAE/CE. Entre os cursos podem ser destacados: Aperfeiçoamento para Cozinheiro, Gestão de Pequenas Pousadas e Hospedarias Domiciliares, Qualidade do Serviço Turístico, Gestão de Pequenos Negócios (Figura 40 e Figura 41).



Figura 40: Treinamento SEBRAE
Autor: Teresa Mendonça, 2003



Figura 41: Aula externa SEBRAE
Autor: Teresa Mendonça, 2003

5.1.5.3. A Gestão Turística

Em janeiro de 2001, o Conselho de Turismo participou de treinamento para a criação da cooperativa comunitária realizado pela Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares do Ceará – UFC. A partir deste momento é criada a COOPENCANTUR - Cooperativa de Turismo e Artesanato com o principal objetivo de estimular a permanência de turistas na Comunidade de Prainha do Canto Verde e seus arredores, visando à melhoria do bem-estar dos moradores, à promoção do desenvolvimento sustentável, a melhor aproveitamento e defesa do potencial turístico da localidade (COOPENCANTUR, 2001).

A COOPECANTUR que possui 91 membros cadastrados⁶¹ (43 mulheres e 48 homens), sendo 53 destes membros considerados ativos e 38 membros não ativos, ou seja, não prestam serviços turísticos. A COOPECANTUR é administrada por uma diretoria composta de 5 membros, com mandato de 3 anos: presidente, vice-presidente, secretário, diretor de finanças, diretor de relações com a comunidade, eleitos em Assembléia Geral.

Para melhor operação e funcionamento da cooperativa, ela se divide em 7 grupos de trabalho: hospedaria, barraqueiros, cozinheira e merendeiras, guias de turismo e trilhas, excursões e passeios, artesanato e estagiários. Os líderes dos grupos têm representação na diretoria da COOPECANTUR como porta-vozes dos demais membros.

As reuniões da direção têm previsão de acontecer quinzenalmente, podendo ser realizadas em datas a serem agendadas de acordo com as necessidades identificadas. As Assembléias Gerais⁶² (Figura 42) são realizadas em períodos pré-determinados

⁶¹ Informação coletada em documento fornecido pela COOPECANTUR em julho de 2003 – Total de membros cooperativados.

⁶² Atas de reuniões de diretoria e das Assembléias foram coletadas e consultadas durante e após a pesquisa de campo.

(semestralmente), mas podendo todos os membros ser convocados em caso de necessidade de tomada de decisões mais urgentes.



Figura 42: Assembléia Geral COOPECANTUR (julho de 2003)
Autor: Teresa Mendonça, 2003

É importante destacar que o poder público, seja ele municipal, estadual ou federal, não possui nenhuma influência sobre a gestão do turismo na comunidade. Nem mesmo no CD-ROOM Beberibe Turístico da Prefeitura do Município, a Prainha do Canto Verde aparece como um destino turístico. O que foi constatado na pesquisa de campo do presente trabalho, realizada em janeiro e julho de 2003, com alguns membros da comunidade e com a Secretária de Planejamento e Turismo de Beberibe é que o município vem aprendendo muito com este modelo de gestão comunitária, um modelo de desenvolvimento turístico que se contrapõe ao convencional:

A Secretaria de Turismo existe. Mas com relação à Prainha do Canto Verde não tem conhecimento do que tem acontecido aqui na Prainha. Recentemente a última Secretária fez uma visita à Prainha do Canto Verde e ficou abismada com o nível de organização, o tipo de estrutura que agente já tinha. Para o município isso era desconhecido. É uma coisa que não tem elo de parceria. [...] Nunca deram nenhum apoio financeiro, nem de *marketing*, nem nada, nem de divulgação. Até mesmo um trabalho que poderia melhorar para nós era levar uma papelada daqui. Tudo bem, hoje já tem, porque nós fizemos questão de levar para lá. Chega alguém lá na Secretaria de Turismo, querendo

conhecer a Prainha, não tem nada. Hoje já tem por esforço nosso. (A.A., janeiro 2003)

5.1.5.4. Fluxo Turístico: movimentação e recursos

De acordo com o Relatório dos Benefícios do Turismo para a Comunidade da Prainha do Canto Verde (COOPECANTUR, 2002), em 1999 foram registrados 1.437 pernites e 506 visitantes. Este número passou para 2.097 pernites em 2000 o que representou 518 visitantes. Em 2001 foram registrados 2.844 pernites e 1.010 visitantes, o que equivale um aumento de 95% no fluxo turístico. A figura 43 apresenta o fluxo turístico na Prainha do Canto Verde de 1999 a 2001.

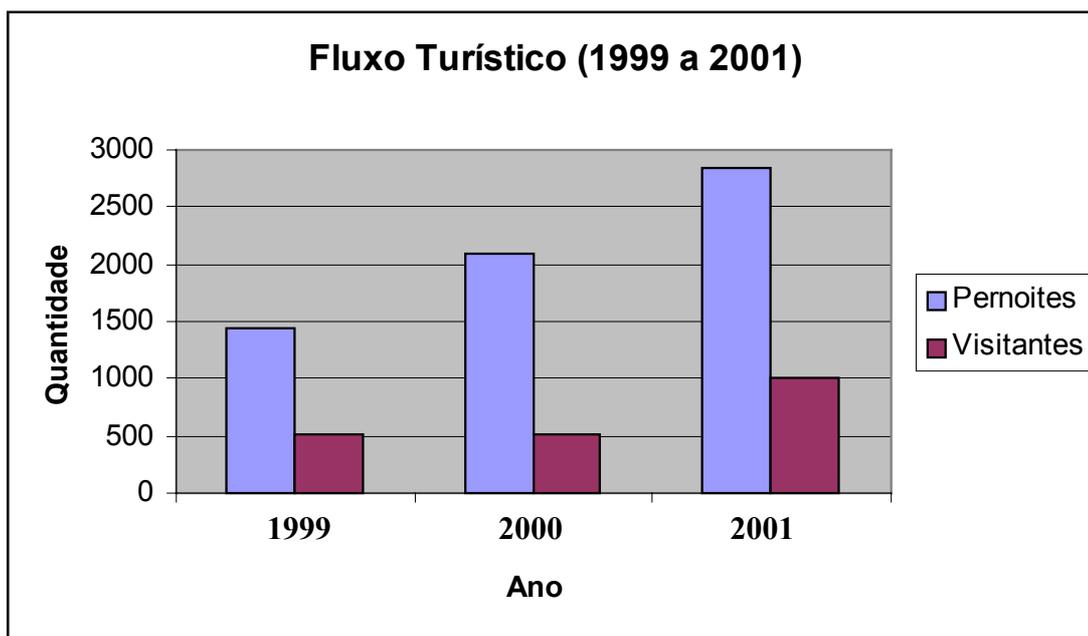


Figura 43: Fluxo Turístico - 1999 a 2001

A permanência média do turista em 2001 foi de 2,73 dias com gasto estimado de R\$ 34,00 por dia. Este fluxo contribuiu com resultados financeiros positivos para a comunidade: R\$ 1.458.000 em 1999, R\$ 4.672 em 2000 e R\$ 2.082,00 em 2001.

As questões levantadas sobre participação e os benefícios advindos do turismo para a comunidade no Seminário Eco-Turismo Comunitário (1998), realizado pelo Conselho de Turismo, levou à criação de um Fundo Social. Ao final de cada gestão anual, um percentual (20%) do saldo das operações ligadas ao turismo é repassado para a comunidade, representada pela Associação de Moradores, que decide quais são os investimentos prioritários para a aplicação dos recursos. Desta forma, o turismo passou a ser visto de forma mais clara para a comunidade, como uma nova prática que traz retornos positivos para o desenvolvimento da localidade, uma vez que os recursos são aplicados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade, como um todo, e não para beneficiar a alguns privilegiados. Essa percepção parece clara na voz de alguns moradores:

E o turismo quando chega no fim do ano, que fecha as contas, tem o fundo de reserva social. Esse fundo tem um conselho comunitário, que foram os ex-presidentes da associação dos moradores que dizem para onde vai esse fundo, em benefício social da comunidade. Então todo ano vai uma parte para a escola, uma parte para a questão da defesa da terra. [...], porque se pensou quando fechasse as contas, o que sobrasse seria dos membros da Cooperativa. Então tinha uma maneira de se ajudar a comunidade toda, aqueles que não participam diretamente do turismo, ou indiretamente. Seria uma maneira de o turismo ajudar toda a comunidade. Muitos deles aqui dizem que o turismo não ajuda eles, mas é porque eles não têm a visão que esse fundo social veio para a escola, veio para a questão da justiça da terra. (L.F., janeiro 2003)

Olha, o projeto que agente fez foi pensando nisso, pensando que aqui deveria ter pousada, casa para alugar, pessoas que prestassem serviço, quem sabe no futuro um hotel, alguma coisa, mas que esse turismo seria um turismo organizado pela própria comunidade e que os próprios donos do negócio fossem as pessoas que organizaram isso. E que esse turismo, uma pequena parte do lucro, onde sobra, fosse mandado diretamente para alguma instituição da comunidade, ou cuidar dessa parte mais social, de dar moradia ou escola, ou algum trabalho de educação. E isso você não vê. Você vê que outros tipos de turismo traz lucro, mas bota na mão do dono, ele investe mais, ou bota no banco, ou leva pra outro canto, ou vai viver a sua vida melhor do que a dos outros. Por isso que eu gostei do projeto, por essa visão, ele pensa que as pessoas que vão crescer são da comunidade, ele é um

turismo discutido sempre em grupo, né? Por exemplo, eu, várias outras pessoas, participam das discussões, dão a sua opinião, dão sua idéia, mas nós não temos... nós não trabalhamos diretamente.. nós não temos nenhum... nós não oferecemos nenhum serviço para o turismo no sentido de equipamento, ou serviço mesmo. Mas nós estamos lá, participando, dando a nossa opinião. (J.L., janeiro 2003)

Outra parcela (80%) do resultado das operações é destinada ao Fundo de Reserva. O Fundo de Reserva é utilizado para investimento em diversos projetos, com o objetivo de prover as melhorias necessárias para o turismo (infra-estrutura, equipamentos e capacitação de mão-de-obra). O fundo também é destinado para a realização de pequenos empréstimos aos membros da COOPECANTUR, para melhoria do empreendimento e abertura de novos negócios.

Na Assembléia Geral da COOPECANTUR, realizada em 8 de março de 2003, foi apresentado o resultado financeiro referente ao exercício de 2002. Do saldo de R\$ 4.618,89, R\$ 923, 80 foram destinados para o Fundo Social e R\$ 3.695,00 pra o Fundo de Reserva. Em Assembléia Geral da COOPECANTUR, realizada em 28 de julho de 2003), foi decidido que os recursos do Fundo Social seriam assim distribuídos (COOPECANTUR, 2003a):

- ◆ R\$ 350,00 para a Educação com a compra de material escolar para as crianças;
- ◆ R\$ 150,00 para a saúde;
- ◆ R\$ 300,00 para a festa dos idosos e
- ◆ R\$ 100,00 para o programa de reciclagem de lixo na Escola.

Em função desse modelo de turismo comunitário, o projeto *Turismo Socialmente Responsável* da Prainha do Canto Verde ganhou, recentemente, três prêmios e uma indicação de reconhecimento internacional.

Em 2000, o projeto *Turismo Socialmente Responsável* da Prainha do Canto Verde:

- ♦ recebeu o *Prêmio TODO!99*⁶³ durante a Feira Internacional de Turismo em Berlim e o *Prêmio TOURA D'OR 2000* para melhor filme documentário sobre Turismo Sustentável; concedido a projetos socialmente responsáveis
- ♦ foi indicado no Guia de Turismo Comunitário, criado pela ONG Britânica “*Tourism Concerns*”⁶⁴ dedicada a estimular o desenvolvimento do turismo socialmente responsável, divulga 180 destinos em 41 países⁶⁵.

Em novembro de 2003 :

- ♦ a Prainha do Canto Verde recebeu *menção honrosa do Prêmio de Turismo para o Futuro da British Airways (British Airways Tourism for Tomorrow Awards)*. Mais de 70 projetos de 37 países foram inscritos no concurso, que avaliou como cada um deles beneficia a comunidade local, protege a herança cultural e natural, controla o uso de energia e água, educa os moradores e os visitantes e contribui para uma vida melhor

⁶³ Este prêmio é concedido a projetos socialmente responsáveis pela ONG alemã *Studienkreis für Tourismus um Entwicklung*. A Prainha do Canto Verde foi premiada na edição do prêmio de 1999, mas recebeu o prêmio em 2000 na feira de Berlim

⁶⁴*Tourism Concern* é uma organização que luta pela ética do mercado turístico. Trabalha com as comunidades dos destinos turísticos com o objetivo de reduzir os problemas ambientais e sociais relacionados com a atividade.

⁶⁵ TOURISM CONCERN, *op. cit.*

para as gerações futuras⁶⁶.

Os prêmios recebidos, têm projetado a Prainha do Canto Verde internacionalmente, mas pouco esforço tem sido feito como estratégia de divulgação do destino Prainha do Canto Verde em território nacional.

⁶⁶ Este prêmio vem sendo concedido desde 1989 pela Federação de Operadores Turísticos para divulgar valores de sustentabilidade e incentivar a realização de melhores práticas para a proteção do meio ambiente (BRITISH AIRWAY. **British Airways Tourism for Tomorrow Awards**, 2003. Disponível em: http://www.britshairways.com/travel/crt4t/public/en_gb>. Acesso em: 09/jan/04.)

6. Prainha do Canto Verde, a “Canoa” que não quebrou e a “Fonte” que não secou?

A alusão feita à Canoa Quebrada e Praia das Fontes como destinos turísticos não bem sucedidos do Estado do Ceará – na presente pesquisa considerados “Canoas Quebradas” e “Fontes Secas” - pode causar surpresa, pois a cidade de Aracati, graças a Canoa Quebrada, ocupa a primeira posição do *ranking* (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, *op. cit.*)⁶⁷ das cidades mais visitadas do Estado do Ceará, depois de Fortaleza. A cidade de Beberibe ocupa o quarto *lugar no ranking*, tendo como principais atrativos Praia das Fontes e Morro Branco.

Certamente, do ponto de vista econômico e mercadológico, esses destinos são considerados sucessos de venda e consumo por turistas nacionais e internacionais, mas é importante lembrar que a análise da presente pesquisa tem como ponto de partida o nativo, a comunidade receptora, aquele que foi e continua, muitas vezes, sendo esquecido, negligenciado, não considerado, não ouvido na concepção, desenvolvimento e gestão do turismo em diversas localidades. Comunidades que não tiveram oportunidade de escolher o seu destino. Destino que foi, muitas vezes, traçado por agentes políticos e econômicos externos, o que freqüentemente gerou um crescimento desordenado do turismo, que resultou em expressivos impactos negativos, do ponto de vista ambiental, sócio-econômico e cultural.

⁶⁷ Municípios do Interior visitados pelo Turistas que ingressaram ao Ceará via Fortaleza 2002.

Esse quadro é ilustrado pela comparação inevitável que os turistas, durante a presente pesquisa de campo, fizeram entre a Prainha do Canto Verde e alguns outros destinos cearenses (Morro Branco, Praia das Fontes, Canoa Quebrada, Fortaleza e Jericoacoara). Esse diferencial se justifica pelo método desenvolvido pela comunidade da Prainha do Canto Verde para dar início ao *Projeto Turístico Socialmente Responsável*, cujo modelo teve como ponto de partida o resultado da pesquisa realizada pelos próprios moradores locais, em comunidades onde o turismo já havia se estabelecido (Parajuru, Praia da Fontes, Morro Branco e Canoa Quebrada). Assim, o modelo da Prainha do Canto Verde passou a ser desenvolvido, a partir da análise comparativa com as experiências vividas por estas localidades.

6.1. Os diferentes olhares

Através da leitura dos diferentes olhares sobre a comunidade da Prainha do Canto Verde, surge a possibilidade de se compreender se realmente a Prainha do Canto Verde pode ser considerada uma “Canoa que não quebrou” e uma “Fonte que não Secou”. A questão é, portanto, tentar compreender se aos nativos foi dada a oportunidade de decisão sobre seu destino e de participar na construção da proposta do modelo de desenvolvimento turístico local.

6.1.1. O olhar da Comunidade (do *nativo mudo*) sobre o Turismo

Ao “ouvir a voz do nativo” - sujeito principal da presente pesquisa – foi possível conhecer suas percepções, desejos e avaliações sobre o modelo de projeto turístico que

está sendo desenvolvido na localidade. A declaração de L.S. (julho, 2003), coordenador do grupo de guias da Prainha, resume como foi realizado o processo de implantação do turismo e destaca o que tende a os diferenciar dos demais destinos turísticos do Estado:

Aqui agente se organizou antes, planejou como ia ser, como não ia ser, para ter uma coisa organizada, para beneficiar a comunidade. Em outras praias não, em Morro Branco, em Praia das Fontes, em outras praias, são empresários que constroem hotéis grandes e todo turista que vem só vai para aquele hotel. **A diferença é essa, o empresário e o povo da comunidade**⁶⁸.

Este modelo de desenvolvimento turístico foi, assim, definido por alguns moradores, durante a pesquisa de campo:

(...) é o turismo administrado pela comunidade, onde toda renda é concentrada e dividida com as pessoas da comunidade (...) (L.F., janeiro 2003)

(...) um turismo organizado pela própria comunidade e que os próprios donos do negócio fossem as pessoas que organizaram, isso. E que esse turismo, uma pequena parte do lucro, onde sobra, fosse mandado, diretamente para alguma instituição da comunidade, ou cuidar dessa parte social, de dar moradia ou escola, ou algum trabalho de educação (...) (J.L., janeiro 2003)

(...) é aquele que vem, deixa renda para o povo da comunidade. Como um exemplo, Praia das Fontes, o turista que vai para lá fica só no hotel, lá não tem estrutura para o povo da comunidade. (...) (R.L., julho 2003)

A construção desse modelo, considerado “socialmente responsável”, ou seja, de base comunitária, segundo J.L. (janeiro, 2003) é o resultado de um processo de conscientização da comunidade, que parte da valorização de seu local de moradia:

(...) agente conseguiu montar outro projeto, acho que um projeto bom, porque não foi um projeto que veio de cima para baixo, foi um projeto que a comunidade montou no seu estilo. Embora eu ache que sempre ter que ir melhorando, [...] E eu acho que uma das coisas que agente avançou muito foi na questão da conscientização dos moradores

⁶⁸ Grifo nosso.

acharem que a terra da Prainha tem que ser reservada para os nativos (...)

Hoje, a comunidade vem desenvolvendo um modelo de turismo, em busca de seu próprio benefício, que não permite a especulação imobiliária por agentes externos, que gera renda complementar para muitos habitantes locais, características consideradas essenciais para fazer da Prainha do Canto Verde um destino turístico “diferente” dos demais destinos cearenses. Segundo relato de alguns moradores:

A diferença é porque nós temos um turismo comunitário, que tudo que nós conseguimos é os próprios nativos que têm suas pousadas, os nativos que conseguem tentar fazer os seminários junto às pessoas, os restaurantes. Então essa é que faz a diferença. A diferença porque nas outras comunidades é todo mundo de fora. Aqui não, aqui é a própria comunidade, são as casas dos pescadores, é a pousada comunitária. (R.L., janeiro 2003)

Porque aqui nós “nascemos pequenos”, aqui nós nunca fomos expulsos da nossa terra. Os outros estão sendo expulsos, só tem os turistas na frente. (R.R., julho 2003)

A tranqüilidade local é também apresentada como um dos atrativos que diferencia a Prainha do Canto Verde das demais localidades:

E a outra diferença é a tranqüilidade. A Prainha hoje é como um lugar que está sendo descoberto, há 20 anos atrás, muito tempo atrás, ainda continua do mesmo jeito. Então você chega na Prainha hoje, vê a diferença da Prainha para outra comunidade. Porque a Prainha é uma praia, e outras praias que você chega hoje não é mais praia, é uma cidade, é calçamento, barulho de carro toda hora, é como se fosse uma cidade. Você está numa praia, mas está numa cidade. (...) E aqui é diferente, você está em uma praia nativa. (J.F., janeiro 2003)

Porque a Prainha não tem aquele turismo que as outras têm. Nas outras, muita gente rica, não tem mais aquele sossego que elas deviam ter. E a nossa comunidade ainda tem sossego, esse brilho. Não tem o que a outra tem. Assim: nós mora na nossa terra, nós somos nativos, as outras já botaram para fora os nativos. (R.R., julho 2003)

Este modelo de turismo “diferente” aparece como uma alternativa econômica complementar a uma comunidade, cansada de esperar do Poder Público ações e incentivos para a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações. Quando se avaliam as razões que fizeram com que a Prainha do Canto Verde tivesse sucesso na montagem deste modelo turístico diferenciado, A.A. (janeiro 2003) tem como referência o descaso do Poder Público sobre as necessidades das comunidades do litoral cearense:

Acho que primeiro porque agente quis ser diferente, isso é o fundamental. Quando se tenta ser diferente, agente consegue mostrar ao mundo que agente é diferente. Essa briga é nossa, de mim mesmo em especial, ela é diferente por conta do governo do estado mesmo. Eu me tornei uma pessoa mais voltada para o turismo, a ajudar a este tipo de turismo aqui na Prainha. Uma coisa que eu nunca admiti. O governo do estado [...] no sentido de dizer que aqui no Ceará filho de pescador tem que ir para o mar, turismo tinha que ser feito por pessoas com capacitação, filhos de pessoas mais sofisticadas.

O turismo, apesar de ainda se estabelecer de forma incipiente, sem sombra de dúvida, significa uma nova alternativa de trabalho para a população além da pesca, principalmente para os jovens que não gostariam de ter a pesca como seu principal labor, conforme declara S.G. (janeiro 2003), proprietária de uma barraca de praia sobre a possibilidade de aumento do fluxo turístico:

(...) Se mudar e acontecer, eu acho que é melhor. Porque vai ter movimento, vai ter trabalho para aquelas pessoas que não têm trabalho. Porque você vê que o jovem aqui, ele cedo começa a pesca. Se não for a pesca, né? Você vê aqui um rapazinho novo já começa de novinho até 30, 40 anos na pesca. Ali vai estragando a vista, o sol acaba com a pessoa. Que nem tem um pescador que pesca no nosso bote, ele disse: “Selma, eu vivo essa vida porque eu não tenho outra, mas quando eu estiver com 40 anos, eu vou enxergar pouco, porque o sal já está tomando conta”

Dois pescadores, J.P., um dos líderes do movimento pela posse da terra e A.D., capataz, mesmo não estando envolvidos diretamente com esta nova iniciativa, apresentam suas perspectivas e preocupações sobre a chegada do turismo na comunidade.

J.P. (julho 2003) acha que a comunidade está preparada para receber o turismo e cada vez mais está se organizando para melhorar a sua atuação nesta nova experiência, pois:

O turismo chegar na comunidade para nós é muito importante. Agora com um turismo responsável como agente está pensando em organizar. Porque agente conhece várias praias, como eu conheci, praia do Iguape, Caponga, Canoa, são as praias que o turismo não tem nada na mão assim, porque o turismo chega de fora, e as pessoas ficam em benefício do pessoal de fora, não da comunidade.

Para este pescador, a importância da chegada do turismo vem do benefício que ele pode trazer como novas oportunidades de emprego, mas J.P. (julho 2003) alerta que, se a comunidade não souber se organizar, esta prática pode trazer muitos prejuízos: “Prejuízo é que agente vê, a corrupção no mundo inteiro. A imoralidade, a droga traz tudo que for de ruim para a comunidade. A não ser que a comunidade tenha organização e ir orientando seus nativos, possa ser que isso não aconteça.”

A.D. (julho 2003) fala de um conflito que representa uma questão levantada por alguns moradores. Qual seria a melhor opção para a Prainha? O turismo sustentável, de base comunitária, ou o modelo exercido na Praia das Fontes e Morro Branco? Para ele, o modelo de turismo desenvolvido nas praias vizinhas, com a maior disponibilidade de casas de veraneio e de grandes empreendimentos hoteleiros é sinônimo de maior geração de emprego, pois este modelo desenvolvido na Prainha pode não representar benefício direto para toda população e sim para apenas alguns beneficiados:

O turismo chega, só que independente do turismo das outras praias, uma parte é bom, mas para outra eu acho que não é tão bom, porque para quem fica do lado do turismo está ganhando dinheiro, mas para quem não tem nada do turismo aqui, não ganha nada.

Porém, para ele, pelos exemplos de desenvolvimento apresentados por estas localidades, o turismo de massa não corresponde a uma prática tão confiável: “(...) posso dizer que é bom por um lado, mas é ruim por outro, porque trás mais ruindade, mas também poderia trazer mais vantagem, aí agente fica entre a cruz e a espada, tem o lado bom e tem o lado ruim.”

O modelo turístico da Prainha do Canto Verde é responsável por um fluxo de turistas representado, em sua grande parte, por estudiosos e pesquisadores, atraídos pela história de organização da comunidade e pelo modelo inovador de turismo que está sendo implantado, conforme declara J.F. (janeiro 2003):

(...) O forte daqui é o turismo da pesquisa, estudo sobre o turismo, que nós estamos fazendo aqui, estamos implantando aqui. Esse turismo que nós temos hoje já é, no município nosso, modelo. É exemplo a outros municípios. Porque o município é castigado por outras praias cheias, não tem controle nas praias, prostituição, muitas drogas. Aqui, então, eles têm aqui como exemplo: uma praia de educação, que você curte a natureza, sobre ecologia. Então, quando tem uma pessoa lá que ele acha que tem um interesse, eles jogam para visitar a Prainha.

Os resultados advindos deste fluxo turístico já podem ser contabilizados, depois de alguns anos de implantação desta prática na comunidade. Os entrevistados, a partir desse momento, relatam algumas preocupações. Uma das maiores preocupações, apresentadas pelos moradores, está relacionada com o grande fluxo de visitantes de fim de semana, que permanecem apenas um dia na comunidade, os chamados “piquinqueiros”. A presença destes visitantes na Prainha está relacionada, segundo a

visão e experiência de seus moradores, com problemas ligados ao lixo, sexo, briga, além de representarem pouco retorno financeiro aos empreendedores locais:

Tem um tipo de turismo, que chama de farofeiro, que vem de ônibus, não são aqueles que ligam dizendo que vêm fazer visita à comunidade não. São aqueles que vêm nos finais de semana, vêm 3, 4, 5 ônibus, e deixa muito lixo na praia, não deixa muita renda, porque já traz tudo pronto, só consome mesmo a bebida. Esse é o turismo que atrapalha um pouco o turismo daqui, é esse. (L. S., julho 2003)

(...)Porque o piquenique são pessoas que vêm, fica na praia, depois começa a brigar, quebra garrafa, suja a praia. Então isso para nós não é suficiente. [...] A única coisa que eles fazem é sujar. Tem muitas coisas que pessoas que vêm fazem muitos deles ficam fumando droga na jangada. Isso aqui é uma motivação que eles fazem para os nativos. Então por isso “nós não gosta” desse tipo de turismo. (J.F., janeiro 2003)

Eu acho, porque o turismo daqui é um turismo mais calmo, né? Agora tem outro tipo de turismo também, que é o turismo que agente recebe com todo carinho, mas que agente não quer na Prainha do Canto Verde, aqueles piqueniques que vêm de Fortaleza, de outros lugares vizinhos, que chegam aí na praia, ficam bebendo, curtindo, fazendo coisa na praia que não era para fazer. Isso é o tipo de turismo que agente não quer na Prainha do Canto Verde. Agente começou a fazer a reunião. A Cooperativa fez essa reunião. Então agente começou a trabalhar de domingo na Praia dando plantão, a entregar saco plástico para o turismo que vem nos piqueniques pôr o lixo, que às vezes eles jogam o lixo na praia. E tem muitos rapazes que ficam na praia usando drogas, fazendo sexo ali mesmo na praia, não procura nem outro canto mais distante, e tem muita criança que vê aquilo, e isso não é legal nem para agente nem para eles. Aí então isso é mais um objetivo da Cooperativa. (R.L. , julho 2003)

Apesar deste visitante não ser bem visto pela comunidade, ele ainda representa a maior fonte de receita para os barraqueiros, pois o fluxo de turistas na Prainha ainda é pequeno, não trazendo resultados econômicos satisfatórios aos empreendedores locais. Talvez a causa do baixo fluxo de turistas esteja relacionada com um outro ponto de reclamação de alguns moradores que trabalham com o turismo. Eles acham que ainda não existe um sistema efetivo de divulgação do destino Prainha do Canto Verde.

O lixo é uma outra questão levantada pelos moradores, mas este problema nem sempre é de responsabilidade dos chamados “piquinheiros”. Os entrevistados declaram que, grande parcela do lixo espalhado é de responsabilidade dos próprios moradores. O lixo se torna, assim, um dos problemas que pode causar o afastamento do próprio turista:

Na minha opinião, o que dificulta o turismo é o problema do lixo na praia, na própria praia, porque tem gente que tem sua embarcação e cobre assim com palha de coqueiro para não pegar sol, para não ressecar a madeira da embarcação e isso causa um problema para a comunidade na própria praia, deixa a praia suja, depois a palha começa a apodrecer e o dono dessa embarcação não tira a palha, e a palha fica na praia, vai sujar a praia, já é um problema que eu acho. (R.L., julho 2003)

Morro Branco é tudo limpa a frente. Você vê que nas barracas têm até sombrinha. Ali na Canoas Quebrada também tem. Um dia desses, veio um casal para a casa de um colega meu ali. Alugou a casa, né? E tinha uma palha dessa, a mulher veio e furou o pé, foi embora para Fortaleza, tirar o palito do pé. Nunca mais a mulher voltou. Garrafa quebrada, muito lixo. Quando é dia de sábado, eu me levanto 5 h da manhã, eu limpo essa frente todinha aqui e ele enterra, né, Francisco? Mas eu vivo assim tão desanimada, porque você só limpa, só limpa, e o pescador vem e suja, ali mesmo ele deixa. Ele lixa um pau, ali mesmo ficam aquelas pontas de pau. Eu já estou assim, como é que se diz, desanimada. [...] Assim, eu não posso dizer que só é os pescadores. Mas os piqueniques também, eles sujam. Mas também se o pescador entendesse... Porque a maioria do pescador é difícil, difícil conversar com ele, difícil mesmo. (S.G., janeiro 2003)

Além dos problemas, acima descritos, alguns outros são relatados pelos moradores: o número reduzido de opções de lazer, que não possibilita o aumento da permanência dos turistas na Prainha e a necessidade de se promover maior qualidade no atendimento dos serviços disponibilizados para os visitantes, principalmente os referentes à hospedagem e à alimentação é também mencionada. Conforme declarações dos moradores, um serviço simples não pode significar um serviço de baixa qualidade:

(...) ampliar mais a hospedagem e ter mais qualidade, ter mais alternativa, um empreendimento melhor para quando o turista chegar se achar bem recebido, ter melhores recepções, mas isso aí nós estamos trabalhando; a questão da melhoria da hospedagem, da alimentação, tudo isso nós estamos discutindo, a segunda fase do nosso projeto agora, visa agente ampliar o que nós não fizemos até hoje, é na questão do estacionamento, melhorar pousadas, melhorar a comida, algumas coisas que precisam se aperfeiçoar mais. (J.R., julho 2003)

Prainha tem que organizar muito melhor a estadia desse pessoal que sempre estão presentes na localidade, com certeza eles irão vir mais vezes e vão pensar em trazer mais pessoas, porque realmente você veio, gostou, tem um trabalho a fazer e isso dá continuidade ao trabalho que outras pessoas podem fazer. [...]Até mesmo a questão do conforto, nós sabemos que a diferença também não é o luxo da Prainha, nós não queremos esse luxo, nós queremos o luxo de uma estrela, mas que essa estrela possa brilhar mais [...] Os hotéis maiores têm o luxo e tem a qualidade, mas não tem o que a Prainha oferece, a tranquilidade, o espaço, um turismo diferente. (A.R., julho 2003)

O olhar da comunidade sobre o turismo também é apresentado pelos alunos da Escola dos Povos do Mar, através da literatura de cordel com o tema: “O Turismo na Prainha do Canto Verde – Beberibe/CE” (abril/2003)⁶⁹. Este documento apresenta o olhar de alguns jovens sobre o turismo, que pode resumir-se nas palavras: comunidade, trabalho, sustentabilidade, cooperativismo, organização e solidariedade:

(...) É um meio de trabalho
 Que a COMUNIDADE tem
 Completando a pesca
 Melhorando a renda também
 (...)Não há que viva no mundo
 Que não deseje TRABALHAR
 No caso do turismo é bom para dinheiro ganhar
 (...)O turismo do Canto Verde
 Que tem SUSTENTABILIDADE

⁶⁹ Os autores são Erenilson, Eudes e Luis (alunos da Escola dos Povos do Mar).

Só pensa em coisas boas
 para preservar a comunidade
 (...) Quando se trabalha certo
 Tudo é recompensado
 Com a força de todo POVO
 Nada será atrasado
 (...) Criou-se uma COOPERATIVA
 Para melhor trabalhar
 Ajudando uns aos outros
 Para o turismo melhorar(...)
 Tem o Fundo Social
 E de SOLIDARIEDADE
 Que ao final de cada ano
 Ajuda a comunidade (...)

A próxima reflexão tem como foco as possíveis razões que possibilitaram a construção deste modelo “diferenciado” de turismo na Prainha. A união, a cooperação e o espírito de comunidade são apresentados pelos moradores como elementos fundamentais:

A razão de tudo isso é a nossa união, é agente que se junta para decidir as coisas, planeja, faz projetos e agente tem uma visão ampla para regularizar as coisas antes que aconteçam, quando foi para acontecer a cooperativa de turismo, agente sentou, discutiu com toda a comunidade, fez uma assembléia geral com todos os associados para explicar o objetivo do que agente ia trabalhar, então nada mais era do que somente para ajudar todos os moradores da comunidade. (J.R., julho 2003)

Mas a comunidade ainda se encontra no início de um processo, aprendendo com o exercício desta nova prática e sugerindo ajustes para seguir seu caminho. Para J.L., é necessário que seja iniciado um trabalho de conscientização da comunidade sobre a

importância deste segmento econômico. Porém, esse processo de conscientização e mobilização da comunidade continua tendo como ponto norteador a luta pela posse da terra. Um fator determinante para que a comunidade possa dar continuidade ao modelo de base comunitária e continuar definindo seu próprio destino:

Agente já está trabalhando o processo de conscientização aos moradores. Inclusive, a peça fundamental são esses jovens que não trabalham com a pesca, porque eles vão querer trabalhar com o turismo. Eles vendo uma pessoa trabalhando, fazendo passeio ou um dono de pousada, então eles vão se interessar pela coisa. A idéia é conscientizar todos os moradores para que eles possam ser empreendedores dos equipamentos turísticos da comunidade [...] Que eles não se deixem levar por uma pessoa que chega com grana e diz que quer comprar um terreno porque ele vai ser o caseiro. A realidade é que quando você tem isso em mãos, a realidade muda. E você ter isso para você é uma coisa diferente, você é dono e acabou. Ninguém vai lhe por contra nenhum obstáculo. (J.L., janeiro 2003)

6.1.2. O Olhar do Turista sobre a Prainha do Canto Verde

Quais são as percepções e avaliações dos turistas sobre a Prainha do Canto Verde? Quais foram os fatores que os motivaram a escolher a Prainha do Canto Verde como opção de passar seus dias de férias, feriados ou momentos de lazer?

As belezas naturais da praia, das dunas e das lagoas, ainda bem preservadas, são indiscutíveis na avaliação dos turistas sobre a Prainha do Canto Verde. Mas a comunidade, o relacionamento entre os seus membros, o espírito de cooperação (Figura 44), a oportunidade de passar dias vivendo seu modo de vida (Figura 45), ainda não estereotipado, a tranquilidade do local (Figura 46) e a sua história de organização e luta se constituem os pontos centrais de destaque do destino Prainha do Canto Verde.



Figura 44: Cooperação
Autor: Teresa Mendonça, 2003



Figura 45: Jogo de Futebol
Fonte: Caderno Virtual de Turismo – IVT, 2003



Figura 46: Tranquilidade
Autora: Teresa Mendonça, 2003

Esses fatores são, portanto, essenciais e a diferenciam e a qualificam e geram naturalmente um olhar comparativo com outros destinos do litoral cearense:

Do ponto de vista físico-geográfico ela é muito semelhante a qualquer outra praia do nosso litoral, coqueiros, então ela não é muito diferente, mas eu acho que excessivamente o que diferencia são as pessoas que aqui estão. Você não encontra o turistão padrão, máquina fotográfica, óculos escuros, você não vem aqui para a Prainha do Canto Verde achando que vai encontrar assim esse ciclo de turismo, esse tipo de, ou esse serviço, essa infra-estrutura. Pelo contrário, você vem para encontrar acomodações simples, restaurantes simples, comidinha caseira e pessoas legais, as relações de proximidade, de afeto, eu acho que essa é uma característica da Prainha do Campo Verde. Mas, por outro ângulo, eu queria conhecer a comunidade, essa comunidade com características tão especiais e eu acho que o que tem de mais especial na Prainha do Canto Verde é exatamente o poder da organização da comunidade. Todo mundo se conhece, sabe das histórias, algumas viraram folclore. (E.R., julho 2003)

Olha, as impressões são as seguintes: que é um lugar assim muito da comunidade, que é uma vida muito deles ainda, é uma cidade de praia muito primitiva, ela tem a coisa muito naturalista ainda, muito preservada com a natureza das praias, agente chega a passar argila no corpo, é gostoso, bem natural, de não ter muita interferência desse grande turismo que interfere. Tem uma coisa assim muito das pessoas, você vai andando na praia e você vê as crianças da região jogando bola, você vê os pescadores nas suas atividades, você vê eles trabalhando assim nas suas embarcações. Quer dizer, acaba que quem está aqui fazendo turismo acaba vendo e participando de uma coisa interessante que aqui é uma vila de pesca, de pescadores e você vê esse cotidiano deles. Nós chegamos na sexta-feira e é um dia normal de trabalho, eu achei muito interessante eles trabalhando nas suas embarcações, consertando, os artesões trabalhando nas redes de pesca nos seus barcos. Então isso foi uma coisa que me chamou a atenção. (P.A., julho 2003)

Este diferencial é resultante da ação dos moradores da Prainha do Canto Verde que, através da construção de sua história de luta e organização, fazem de sua vida cotidiana um exemplo a ser divulgado para as cidades vizinhas, para o Brasil e para o mundo. A vida de união e cooperação entre os membros da comunidade é percebida pelos visitantes que chegam ao lugar. M.E. (julho 2003) declara que, apesar do espaço físico (o mar e as dunas) ser de extrema beleza, o que mais chamou a sua atenção foi a

maneira como os membros da comunidade se relacionam: “Eles se importam muito uns com os outros.” Este modo de relacionamento é destacado por E.S. (julho 2003), morador de Fortim, uma localidade vizinha, que se declara surpreso com o exemplo dado pelos membros da comunidade. Mas como este visitante percebeu a vida de cooperação?

Através do povo na praia, alguns trabalhando e um monte de gente ajudando. [...] eu nunca fui numa praia com uma união tão grande. Eu já ouvi falar que aqui o povo é muito unido, tem associações e que em outras praias não se encontra.

A estrutura de organização comunitária, a união e a cooperação, também são percebidas por A.Z. (Julho 2003) e se transformam no elemento de atração até a Prainha:

Acho que é a conscientização e a unidade, a união dos moradores. Quando eu vim para cá, eu já sabia disso. Que eram pessoas que tinham mais forte essa idéia de comunidade. Eu soube que eu deveria vir procurar o “João”⁷⁰, que era presidente da associação dos moradores da Prainha do Canto Verde. Isso eu já gostei, é uma comunidade que as pessoas têm associação, o grupo conseguir seus direitos, lutar por eles através da associação. E seria uma colônia de pescadores em que eles lutavam e procuravam preservar a sua história de pescador. Não como em outros lugares aqui que isso foi sendo descaracterizado, como a Canoa Quebrada, até mesmo Jericoacoara, que os pescadores foram perdendo a sua história para se transformar em outro tipo humano: bugueiro, ou guia turístico. Tendo seu espaço invadido. E aqui o Canto Verde luta para manter a preservação do seu espaço. Isso me atraiu.

A forma de relacionamento entre os membros da comunidade e seus visitantes parece criar um laço de amizade muito forte entre estes atores, e que extrapola as relações comerciais:

⁷⁰ A entrevistada se equivocou no nome do Presidente da Associação. João é dono de uma pousada comunitária.

Muito positiva, algumas coisas, por exemplo, as relações interpessoais, a relação que você constrói não é uma relação comercial, você não é recepcionado como um turista qualquer. Eu acho essas relações interessantes. Na verdade, se estabelece uma relação de amizade com aqueles que estão em princípio lhe prestando serviço (...). (E.R., julho 2003)

A resistência desta comunidade aos modelos de desenvolvimento vigentes, com a presença de empreendedores externos, loteamentos, venda e apropriação das terras dos nativos é também percebida pelos visitantes:

A diferença dela é exatamente de ser de pessoas da cidade, nativas ainda, de não ter aquele turista muito forte de fora, como Morro Branco que é somente de veraneio, os da comunidade já foram expulsos e Parajuru, mas ainda é gente da comunidade, o que diferencia é isso, são pessoas da comunidade e não casas de veraneio [...], e agente tem casa de veraneio e vem veraneiar, acabou com a moradia, com o morador. (L.C., julho 2003)

É exatamente isso, essa vivência do cotidiano da comunidade que é uma cidade de praia pequena, que ainda não tem interferência grande do turismo e que o cotidiano das pessoas ao que parece não modificou, que eles continuam vivendo da mesma maneira, tem os mesmos hábitos, não modificou em função do turismo o seu cotidiano. (A.Z., julho 2003)

A resistência à entrada de agentes externos faz com que a comunidade tenha maior controle do fluxo de pessoas e ofereça ao visitante um local mais tranquilo, com pouco ou nenhum perigo, em contraste com os grandes centros urbanos ou outros destinos turísticos:

Eu não sei te dizer, o que me chama atenção mesmo é que é um lugar muito calmo, e que resiste à questão do turismo, essa questão da invasão de muitas pessoas. Tem um controle muito forte em cima da entrada e saída das pessoas. Esse controle muito forte, isso me chamou muito atenção. (M.B., julho 2003)

Aqui é mais tranqüilo, uma vila de pescador, é uma infra-estrutura menor, mas é mais sossegado. Lá (Morro Branco) tem bastante barzinhos, além de ser maior, agente tem que ficar mais atenta, mais preocupada. Agente gostou mais daqui por enquanto. (P.P., janeiro 2003)

(...) acho a Prainha muito tranqüila. Agora Canoa Quebrada é uma praia turística. Vive exclusivamente para o turismo. Não tem sossego nenhum, você tem gente para todo o lado. Agora a praia em si ;é bonita, mas para mim não tem grandes fascínios. Prefiro esta, acho que é mais tranqüila. (B.B., janeiro 2003)

Apesar dos atrativos naturais e culturais representarem uma elevada potencialidade turística, os equipamentos e a prestação dos serviços turísticos ainda não estão associados a um padrão satisfatório de qualidade. Não é fácil transformar uma comunidade essencialmente pesqueira e pequenos produtores de subsistência em empresários, aprendendo novos ofícios relacionados com a prestação de serviços ligadas ao turismo. Porém, novas profissões começam a surgir na Prainha do Canto Verde: guias, bugreiros, garçons para barracas e restaurantes, cozinheiros, merendeiras, artesãos, vendedores de lojas, recepcionistas, entre outras.

Por mais que seja muito interessante a forma simples e informal destes prestadores de serviço se relacionarem com os turistas, parece clara a necessidade de se investir na qualidade da prestação dos serviços e no incremento da oferta de serviços e opção de lazer:

As sugestões, primeiro, o que existe, eu acho, é uma coisa que é do estado, do treinamento das pessoas, da mão de obra, de você chegar numa pousada e saber que vai ser bem atendido, que você ter essa infra-estrutura para o turista, do que ele precisa, do que ele necessita, do restaurante, da comida, da instalação, do transporte, de um bar, de um restaurante na beira da praia, são essas coisas que em outras cidades de praia já existem e que aqui não tem. Quer dizer, aqui ainda se preserva muito a coisa da comunidade, da vida primitiva, mas o que falta é uma mão-de-obra mais qualificada, qualificação mesmo, de

peçoal de restaurante, opções de você ter outros tipos de alimentação. Ou você encara essa coisa do naturalismo direto, de comer só o peixe, ou então você vai estranhar e não adianta reclamar, você vai viver isso e isso pode ser uma atração turística, inclusive de você viver esse naturalismo ao extremo ou então você vai embora, pega a mala e diz “vou embora, não gostei vou para outra praia que tenha mais infraestrutura”. (P.A., julho 2003)

Eu vejo assim: você quer tomar um café à tarde, você não consegue porque não tem quem ofereça. Você quer comer uma tapioca de tarde, também não tem. Você quer dançar, também não tem quem abra um bar para você e bote uma música para você dançar. E é mais ou menos assim, acho que se você está aberto para receber, você precisa disponibilizar serviços. (M.B., julho 2003)

Ter pousadas e ter mais atividades, o que agente vê é que não tem nada para fazer. Quer dizer, ou você vem para dormir e à noite você não tem o que fazer, quer dizer tem o mar e não tem mais o que fazer à noite, mas o que poderia ser feito vai contra o que eu acabei de dizer: que o mais legal na Prainha que são só moradores, a comunidade organizada direitinho, se agente interfere nisso e traz bares e traz o turismo, mas eu acho que ela poderia ser melhor divulgada para o turismo conservando a beleza dela (L.C., julho 2003).

É importante destacar que apesar da Prainha ainda não apresentar um padrão de qualidade satisfatório, o problema de qualidade no atendimento não é exclusivo da comunidade, conforme relata E.R. (julho 2003). Em todo o litoral cearense existe uma deficiência na qualidade dos prestadores de serviços, até mesmo na capital.

(...) infra-estrutura, atendimento são problemas comuns a todo nosso litoral, ao litoral do Ceará. É impressionante, apesar de todo o desenvolvimento turístico do estado, mas aqui tem muitos problemas com a infra-estrutura, com atendimento, mesmo em Fortaleza, mesmo nos grandes hotéis. (...)

Apesar de a tranquilidade e de o modo de vida tradicional se apresentarem como diferenciais locais, muitos turistas se preocupam com o que está por vir, já que o mercado parece ter uma lógica distinta de atuação e, que talvez, a Prainha do Canto Verde não consiga resistir às pressões sofridas pelos modelos econômicos vigentes:

A comunidade, acho ela é muito organizada no artesanato. Os artesões, as pessoas, a comunidade é organizada. Agora, o turismo, eu acho que está começando agora, ainda está muito no início, e eu espero que não cresça assim muito para acabar com esse lance legal que tem de ser só as pessoas da terra, tudo bonitinho ainda, porque, se o turismo vir, pode acabar com essa coisa bonita que tem na Prainha. (L.C., julho 2003)

Então essa coisa de encher a praia de carro, de triciclo, de não sei o que, a praia vira uma verdadeira avenida de carro, perde toda a diferença. O diferencial da praia que agente tem (em Fortaleza) no pensamento, fica meio sem sentido. Essa gente ainda não chegou, porque já vem de pacote (...) (J.B., julho 2003)

Outro tópico de análise se refere à estratégia de comunicação e divulgação utilizada para o destino Prainha do Canto Verde. A maioria dos turistas entrevistados declarou que chegou à Prainha por indicação de outra pessoa. Outros, através da leitura de reportagens em jornal na capital cearense.

O próprio sistema de divulgação interna dos serviços para os turistas, que já estão na Prainha, também é deficiente. M.B. (julho 2003) declarou que apenas através da entrevista da presente pesquisa, ela teve conhecimento de que a comunidade tem interesse em ter o turismo como mais uma alternativa de econômica. A forma ainda incipiente de apresentação e oferta dos serviços turísticos aos visitantes faz com que esses interpretem que a comunidade ainda não está conscientizada sobre os benefícios que o turismo pode proporcionar. Por isso M.B. sugere: “Que seja bem claro para a comunidade que o turismo é uma possibilidade de renda para a população. Eu acho que eles não estão bem conscientizados.”

Mas apesar dos problema mencionados, a Prainha do Canto Verde está conquistando um novo nicho de mercado, constituído por pesquisadores, estudiosos e

por pessoas cansadas de sua vida cotidiana nos grande centros urbanos e que chegam em busca de uma verdadeira alternativa para o contato com a natureza e momentos de paz e tranqüilidade:

O mar, a lagoa, porque aqui tem que é muito legal também que é o mar, a lagoa, a natureza. É uma coisa muito presente e é muito forte isso, então isso é uma coisa muito legal. O que chama atenção é que em todas essas outras cidades que já estão maiores já tem assim programações noturnas de bares, de gente tocando em bar, aqui não, aqui você acaba se incorporando nesse naturalismo da região do local que ainda é uma comunidade pequena de pescadores e de nativos e que agente acaba de uma maneira gostosa se incorporando a isso. Mas quem não está acostumado pode estranhar esse tipo de liberdade, que é uma liberdade, mas que é uma coisa assim que quase não existe mais no litoral, então o que diferencia das outras praias é isso. (P.A., julho 2003)

Eu fiquei maravilhada. É o tipo de turismo que eu gosto. Reconheço que não é um turismo vendável, um turismo da mídia. Porque não tem esse conforto, estrutura que normalmente as pessoas de classe média procuram nos seus momentos de lazer. Mas eu gosto desse turismo, desse lugar primitivo, desse contato com as pessoas mais simples. Mesmo porque eu estou sempre pesquisando dialetos, a forma de linguagem. E exatamente nesses lugares eu contato com as pessoas e variedades lingüísticas. E eu gosto de ir para lugar que não foi ainda muito explorado. Então eu gosto bastante. (A.Z., julho 2003)

6.1.3. O Olhar da Organização não Governamental sobre a Prainha do Canto

Verde

J.S. (julho 2003), representante do Instituto Terramar, tendo pesquisado e trabalhado em projetos ligados às comunidades pesqueiras do litoral cearense, relata que o aparecimento de grupos organizados de resistência para lutar contra alguns conflitos que surgiam relativos à terra, moradia, questão ambiental, etc., surgiu no litoral cearense basicamente por conta da ausência das colônias de pescadores nas discussões sobre as

novas necessidades que surgem e passam a fazer parte do cotidiano das comunidades litorâneas. A colônia, que era um instrumento de organização dos pescadores, sempre foi voltada basicamente para as questões bem específicas ligadas à vida na pesca. As diversas comunidades, no entanto, foram diversificando suas atividades por não terem mais a pesca como sua única alternativa de sustentação econômica, financeira e cultural.

A luta pela posse da terra foi fundamental para o surgimento de um núcleo comunitário de famílias que estabeleceu um novo olhar sobre a questão do espaço em que vivia. Esses núcleos familiares foram os responsáveis pelo aparecimento das associações comunitárias, que hoje se apresentam como núcleos legítimos de diversas comunidades. Desta mesma forma, também, foi iniciado o processo de organização da Prainha do Canto Verde que, segundo J.S. (julho 2003), se diferencia fundamentalmente das demais “pelo processo de resistência e pela busca de modelos de desenvolvimento através da sustentabilidade ambiental”.

As famílias da Prainha do Canto Verde (Figura 47) tiveram um papel fundamental na construção da história de organização, luta e resistência.



Figura 47: A família
Autor: Teresa Mendonça, 2003

A atuação das famílias e da Associação de Moradores contribuiu, segundo J.S. (julho 2003) para o fortalecimento do sentimento de “pertencimento” à terra e para a perspectiva de futuro:

Quando você não sabe o valor de sua terra, você vende ela por preço de banana. Quando você se comunica com o mundo e o mundo todo diz que a sua terra vale ouro, aí você protege sua terra melhor, inclusive aqueles que queriam vender a terra por preço de banana. Aí se cria essa ... sei lá uma conscientização, mesmo que (espontânea) sobre o valor da terra e o valor do uso dela. É por isso que eu acho que barra um pouco. Ao mesmo tempo que o cara quer a resposta imediata, mas todas as reflexões que é realizada lá fazem que esse processo de sedução, que está cada vez maior, seja barrado um pouco.

Segundo a avaliação de J.S., a participação da comunidade em alguns conselhos é considerada muito boa, e este cita, como exemplo, os de Educação e o Turismo:

Alguns conselhos são muito bons. Tem participação muito grande. Educação tem reunião com 90 pessoas. Numa comunidade de 600 pessoas, 90 vão à reunião. Eu acho excelente. De turismo tem um grande núcleo, acho que tem 68 pessoas, 69, acho. Tem que agente chama agora de cooperativa, uma cooperativa informal.

Mas alguns conselhos têm momentos de avanços e retrocessos:

Acho que o grupo da pesca já esteve mais forte. (...)A própria terra teve momentos de divisão, momento de união da terra. Já tive oportunidade de acompanhar momentos de 220 pessoas derrubando cercas na comunidade, quando o Henrique Jorge tentou cercar; e ao mesmo tempo, outro momento, famílias brigando para poder deixar o outro vender uma casa de (3 mil reais). (J.S., julho 2003)

Uma das causas apresentadas por J.S. para os momentos de retrocesso é a falta de apoio e incentivo do Estado às iniciativas realizadas pela comunidade, desmotivando-a em diversos momentos. Tendo como foco o turismo, ele considera que as maiores dificuldades que a comunidade enfrenta estão relacionadas à falta de incentivos externos e do apoio do governo, seja em esfera municipal ou estadual:

As políticas públicas voltadas para a construção do turismo no nosso estado, elas não estão vinculadas às necessidades das comunidades tradicionais, as comunidades dos pescadores, elas estão voltadas para a atração de grandes empreendimentos imobiliários, grandes empreendimentos de lazer. Essas comunidades querem o turismo, mas precisam de muita apoio externo, inclusive para compreender todo o processo. A questão de toda a cadeia produtiva, de todo o processo de financiamento, assistência técnica de qualidade etc. E eu acho que a ausência de políticas públicas voltadas para isso é uma dificuldade.

Segundo J.S., não se pode confirmar que a comunidade, em sua totalidade, esteja querendo o turismo comunitário, pois algumas pessoas preferem vender a terra para grileiros porque acham que é a forma mais fácil e rápida de ganhar dinheiro (Figura 48).



Figura 48: Vende-se casa
Autor: Teresa Mendonça, 2003

Por este motivo, ele enfatiza a importância do papel dos núcleos familiares nas comunidades pesqueiras, pois estes núcleos têm a função primordial de auxiliar o processo de conscientização, organização e fortalecimento das comunidades.

No entanto, para construir um turismo com um pouco mais de qualidade, J.S. avalia que, apesar da realização de discussões dentro da Cooperativa e de algumas ações

já realizadas pelo grupo, este ainda está sendo implementado de forma muito espontânea. Por esse motivo há a necessidade de se pensar na qualidade dos atendimentos do serviços de alimentação e hospedagem e na criação de critérios que auxiliem no melhor controle para regular os padrões arquitetônicos da localidade.

O sistema de divulgação do destino Prainha do Canto Verde também é avaliado por J.S. Ele constata que o principal veículo utilizado para a divulgação é a *internet*, voltada para o público externo, deixando assim de atingir um público potencial que está localizado no Estado do Ceará e em outras regiões brasileiras. Como já discutido, a própria população da Prainha (principalmente aqueles interessados na atividade turística) sente falta de um maior número de visitantes, diferente dos denominados de “piquiniqueiros”:

O sistema de divulgação interno dos serviços para os turistas, que já estão na Prainha, também é deficiente. Agente tem catamarã, na Prainha, agente tem passeios de bugre, mas às vezes eu noto que o cara passa 4 dias na pousada e ninguém chegou lá para dizer que tem catamarã, passeio de bugre, jumento, a comunicação não acontece. Você tem um serviço, todo mundo quer passear no catamarã, mas não sabe que existe o catamarã para passear. Eu acho que esse processo deve ser melhorado.

6.1.4. O Olhar do Poder Público sobre a Prainha do Canto Verde

A visão do Poder Público sobre a Prainha do Canto Verde parte do olhar de C.B. (janeiro 2003), uma funcionária da Secretaria de Turismo do Estado do Ceará – SETUR, que relata: “Os moradores da Prainha não permitem que as pessoas de fora

interfiram no turismo”. Isto confirma que a Prainha se apresenta perante a Secretaria de Turismo Estadual como um modelo diferenciado e autônomo de prática turística. É importante destacar que o destino turístico Prainha do Canto Verde não é mencionado no material promocional distribuídos aos turistas que chegam a Fortaleza, mas no *site* da Secretaria Estadual de Turismo a Prainha é mencionado como “praia nativa considerada reduto ecológico” (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ / SETUR⁷¹, 2004).

No município de Beberibe, V. S. (julho 2003), atual Secretária de Turismo e Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico, relata que o desenvolvimento do Município aconteceu de forma não planejada e com objetivo de beneficiar alguns interesses vigentes em vários momentos de seu processo histórico. O desenvolvimento turístico no Município teve como área de atuação prioritária a região de Praia das Fontes e Morro Branco, segundo V.S. identificada ao “turismo de grandes empreendimentos”. Atualmente estão sendo reconhecidos pelo governo municipal os prejuízos causados por este modelo, que tinha como objetivo principal beneficiar financeiramente poucos empreendedores e não levou em consideração os aspectos sociais, culturais e ambientais do município. Este modelo de desenvolvimento turístico também foi discutido durante o I Encontro Cearense de Turismo Municipal, realizado em 16 de junho de 2000 em Fortaleza, pelo, então, Secretário Municipal de Turismo e Meio Ambiente de Beberibe e apresentado por Saraiva (*op. cit.* p. 74) em sua dissertação de mestrado:

O turismo chegou a Beberibe de maneira espontânea, sem planejamento [...] e dentre as muitas conseqüências citamos: especulação imobiliária, falta de respeito às leis do próprio parcelamento. Quase todo o município foi retalhado. Em 1998, um adensamento altíssimo na faixa de praia (60.000 lotes) gerou poluição que já começa a ser percebida: poluição do lençol freático, da água, contaminação da praia.

⁷¹ Fonte: www.turismo.ce.br/macrorregiões_leste_beberibe.htm

Como o “turismo de empreendimentos” já é um modelo estabelecido no município, segundo V.S., ele não pode ser eliminado. No entanto, a Secretaria de Turismo e Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico tem visão de desenvolvimento turístico direcionado por três pilares básicos: o “econômico”, a “preservação ambiental” e o “social”, e adota novas ações como forma de minimizar os impactos negativos provocados pelas administrações anteriores: “(...) estamos correndo atrás para ver se agente consegue melhorar mais o funcionamento da atividade em si. (...)”

V.S. reconhece que, um outro tipo de turismo está surgindo no Município, o “turismo comunitário”, e cita como exemplo a Prainha do Canto Verde:

O turismo comunitário, eu vejo assim de maneira um pouco mais saudável no que se refere ao contexto sócio-econômico, pela maneira, pela própria natureza de ser comunitário e pela própria maneira que ele vem sendo implantado no município, por exemplo, o que se faz aqui na Prainha do Canto Verde.

Apesar de ter estado presente em algumas oficinas de trabalho na Prainha do Canto Verde, V.S. relata que o modelo de base comunitária desta localidade foi uma iniciativa local, sem apoio e gerência do governo municipal, o que se contrapõe aos exemplos nordestinos que geralmente dependem dos governos:

Isso até porque tem muita coisa assim na prefeitura dos municípios aqui do Nordeste, que o caminhar dela vai depender muito do prefeito e do profissional que está à frente daquela secretaria que está na ponta. Então a iniciativa da Prainha do Campo Verde foi iniciativa do local e o município já reconhece há algum tempo (...)

Este modelo independente está servindo de exemplo para a própria Secretaria Municipal, que tem aprendido com a iniciativa. Iniciativa que tem levado o Poder Público Municipal a estabelecer uma parceria com a Prainha do Canto Verde, com o objetivo de multiplicar sua experiência para outras regiões do município, inclusive para o interior, como forma de incentivo ao “turismo rural comunitário”.

O modelo de turismo comunitário da Prainha é inovador para V.S.. Porém, ela avalia que os serviços oferecidos ainda merecem um pouco mais de qualidade. A população deve olhar o turismo realmente como uma alternativa econômica, ou seja, a comunidade deve pensar no turismo e em seus empreendimentos de forma mais profissional, menos amadora. Essa percepção permitirá que a Prainha receba um grande número de visitantes classificados pela Secretária de Turismo como “um turista de alto nível”.

A organização comunitária, que foi resultado dos movimentos de resistência às especulações imobiliárias e ao modelo de gestão turística dominante, indiscutivelmente, faz da Prainha do Canto Verde um destino diferenciado. V.S. não deixa de considerar que o apoio de René Sharer à comunidade foi fator que muito colaborou com as conquistas da comunidade.

6.1.5. Os Quatro Olhares

O olhar dos quatro atores sobre a Prainha do Canto Verde parece convergir em elementos comuns. O próprio olhar da comunidade não diverge da percepção dos demais atores, em sua totalidade. Infere-se, então, que os atrativos da Prainha do Canto Verde são de beleza incontestável. A Prainha é tão bela quanto outros destinos do Município de Beberibe. O que diferencia então este destino turístico dos demais destinos do Estado do Ceará e do Brasil? O modelo de desenvolvimento turístico, apresentado pela Prainha do Canto Verde, se constitui em um diferencial de peso na escolha do destino para uma parcela significativa de turistas. Modelo que tem contribuído com a preservação da identidade cultural de sua população.

Segundo Wainberg (2002), o turismo pode ser chamado de “indústria da comparação”, pois esse justapõe culturas e identidades e ressalta diferenças. A história da comunidade através do exercício da participação, de seu modelo de organização e gestão local, de sua história de resistência (ausência de empreendedores externos, com a oferta de acomodações em pousadas comunitárias), a convivência com o cotidiano da comunidade, a relação com a pesca, a tranquilidade do local e a forma de vida simples têm sido os principais fatores diferenciais, comparativos e de atratividade deste destino turístico. Apesar do turismo muitas vezes reproduzir a natureza, a cultura e a autenticidade de práticas sociais (LUCCHIARI, *op. cit.*), a vida cotidiana da comunidade, tendo, ainda, a pesca como sua principal fonte de renda, parece ainda ser autêntica, sem reproduções descaracterizadas. Assim, as comparações, com destinos turísticos do litoral cearense são inevitáveis.

6.2. Participação: realidade ou ficção?

A descrença sobre a eficácia do processo participativo no âmbito operacional leva, muitas vezes, ao senso comum de que participação dos grupos sociais no processo decisório seja uma utopia. No entanto, conforme Demo (2001, p. 82):

Todavia é erro imaginar que participação é apenas utopia. É realizável sim, muito embora nunca de modo totalmente satisfatório. Por isso mesmo, a definimos como processo imorredouro de conquista. Nunca será suficiente, porque vive na utopia da igualdade, da liberdade, da fraternidade totais. Não é dada, é criada. Não é dádiva, é reivindicação. Não é concessão, é sobrevivência. Participação precisa ser construída, forçada, refeita e recriada. Nem podem faltar o entusiasmo e a fé nas potencialidade de quem a primeira vista pareça de tudo destituído e imerso em pobreza.

A participação entendida como “reivindicação”, “sobrevivência” e o “trabalho de construção” de uma comunidade, sob a ótica de Demo (2001), representa um desafio complexo. Assim, é importante que a análise do processo participativo da Prainha do Canto Verde extrapole o nível conceitual, da teoria, e parta para a avaliação de seu exercício, na prática.

Esse exercício pode ser iniciado através da análise da estrutura político-organizacional da Prainha do Canto Verde, que tem a Associação de Moradores como seu núcleo central, capilarizado através dos conselhos setoriais (Saúde, Educação, Pesca, Terra) e pela Cooperativa de Turismo.

O estabelecimento da Associação de Moradores e a criação dos conselhos, certamente, viabilizam um espaço de discussão e tomada de decisão no âmbito da comunidade da Prainha do Canto Verde. Esses espaços disponibilizaram aos atores sociais a oportunidade de “fazer parte” e “ter parte”, conforme anteriormente discutido

por Bordenave (*op. cit.*). A presença de membros da comunidade nas reuniões dos conselhos considerados ativos, da COOPECANTUR e da Associação de Moradores foi comprovada através da pesquisa documental, bibliográfica e de campo. Na pesquisa de campo realizada por Almeida (*op. cit.*), 84,8% das famílias da Prainha do Canto Verde responderam que acham importante participar de movimentos sociais e 78,9% declararam que são sócias e participam das reuniões e atividades da Associação.

Mas o foco desejado para a interpretação do processo participativo, não é “o quanto” se toma parte, mas “como” se toma parte. Na realidade, que tipo de participação é disponibilizada aos moradores da Prainha do Canto Verde?

A análise é conduzida com base na construção conceitual de Bordenave (*op. cit.*) sobre participação. O grau de controle dos membros sobre as decisões tomadas parece se adequar a uma escala progressiva, no sentido da autonomia e da independência. Assim, lembrando a proposta de Bordenave, esta escala estaria assim configurada:

- ♦ **informação**, nível em que os dirigentes informam aos demais membros sobre as decisões tomadas;
- ♦ **consulta facultativa**, nível em que os dirigentes podem, quando desejam, informar aos demais membros as decisões tomadas;
- ♦ **consulta obrigatória**, nível em que os membros da comunidade têm a obrigação de ser consultados sobre as tomadas de decisões;
- ♦ **elaboração de propostas**, na qual aos membros da comunidade é dada a oportunidade de sugerir e elaborar propostas e recomendações. Neste caso, a diretoria pode aceitar ou rejeitar a sugestão, desde o momento que justifiquem a sua posição;

- ♦ **co-gestão**, na qual a administração de um projeto é compartilhado. Nível em que os membros exercem influência direta na tomada de decisão;
- ♦ **delegação**, nível em que os membros da comunidade têm autonomia para a tomada de algumas decisões, antes reservadas apenas aos administradores. Nestes casos, os administradores têm bem definidos os limites dentro dos quais têm poder de decisão e
- ♦ **autogestão**, grau mais elevado de participação. Situação em que desaparece a diferença entre administradores e administrados e o grupo determina seus objetivos e escolhe os meios para atingi-los.

Na Associação de Moradores, a gestão está a cargo de uma diretoria eleita em Assembléia Geral. Neste momento o “voto” se constitui em uma forma de participação. Mas nesse contexto, o voto não é a única forma disponível de participação. A participação dos moradores no processo de tomada de decisões, seja na Associação, nos Conselhos ou na Cooperativa de Turismo⁷², acontece através do engajamento nas assembleias, reuniões de grupo de trabalhos, discussões e das consultas diretas. Algumas decisões, dependendo do grau de importância, podem ser tomadas pela própria diretoria. No entanto, essas decisões devem ser comunicadas, posteriormente, aos demais membros dos grupos e à comunidade para validação, conforme exemplificado a seguir:

Agente faz primeiro uma articulação entre o grupo. Depende do que agente decide que vai fazer, agente faz assembleia. Em alguns casos, já fizemos consultoria diretamente a moradores, ao invés de mandar as pessoas fazerem isso. Mas esse tipo de consulta acontece mais quando é uma coisa mais geral, terra, educação, essas coisas que são mais geral. Mas algumas coisas agente faz mesmo no grupão, ou que seja na assembleia ou que seja no grupo. Depende muito da questão da idéia, do que agente vai tentar mudar. Outras coisas, pequenas coisas

⁷² A Associação de Moradores, a COOPECANTUR e o Conselho de Educação são formados por uma diretoria. O Conselho de Saúde, apesar de ser muito atuante, ainda não possui uma diretoria formalizada. Esta se constitui por um grupo com lideranças representativas. Os conselhos de pesca e da terra, como não funcionam de forma regular também não apresentam uma diretoria formalizada.

mesmo, a própria diretoria da Associação, a própria diretoria da Cooperativa decide a melhor maneira. Claro que depois tem que socializar o máximo. (...) (J.L., janeiro 2003)

Esse depoimento parece indicar que as decisões estratégicas são compartilhadas, mas a Diretoria dispõe de autonomia relativa, para deliberar sobre questões operacionais mais simples.

Mesmo havendo um núcleo central de tomada de decisão na Prainha do Canto Verde, a Associação de Moradores, cada elo da estrutura político-organizacional (Conselhos e Cooperativa de Turismo) tem autoridade para deliberar sobre temas específicos. No entanto, estas decisões são, em geral, partilhadas com toda a comunidade, para que esta tome conhecimento do que foi estabelecido. Essa estratégia parte da premissa de que uma iniciativa será apenas viabilizada através do apoio da comunidade, conforme declaração de J.L. (janeiro 2003):

(...) ou os grupos às vezes têm as suas idéias e eles mesmo acham que desse jeito mesmo vamos caminhar, né, na área da pesca ou na própria área da saúde. É claro, isso depende muito da idéia. De que jeito agente vai botar em prática. Às vezes acontece que muitas vezes as idéias você tenta e de “repentemente” chega à conclusão que talvez seja uma idéia boa, mas que se os moradores não entenderem ou não contribuirão é melhor você recuar e fazer outra coisa.

O processo participativo na Prainha do Canto Verde pode ser melhor compreendido através do exemplo a seguir. A Associação de Moradores, sentiu necessidade de revisar o Regulamento de Uso da Terra elaborado em 1996, por considera-lo desatualizado, conforme declaração de J.L. (janeiro 2003) “(...) já em 2001, agente já viu que já não estava atendendo tanto à nossa demanda, que algumas coisas que agente não incluiu, que agente tinha que incluir. Então geralmente aquele regulamento não satisfaz aos nossos objetivos. Por esta razão foram promovidas

reuniões, com diversos grupos para avaliar o regulamento e redigir um novo documento. Apesar de terem surgido várias propostas de mudanças, o documento não pôde ser concluído, pois o número de participantes nas reuniões estava abaixo do considerado necessário para se conseguir validar um novo documento, conforme ilustrado a seguir:

Então agente fez reuniões com os grupos, agente fez reuniões com pessoas que faziam parte de grupo. Então qual era a nossa idéia? Nossa idéia era fazer reuniões em várias partes da Prainha e com os grupos, e ouvir as idéias, cada um dar a sua opinião, o que estava bom, o que tinha de melhorar. E depois numa assembléia grande oficializar isso. E “de repente” agente fez a reunião, fizemos as reuniões, mas não tinha número de pessoas que agente achava que tinha que ter para ter uma segurança. (J.L., janeiro 2003)

Mas como era de extrema importância a elaboração de um novo regimento, a estratégia adotada foi realizar um sistema de consulta aos demais moradores, como forma de torná-lo um documento de construção coletiva, conforme abaixo relatado:

Agente fez uma outra idéia que era capacitar um grupo de pessoas na idéia da mudança do regulamento e depois fazer uma consulta na comunidade, ou seja, consultar todo mundo que agente acha interessante na comunidade. Agente está nesse processo de capacitação, as pessoas já estão escolhidas, agente vai agora só capacitar as pessoas, treinar as pessoas, e vamos botar elas no campo. Agente até definiu mais ou menos a idade de pessoas que vão ser consultadas, até a idade X todas essas pessoas vão ser consultadas, tanto para tomar conhecimento das mudanças, como tem a possibilidade de dar a sua idéia. (J.L., janeiro 2003)

De acordo com as declarações, infere-se que, de maneira geral, a participação disponibilizada aos moradores da Prainha do Canto Verde passa por todos os níveis hierarquizados por Bordenave (*op. cit.*), em maior ou menor frequência, dependendo da situação vivida. No entanto, quando se analisa a hipótese da autogestão, embora todos os membros da comunidade tenham a possibilidade de participar efetivamente na definição de objetivos e escolhas dos meios para a sua consecução, existe uma distinção

clara entre “líderes”⁷³ e “liderados” e não exatamente uma homogeneidade entre “administradores” e “administrados”, conforme estabelecido por Bordenave (*op. cit.*) relativamente à autogestão.

A partir da visão geral do processo participativo na Prainha do Canto Verde, chega-se à análise da participação dos atores sociais no desenvolvimento, implementação e gestão do *Projeto Turismo Socialmente Responsável*.

A todos os membros da cooperativa e moradores, em geral, é dada a oportunidade de participar em vários níveis do processo de tomada de decisão no projeto. A “informação” é o nível de participação que se expressa de forma mais constante. Muitas vezes o processo de democratização da informação se transforma numa consulta propriamente dita, mesmo que não exista essa intencionalidade. Isso ocorre porque há uma tendência natural da comunidade da Prainha em se posicionar a respeito de temas de interesse da coletividade.

Nos casos de “consulta”, dependendo do nível de importância da decisão a ser tomada pela Diretoria da COOPECANTUR, esta é dirigida aos membros da comunidade de “forma facultativa” ou “obrigatória”. A consulta é uma prática comum nas reuniões da cooperativa, conforme abaixo exemplificado:

Aí levam para a assembléia. A assembléia dá também outras sugestões e vai e é votado, tem duas, três opiniões e dessas três decide qual é a melhor. (A.R., julho 2003.)

Eles levam a proposta, a diretoria leva a proposta para a assembléia, qualquer projeto, qualquer coisa que a pessoa for construir, e a assembléia decide se concorda ou não, a assembléia que aprova. (L. S., julho 2003)

⁷³ Embora não seja objetivo da pesquisa, o conceito de liderança, entendido no contexto do trabalho como uma liderança democrática “aquela em que o líder obtém idéias e sugestões por discussão e consulta, bem como estímulo e participação do grupo; o líder coordena e estimula a cooperação” (EQUIPE GRIFO, 1994, p. 43).

Algumas consultas são realizadas de forma facultativa, pois o grau de importância do assunto a ser tratado não exige obrigatoriedade de avaliação pelas partes interessadas. As consultas se tornam obrigatórias a partir do momento que são instituídas nos regimentos da cooperativa, pelo seu grau de importância.

Um exemplo de consulta obrigatória é a própria eleição dos membros da diretoria e o destino a ser dado aos recursos do Fundo Social, em Assembléias Gerais ou em reuniões com membros dos grupos de trabalho.

O nível proposto por Bordenave, denominado “elaboração e recomendação de propostas e sugestões” pode ser facilmente ilustrado pela realização dos eventos de planejamento, desenvolvimento e avaliação do *Projeto Turismo Socialmente Responsável* da Prainha do Canto Verde. A participação da comunidade, nos eventos (Primeira Oficina de Turismo (1994), Seminário de Eco-Turismo Comunitário (1998) e Seminário de Planejamento até 2007 (2003)) foi facilitada através de utilização de metodologias que auxiliaram no estabelecimento de objetivos, metas e estratégias pelos membros da comunidade, para o desenvolvimento do modelo de turismo comunitário. O *Projeto Turismo Socialmente Responsável* da Prainha do Canto Verde é resultado da expressão de seus participantes, pelo grau de participação disponibilizado aos membros da comunidade nos eventos citados.

A “elaboração e recomendação de propostas e sugestões” para as ações relativas às práticas turísticas, também tem acontecido sistematicamente nas assembléias e nas reuniões com representantes de grupos de trabalhos que repassam as deliberações para as reuniões com os grupos específicos.

O nível de “co-gestão” é evidenciado através da estrutura funcional da COOPECANTUR, dividida em grupos de trabalho (hospedaria e dos barraqueiros, cozinha e merendeiras, guias de turismo e trilhas, artesanato, excursões e passeios e

estagiários). A estrutura existente dá oportunidade à influência direta dos diversos membros da comunidade na elaboração de um plano de ação e na tomada de decisão. A influência direta dos membros do grupo sobre alguma decisão a ser tomada é descrita por R.R. (julho 2003):s ‘Quando tem reunião na cooperativa, com todo mundo, é “nós que toma” a decisão. Tanto “nós aprova” quanto “nós não aprova.”’ Este nível também é ilustrado por J.F. (julho 2003):

Consultam os cooperados de cada grupo. Então todos esses grupos vão saber que está acontecendo qualquer coisa, a cooperativa está pedindo a presença dos cooperados. Então a cooperativa não faz uma coisa sem os cooperados serem consultados. [...] lá o grupo vai discutir o que pode fazer. Determinando que tipo de problema seja. Aí, o grupo decide junto com a diretoria. A diretoria apenas joga o problema e vamos discutir se está certo ou errado.

A “delegação” apareceu também, como mais um nível de participação, a partir do momento em que a cooperativa decidiu ser dividida em grupos de trabalho para o seu melhor funcionamento. Os membros da cooperativa têm autonomia para tomar decisões em seu grupo de trabalho, desde que estas estejam alinhadas com as diretrizes estratégicas da COOPECANTUR. Além disto, os diretores da cooperativa têm limites dentro dos quais podem tomar decisões. Em entrevistas realizadas com os membros da COOPECANTUR, todos afirmam que, por mais que a diretoria tenha uma “certa autonomia”, os cooperados têm o direito de ser informados sobre a decisão tomada e consultados, dependendo do grau de importância da decisão em questão:

“Nós junta” o nosso grupo e “nós vê” que algumas coisas lá estão erradas, o nosso grupo, alguma pessoa do grupo leva a nossa crítica para lá, lá para a reunião da diretoria. E lá o que se passa, ela traz de novo de volta. (R.R., julho 2003)

Se eu sou “organizante” do grupo dos guias, eu faço parte da diretoria, tudo que acontece na diretoria, eu devo passar para o meu grupo.

Então eles são informados de tudo. E, se eles souberem de alguma coisa que eu não sei, eles me informam também. (L.S., julho 2003)

Sobre a autonomia da diretoria para tomada de decisão R.R. (julho 2003) explica:

Tem algumas coisas – igual à associação – que eles podem tomar decisão, e tem algumas coisas que eles não podem, têm que levar para a assembléia. Algumas coisas agente sabe que eles podem tomar. Mas eles têm o poder, como a associação também tem o poder.

A “elaboração e recomendação de propostas e sugestões”, “co-gestão” e “delegação” parecem ser os níveis de participação mais adequados à COOPECANTUR, onde os administrados participam e exercem influência direta na elaboração de propostas e planos de ação, na qual a administração é compartilhada e onde os membros têm autonomia para a tomada de algumas decisões.

O nível de “autogestão”, a fase em que desaparece a diferença entre “administradores” e “administrados”, ainda não parece ser uma realidade na cooperativa de turismo. A estrutura organizacional da COOPECANTUR apresenta, de forma bem distinta, a diferença entre o papel e a atuação da diretoria (líderes) e dos demais membros (liderados).

A análise dos níveis de participação dos atores sociais, no projeto *Turismo Socialmente Responsável* da Prainha do Canto, ilustra um modelo de planejamento turístico que, se apresenta como o resultado de um exercício de organização e que, vem sendo praticado pelos atores sociais locais, desde as primeiras reuniões e manifestações contra a situação de grilagem das terras. A formalização da organização da Prainha do Canto Verde, através da criação da Associação de Moradores em 1989, representou um momento histórico, no qual a participação dos atores locais estava associada aos

movimentos sociais, no caso da Prainha do Canto Verde, em ação conjunta com as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs. Assim, os moradores da Prainha, os excluídos dos círculos de poder dominante, passaram a ser considerados atores importantes na chamada “participação popular” (Ghon, *op. cit.*).

Através das Comunidades Eclesiais de Base, as famílias da Prainha do Canto Verde tiveram a oportunidade de se reunirem para refletir juntas sobre os problemas da vida cotidiana e de atuarem em diversas atividades coletivas. O exercício constante de estar em grupo, discutir, discordar e aceitar algumas decisões tomadas, se constitui em um fator altamente educativo aos membros de uma comunidade, em busca de sua emancipação e da transformação social, em direção de formas mais participativas de convivência conforme discutido por BOFF (*op. cit.*). As Comunidades Eclesiais de Base representaram, para diversas comunidades, forças motoras capazes de originar grupos organizados e fortalecidos, como a Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, comprometidos com a luta de toda a sociedade:

As CEBs se constituem assim num celeiro gerador de agentes de mudança que têm coragem para os primeiros passos e que não ficam de braços cruzados até que irrompa a grande aurora da libertação. Ela não surge da mera discussão em grande parte perfunctória sobre as várias formas de sociedade; ela surge das práticas e daquilo que o povo organizado for criando em sua luta pela dignificação da vida e dos meios de vida. (...) (BOFF, *op. cit.*, p. 104)

A estrutura político-organizacional pode, também, indicar que a Prainha do Canto Verde representa uma comunidade cívica (PUTNAM, *op. cit.*), pois ela se mantém unida por relações horizontais de reciprocidade e cooperação e não por relações verticais de autoridade e dependência, apesar de serem constatados níveis diferenciados de liderança. Os cidadãos interagem como iguais e não como patrões e empregados ou

como governantes e governados. E como a participação numa comunidade cívica pressupõe espírito público, na Prainha do Canto Verde, o espírito público está diretamente relacionado com algumas lutas travadas por seus membros: a questão da posse da terra, a utilização e uso do espaço, a pesca predatória, a melhoria da educação de suas crianças, a alfabetização dos adultos, a criação de uma escola especial para os jovens e pescadores, a preocupação com a saúde das crianças e de sua população, a busca de novas alternativas econômicas como o turismo. Os moradores da Prainha, acima de tudo, consideram o “local herdado” de domínio público, algo mais do que um campo de batalha para a afirmação dos interesses pessoais, pois a comunidade tem no direito à posse da terra uma questão de sobrevivência que, tem que ser garantida para as gerações futuras.

Apesar do espírito público da comunidade, não se pode dizer que os moradores da Prainha do Canto Verde, em sua totalidade, não desejem vender as suas terras ou considerem que o modelo de Turismo Comunitário seja o ideal para atender às suas necessidades. Alguns moradores desejam vender suas terras para os grileiros pois acreditam que, assim, sua situação econômica será melhorada a mais curto prazo.

Essa comunidade, como qualquer outra, não está livre de conflitos, pois o ato de conviver, partilhar e participar é essencialmente conflituoso. No entanto, os conflitos serão minimizados e o processo de confiança entre os moradores será mantido se um maior número de moradores acreditar que a garantia da posse da terra é sinônimo de sobrevivência e independência e que os benefícios, advindos desta conquista e do modelo turístico de base comunitária, serão disponibilizados a todos de forma igualitária, não havendo privilegiados no processo.

6.3. Quais as razões da efetiva participação na Prainha do Canto Verde?

Podendo ser considerada uma comunidade tradicional, pela importância dada à unidade familiar e às relações de parentesco para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais, pelo reduzido acúmulo de capital, pela valorização do espaço e sua ocupação por várias gerações (DIEGUES, *op. cit.*), as famílias surgem com papel fundamental para a organização e fortalecimento desta comunidade. As famílias que, com o apoio da Arquidiocese de Fortaleza, promoveram a criação da Associação de Moradores. Entidade que representa oficialmente os moradores da Prainha em defesa de seus direitos.

A realidade vivida pela comunidade da Prainha do Canto Verde, marcada pela luta diária pela sobrevivência poderia representar um fator desfavorável à participação dos atores sociais no processo de tomada de decisões, conforme citado por Tenório e Jacob (*op. cit.*). No entanto, a comunidade, consciente de seus direitos, tem na luta pela posse da terra uma questão de sobrevivência. As dificuldades diárias, enfrentadas pela comunidade, ao contrário do que poderia supor, se tornaram a força motora para o processo participativo.

O capital social⁷⁴, acumulado através de 144 anos de história da Prainha do Canto Verde, dentre os quais, 28 anos relacionados diretamente as questões ligadas à luta pela posse da terra, se apresenta como um outro fator que viabilizou a participação dos atores sociais no desenvolvimento deste modelo de turismo. O exercício da

⁷⁴ Valores partilhados, cultura, tradições, saber acumulado, redes de solidariedade, expectativas de comportamento recíproco, como confiança, normas e sistemas de participação (KLIKSBURG, *op. cit.*; PUTNAM, *op. cit.*)

participação faz com que o capital social aumente, pois conforme Hirschmann (*apud* KLIKSBURG, *op. cit.*, p. 29): “Diferentemente de outras formas de capital, o capital social é o único que aumenta com o uso.”, e este vem colaborando para o incremento do espírito de cooperação e o senso de responsabilidade comum na comunidade.

Acreditar que o capital social seja um fator importante para compreender a razão da participação nessa comunidade, exige analisar o papel da herança e da importância dos fatos ocorridos ao longo de sua história. Ou seja, entender como o local herdado agiu sobre a realidade presente, como se transformou e se transforma (BOURDIN, *op. cit.*). Compreender a Prainha do Canto Verde como sendo aquela comunidade construída através de ações individuais e coletivas, preservada pela memória coletiva, que identifica esta comunidade como participativa, organizada e resistente. A história de organização e participação na Prainha do Canto Verde não deixa de ser uma reação de defesa contra a imposição da desordem global, do descaso do Poder Público com as questões essenciais de uma comunidade como: saúde, educação, trabalho e desenvolvimento local.

A legitimidade da participação encontra-se também no conhecimento e compreensão dos moradores da Prainha do Canto Verde sobre o processo que estão vivenciando (TENÓRIO & ROZENBERG, *op. cit.*). Os moradores da Prainha conhecem e compreendem sua história, suas necessidades, seus direitos e estão conscientes sobre importância da união e participação de todos para a conquista dos objetivos propostos (DEMO, 1991).

Apesar do fato de ser a prática turística na Prainha ainda incipiente, a análise da participação dos atores sociais neste modelo de desenvolvimento local, a partir de

referenciais teóricos e da pesquisa de campo, revela que a comunidade tem participado efetivamente desde o processo de concepção até a gestão do projeto turístico, ou seja, desde o momento de formulação de política, determinação de objetivos e estabelecimento de estratégias até a avaliação de resultados. Nesse processo, a participação disponibilizada aos atores sociais é dinâmica e se altera de um nível meramente informativo até a consulta (feita de forma facultativa ou de forma obrigatória), chegando à delegação.

Assim, a participação extrapola o campo teórico e se consolida na prática turística. Essa prática permite considerar a Prainha do Canto Verde como uma “Canoa” que não quebrou e uma “Fonte” que não secou”. Certamente este é um modelo que deve ser avaliado e aprimorado, mas o turismo, nesse caso, se constitui efetivamente em uma iniciativa de base comunitária. Assim, o modelo comunitário de desenvolvimento turístico não é uma falácia no caso brasileiro. Aos atores sociais da Prainha do Canto Verde foi e é dada a oportunidade de participar de forma efetiva no planejamento, desenvolvimento, implantação e gestão do turismo, cuja maior parte dos benefícios gerados, é destinado à própria comunidade.

Conforme Boff (*op. cit.*, p. 89): “Não poderemos, certamente, dizer como será a sociedade futura(...). Porém, ao observar a força, a esperança, a organização, os exemplos, a história de resistência e o exercício da participação, pode-se considerar que a Prainha do Canto Verde tem grandes possibilidades de se tornar uma comunidade cada vez mais participativa, apesar de toda a história de pressões e lutas e dos desafios que estão ainda por ser enfrentados.

Considerações Finais

Não é difícil encontrar evidências de que o desenvolvimento e a implantação de projetos turísticos de base comunitária, com forte componente de participação social, ainda se apresentam de forma incipiente e constituem um desafio para muitos, diante de uma cultura paternalista, assistencialista e historicamente dominante no país, responsável por uma inércia crônica dos grupos minoritários e por uma estratégia político-administrativa centralizada (2002a).

Mas, apesar do desafio, a comunidade da Prainha do Canto Verde, de maneira contraditória às demais práticas turísticas em curso no Brasil e, cansada de esperar do Estado soluções para a melhoria da qualidade de vida, buscou o engajamento e a autonomia para o desenvolvimento de seu próprio projeto turístico. Assim, o desafio se tornou realidade e, o discurso se expressou na prática.

A base do êxito dessa iniciativa se encontra nos elementos-chaves do “capital social” (valores partilhados, espírito público, cooperação, solidariedade, confiança, saber acumulado, expectativa de comportamento recíproco). O processo histórico de participação, luta e resistência fortaleceu o “capital social” da comunidade, que foi se acumulando e se consolidando progressivamente. O processo de enfrentar desafios, retroceder e avançar foi uma das razões para o fortalecimento da auto-estima pessoal e coletiva dos moradores da Prainha do Canto Verde. Esse “capital social” resultou na criação de um modelo turístico que se apresenta como a expressão do desejo de seus habitantes, denominado por muitos, como “nosso turismo”. Os moradores da Prainha do Canto Verde não são apenas habitantes do local herdado, mas sim seus construtores. Eles não são atores sociais, eles são **sujeitos sociais**, que atuam também como autores de seu destino, pois criam, escrevem, roteirizam e atuam na sua história.

O capital social, sem sombra de dúvida, se destaca como elemento diferenciado de hospitalidade. A cooperação se apresenta como indicador de hospitalidade, mas a comunidade ainda não consegue se beneficiar de forma mais efetiva deste diferencial por meio de uma estratégia de comunicação e *marketing* e conseqüente captação de um maior número de visitantes. Ou seja, apesar da dinâmica da participação se apresentar como um atrativo, conforme declarações de turistas, este elemento não tem sido utilizado como fator para divulgação do produto turístico Prainha do Canto Verde.

Quando se participa da vida cotidiana da comunidade, são constatados os conflitos existentes, a não homogeneidade de seus membros, mas, também, são observadas atitudes que freqüentemente expressam a estima elevada e alta confiança, além da crença que a comunidade irá alcançar os resultados esperados, traçados de forma coletiva, mesmo não tendo o apoio efetivo das instituições governamentais e apesar da limitada disponibilidade de recursos financeiros. Assim, a comunidade é o real sujeito de sua história.

A análise do processo de construção histórica da Prainha do Canto Verde e de seu projeto de *Turismo Socialmente Responsável* confirma que a história e o exercício de participação ultrapassam a barreira do limitado nível de escolaridade de toda uma geração. Geração esta que, ironicamente, exercitou um elevado nível de articulação e politização, impulsionada pela luta da terra, pela coragem de enfrentar agentes externos em defesa do local herdado onde vivem e do qual dependem para a sua sobrevivência e a das gerações futuras. O conhecimento da história da comunidade, de sua realidade sócio-econômica, cultural, físico-espacial e político-organizacional, ou seja, a compreensão do local herdado, ajuda na interpretação da dinâmica da participação social, que tem diferenciado a Prainha do Canto Verde da maioria de modelos de

desenvolvimento turístico em implantação no país. Na verdade, estes modelos têm se apresentado como modelos inspirados pela noção de crescimento e mercado, nos quais prevalece o foco pela necessidade de produção e lucro, sem resultados visíveis para a melhor distribuição de renda e conseqüente melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A comunidade da Prainha do Canto Verde construiu assim o modelo de turismo que desejava. Apesar desse modelo ainda não estar associado a um padrão de qualidade satisfatório, segundo a ótica do mercado, a história de participação e organização dessa comunidade transformou o conceito de turismo de base comunitária em realidade. Realidade que já tem servido de modelo para outras comunidades do litoral cearense, do Brasil e do mundo. O projeto turístico de base comunitária da Prainha do Canto Verde tem sido referência para a construção de um modelo que viabiliza a inclusão das comunidades do litoral no desenvolvimento do turismo e que contribui para a melhoria dos padrões sócio-econômicos, respeitando as tradições e a cultura dos “Povos do Mar”.

Pode-se considerar que, quando a participação é disponibilizada aos membros de um grupo social de forma mais qualificada, ela distribui poder aos atores sociais. Quanto maior for a qualidade da participação, em termos de decisão política, maior será o poder compartilhado. Porém, a participação sem auto-sustentação é uma farsa (DEMO, *op. cit.*). Assim, esta comunidade somente irá resistir à lógica do mercado, se sua emancipação for uma verdade também em termos de sustentabilidade econômica, social e política.

O turismo, assim como a pesca ou outras alternativas econômicas que possam surgir, deve conduzir a comunidade à sua auto-sustentação também sob ótica econômica, para que não haja dependência extrema dos agentes externos. A auto-

sustentação, sob essa ótica, se constitui em um dos elementos essenciais para a promoção do desenvolvimento local.

Esta comunidade tem tido oportunidade de escolher e traçar o seu destino, ainda que não vivendo isolada de um contexto político-econômico e sócio-cultural vivida em âmbito municipal, estadual, nacional ou mundial. Mesmo se, em algum momento, a comunidade decidir que este modelo já não atende mais às suas necessidades e prioridades, não importará qual seja o novo rumo traçado, certamente ela será responsável pela escolha de seu destino. Segundo Dias (*op. cit.*) "não há direito maior de um indivíduo do que a oportunidade de escolher seu próprio destino". No entanto, a sustentabilidade desse modelo se condiciona ao compromisso ético e coletivo da justiça social e democratização de oportunidades.

Nesse contexto, o processo de conscientização da comunidade sobre o valor da terra e a necessidade de garanti-la para as gerações futuras deve ser incisivo e permanente para a manutenção do modelo proposto.

Apesar de ser o modelo da Prainha do Canto Verde considerado um exemplo de turismo comunitário, não se pode afirmar que esse se exime de vulnerabilidades.

Outras questões de extrema importância merecem também uma reflexão mais crítica:

- Se não surgisse a figura simbólica de René Schärer na comunidade, a Prainha do Canto Verde teria sido capaz de realizar as conquistas relatadas?
- Quando não há na comunidade um elemento simbólico e facilitador, ela será capaz de manter, de forma independente, suas conquistas, e levar adiante os projetos construídos coletivamente?

- De que forma a estrutura do ensino básico e de outros processos educacionais formais e não-formais têm efetivamente incentivado a participação e auxiliado na formação de lideranças locais?

No caso específico da Prainha do Canto Verde, a comunidade já era organizada antes da chegada de René Schärer. No entanto, parece evidente a extrema necessidade de formação de novas lideranças, articuladas e sintonizadas com o mundo globalizado. Da mesma forma, a melhoria do nível educacional e da qualificação profissional dos membros da comunidade constituem estratégias essenciais para que se garanta a sua independência com relação a agentes externos e a sustentabilidade do processo.

Investigar uma comunidade considerada tradicional, baseada num senso de solidariedade e compará-la com os demais exemplos das comunidades contemporâneas, caracterizadas como racionalistas, impessoais e baseadas no egoísmo, conforme Putnam (*op. cit.*), parece provocar a suposição que a comunidade cívica é fenômeno fadado a desaparecer. Ou seja, que exemplos como os da Prainha do Canto Verde não terão vida longa, dando lugar às grandes aglomerações contemporâneas, tecnologicamente avançadas, porém desumanizadas. Por esta razão, pensando no que está por vir, algumas questões ficam no ar:

- O que fazer para controlar o crescimento urbano da localidade e minimizar os impactos negativos ao meio natural e cultural decorrente dessa tendência?

- Qual é a real valor e importância de um turismo chancelado como de “base comunitária sob a ótica do mercado”?

- Como a Prainha do Canto Verde se adaptará à sociedade de consumo e suas exigências mercadológicas sem perder sua identidade, continuando como modelo e destino turístico diferenciado?
- Até quando a comunidade suportará a estrutura deste modelo, tendo em vista as pressões que sofre e sofrerá de um mundo que caminha em direção oposta?

Porém, apesar das diversas questões levantadas e outras que podem surgir, os resultados da presente pesquisa confirmam a participação social como o elemento central do modelo de turismo de base comunitária da Prainha do Canto Verde. Participação, nesse sentido, como oportunidade de inovação, aderência social e engajamento dos **sujeitos sociais** na conservação do patrimônio natural e cultural, ou seja, como um dos fatores fundamentais para o desenvolvimento local. Essa é também a razão que permite afirmar ser a Prainha do Canto Verde uma “Canoa” que efetivamente não quebrou e uma “Fonte” que não secou’, pois comparativamente aos exemplos das demais práticas nacionais, esta comunidade, sem dúvida alguma, apresenta um modelo diferenciado de desenvolvimento. Um modelo em exercício e processo permanente de conflitos, aprendizagem e construção. Ou seja, na Prainha do Canto Verde “os nativos não são mudos”.

O conceito de **participação** emerge assim, na presente dissertação, como “**partes em ação**”, e representa a forma pela qual os **sujeitos sociais** (os indivíduos, as partes) ligados uns aos outros através de seus sentimentos, pensamentos e em constante movimento, agem coletivamente. “**Partes em ação**” que partilham e compartilham alegrias e dores, sucessos e fracassos na busca de um ideal comum.

Bibliografia

AIRTON; XAVIELES; MÔNICA. **Os Jovens da Prainha do Canto Verde – Beberibe – CE**. Literatura de Cordel, abril de 2003.

ALCÂNTARA, Elzenice N. M. **Prainha do Canto Verde: turismo socialmente responsável e gestão participativa**. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão de Negócios Turísticos). UECE, Fortaleza, 2003.

ALMEIDA, Henrique L. P. S. de. **Indicadores de Qualidade de Vida, instrumento para o monitoramento participativo da qualidade de vida de comunidades costeiras tradicionais: O caso Prainha do Canto Verde, Beberibe/CE**. 2002. 219 f. Dissertação (Mestrado em desenvolvimento e Meio Ambiente). UFC, Fortaleza, 2002.

ABAV. **O que as autoridades de Governo e os Parlamentares devem saber sobre Turismo**. 6 ed. São Paulo: ABAV, maio de 2003.

BARRETO, Margarita. As Ciências Sociais Aplicadas ao Turismo. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Org.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papyrus, 2000. p. 17-36.

BECKER, Howard S. **Métodos de pesquisas em ciências sociais**. 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BENEVIDES, Ireleno Porto. **Turismo e PRODETUR: dimensões olhares em parceria**. Fortaleza: EUFC, 1998.

_____. Para uma agenda de discussão do turismo como fator de desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.). **Turismo e Desenvolvimento Local**. 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 23-41.

- BOFF, Leonardo O.F. M. **E a Igreja se fez povo**. São Paulo: Circulo do Livro, 1986.
- BORDENAVE, J.R. Díaz. **O que é participação**. 8 ed. São Paulo: Brasiliense, 1994 (Coleção Primeiros Passos).
- BOURDIN, Alain. **A questão Local**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.
- BRANDON, K. Etapas básicas para incentivar a participação local em projetos de turismo de natureza. Tradução Leila Cristina M. Darin. In: LINBERG, Kreg; HAWKINS, Donald E. **Ecoturismo: um guia para planejamento e gestão**. 2 ed. São Paulo: Senac, 1999. p. 225-255.
- BRITISH AIRWAY. **British Airways Tourism for Tomorrow Awards**, 2003. Disponível em: <http://www.britishairways.com/cms/masterEN/content/company_information/community_and_environmental/2003winnerspdf.pdf>. Acesso em: 20/nov/2003.
- BUBER, Martin. **Eu e tu**. 8 ed. São Paulo: Centauro, 2001.
- BURNS, Peter M. **Turismo e antropologia: uma introdução**. São Paulo: Chronos, 2002.
- CANCLINI, N. G. **Consumidores e Cidadãos: Conflitos multiculturais da globalização**. Rio de Janeiro: UFRJ, 1995.
- COOPECANTUR. **Cooperativa de Turismo e Artesanato Ltda - Estatuto Social**. Prainha do Canto Verde: COOPECANTUR, 2001.
- _____. **Demonstrativo dos Benefícios do Turismo para a Prainha do Canto Verde: Avaliação de pernoites de hospedagem e gasto por visitante do ano 2001**. Prainha do Canto Verde: COOPECANTUR, 2002.
- _____. **Ata da Assembléia Geral da Cooperativa de Turismo da Prainha do Canto Verde – Coopecantur**. Prainha do Canto Verde: COOPECANTUR, 2003a.

_____. Turismo Comunitário Prainha do Canto Verde - **Programação Seminário Planejamento até 2007**. Prainha do Canto Verde: COOPECANTUR, 2003b.

_____. **Total de membros da Cooperativa**. Prainha do canto Verde: COOPECANTUR (sem data).

CORIOLOANO, Luzia Neide M. T. 2 ed. **Do local ao Global: o turismo litorâneo cearense**. Campinas: Papirus, 2001.

DEMO, Pedro. Participação e Planejamento – Arranjo Preliminar. **Revista de Administração Pública/FGV**. Rio de Janeiro, v.25, p. 31-55, jul/set. 1991.

_____. **Participação é conquista**. São Paulo: Cortez, 2001.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo, Atlas, 2003.

DIEGUES, Antonio Carlos S. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2 ed. São Paulo: Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas em Áreas Costeiras, USP, 2001.

EMBRATUR. **Manual de Municipalização do Turismo**. Brasília: Embratur, 1998.

EMBRATUR-IEB. **Pólos de Ecoturismo - Planejamento e Gestão** / Guilherme Wendel de Magalhães (Coord.). São Paulo: TERRAGRAPH, 2001.

EQUIPE GRIFO. **Iniciando os conceitos da Qualidade Total**. São Paulo: Poneira, 1994.

ERENILSON; EUDES; LUIS. **O Turismo na Prainha do Canto Verde – Beberibe – CE**. Literatura de Cordel, abril de 2003.

ESCOLA Municipal Bom Jesus dos Navegantes. **Nossa História**. Folheto. Prainha do Canto Verde, Beberibe, CE, 2003.

FERREIRA, Aurélio B. H. **Novo Aurélio do Séc. XXI: o dicionário da língua**

portuguesa. 3 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sociopolítica**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2003.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)/ FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISA E INFORMAÇÃO DO CEARÁ (IPLANCE). **Perfil Básico Municipal – Beberibe**. Fortaleza: IPLANCE, 2000.

_____. **Anuário Estatístico do Ceará**. Disponível em: <http://www.iplance.ce.gov.br/arquivos/Anuario/2001>>. Acesso em: 01/jun/2003.

_____. **Ceará em números**. Disponível em: http://www.iplance.ce.gov.br/cartografia_1/Mapas_Locaização/B_pdf/Beberibe.pdf>. Acesso em: 20/janeiro/2004.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)/ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DO CEARÁ (IPECE). **Mapa de Localização de Beberibe**. Disponível em: <http://www.Site: http://www.iplance.ce.gov.br/>>. Acesso em: 01/junho/2003.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO (SEPLAN)/ INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA DO CEARÁ (IPECE). **Divisão Política do Ceará 2002**. Disponível em: <http://www.Site: http://www.iplance.ce.gov.br/>>. Acesso em: 01/junho/2003.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/SECRETARIA DO TURISMO (SETUR). **Municípios do litoral cearense mais visitados que ingressaram ao Ceará via Fortaleza em 2002**. Fortaleza: SETUR, 2003.

_____. **Litoral Leste / Apodi**. Disponível em: <http://www.www.turismo.ce.br/macrorregiões_leste_beberibe.htm>. Acesso em: 5 de janeiro de 2004.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ/DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES, RODOVIAS E TRANSPORTES (DERT). **Mapa Rodoviário do Litoral**. Disponível em <<http://www.dert.ce.gov.br/Mapas/Litoral.pdf>>. Acesso em: 20/janeiro/2004

GUATTARI, Felix. **As Três Ecologias**. 12 ed. Campinas: Papirus, 2001.

INSTITUTO TERRAMAR. **Instituto Terramar**. Disponível em <http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/folder_terram.htm>. Acesso em: 16/agosto/2003.

_____. **Curso de Formação para Lideranças do Litoral Cearense – Capacitação para o desenvolvimento Sustentável das Comunidades (1999-2002)**. Folheto. Fortaleza, CE, 2002.

IRVING, Marta de Azevedo. Ecoturismo em áreas protegidas: um desafio no contexto brasileiro. **Boletim de Turismo e Administração Hoteleira**. São Paulo, n.2, p.43-55, Out/2000. Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO.

_____. O Ecoturismo no Brasil: retrospectiva e tendências. **Boletim de Turismo e Administração Hoteleira**. São Paulo, v.9, n.2, p.11-37, Out/2001. Centro Universitário Ibero-Americano – UNIBERO.

_____. Turismo Ética e Educação Ambiental. In: **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia. São Paulo: Futura, 2002a. p. 17-34.

_____. Participação – questão central na sustentabilidade de projetos de desenvolvimento. In: **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia. São Paulo: Futura, 2002a. p. 35-45.

_____. Refletindo sobre o turismo como mecanismo de desenvolvimento local. **Revista de Desenvolvimento Econômico – RDE**. Salvador, ano IV, n. 7, p. 69-74. dez/2002b.

IRVING, Marta de Azevedo; RODRIGUES, C.G.O; NEVES FILHO, N.C. Construindo um modelo de planejamento turístico de base comunitária – Um estudo de caso. In: **Turismo: o desafio da sustentabilidade**. IRVING, M. A.; AZEVEDO, Julia. São Paulo: Futura, 2002. p. 93-112.

KLIKSBURG, Bernardo. Seis teses não-convencionais sobre participação. **Revista de Administração Pública/FGV**. Rio de Janeiro, v.33, n.3, p. 7-37. mai/jun. 1999.

_____. **Capital Social e Cultura: claves esquecidas do desenvolvimento**. In: SEMINÁRIO: O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL NO SÉCULO XXI, 2003, Rio de Janeiro. Apostlia. 48p.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do Turismo**. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1989.

_____. **Cartão Vermelho ao Turismo? Dez Princípios e desafios para um Desenvolvimento Sustentável do Turismo no Sec XXI**. Rio Grande do Sul: Fórum Social Mundial, 2002. Disponível em: <http://www.ivt-rj.net/destaques/forum/cartao_vermelho.pdf>. Acesso: 01/ago/2002.

LICKORISH, Leonard J.; JENKINS, Carson L. **Introdução ao Turismo**. Rio de Janeiro, Campus: 2000.

LIMA, Maria do Céu de. **Comunidades Pesqueiras Marítimas no Ceará: território, costumes e conflitos**. 2002. 220 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. USP, São Paulo, 2002.

LUCHIARI, Maria Tereza D.P. Urbanização Turística: um novo nexu entre lugar e o

mundo. In: SERRANO, Célia Maria de Toledo; BRUHNS, Heloisa Turini; LUCHIARI, Maria Tereza D.P. (Orgs.). **Olhares Contemporâneos sobre o Turismo**. Campinas: Papirus, 2000. p.105-130.

MANN, Peter H. **Métodos de Investigação Sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970.

MARTÍN, R., ARANDA, X.; CIBEIRA, R. Papel y viabilidad de fórmulas asociativas para el desarrollo de proyectos turísticos fundados en la sostenibilidad. In: GONZALEZ, R.R., CALDAS, A.C. & MASCARENHAS, J. (Coord). **Desarrollo Local y regional en Iberoamérica (Actas del Seminario Internacional sobre Perspectiva de Desarrollo en Iberoamerica)**. Santiago de Compostela: Universidade, Servicios de Publicaciones e Intercambio Científico, 1999. p. 167-187.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição? In: LEMOS, Amália Inês Geraiges de. **Turismo: impactos sócio-ambientais**. 2 ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1999. p. 19-25.

MET/EMBRATUR. **O Turismo no Brasil – Principais Evoluções: 1995/2002** (Relatório de Gestão – 1995/2002). Brasília, Ministério dos Esportes e Turismo, 2002.

NASCIUTTI, J.C.T. Reflexões sobre o espaço da psicossociologia. In: **Documenta/ Universidade Federal do Rio de Janeiro**, n. 7. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.

OMT. **Código de Ética do Turismo**, Madrid, 1999. Disponível em <http://www.world-tourism.org/espanol/frameset/frame_project_ethics.html>. Acesso em: 28/agosto/2002.

OMT. **Declaração de Quebec sobre Ecoturismo**. Maio, 2002. World Ecotourism Summit. Disponível em: <<http://www.ecotourism2002.org/espagnol/quebec-esp.pdf>> Acesso em: 21/agosto/2002.

PLANO de manejo da área de pesca artesanal – Regulamento para pesca da lagosta. Assembléia dos Pescadores de Prainha do Canto Verde, abril 2002.

PLANO diretor – Regulamento para Uso da terra. Assembléia Geral da Associação de Moradores. Prainha do Canto Verde, 28 de abril de 1996.

PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano** – 2002. Lisboa, 2002. Disponível em: <<http://www.undp.org.br/HRD2000/default.org>>. Acesso: 15/dez/2002.

PRAINHA do Canto Verde. Folheto. **Prainha do Canto Verde.** Folheto, Beberibe, CE, 2003.

PRIMEIRA OFICINA DE TURISMO, 1994. **Relatório de Resultados da Pesquisa de Campo em canoa Quebrada, Parajuru e Praia das Fontes.** Prainha do Canto Verde. Folheto, Beberibe, CE, 1994.

PRAXEDES, Walter. Turismo e consumo na sociedade global. **Revista Turismo: Dimensões e Perspectivas / Faculdades Nobel** - vol. 1, no 1 (Novembro 2001) - Brasil – Paraná – Maringá. Faculdade Nobel, 2001. Semestral. Disponível em: <<http://www.nobel.br/revistaturismo/>> Acesso em: 26/jul/2002.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia:** a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: FGV, 1996.

REDTURS. **Declaración de San José sobre Turismo Rural Comunitário.** Disponível em: <<http://www.redturs.org/ini/index.php?/newlang=spanish>> Acesso em: 15/jan/2004.

RODRIGUES, Adyr B. Turismo Local: oportunidades para inserção. In: RODRIGUES, Adyr B. (Org.) **Turismo e Desenvolvimento Local.** 3 ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 55-64.

SANSOLO, Davis Gruber. Turismo – aproveitando da Biodiversidade para a Sustentabilidade. In: IRVING, Marta de Azevedo. **Turismo: o desafio da Sustentabilidade**. São Paulo: Futura, 2002. p. 69-91.

SARAIVA, M. L. S. A.; LIMA, L. C. Turismo, Ecologia e ONG em Canto Verde – Beberibe (CE). In: **Turismo em Análise**, v. 12, n. 1, São Paulo: ECA-USP, nov. 2001.p. 75-89.

SARAIVA, Maria Lianeide A. S. **Faces dos novos usos do território litorâneo de Beberibe/CE: lazer e turismo em Praia das Fontes e Prainha do canto Verde**. 2002. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Geografia). UECE, Fortaleza, 2002.

SEABRA, Giovanni de Farias de. **Ecos do Turismo: turismo ecológico em áreas protegidas**. Campinas: Papyrus, 2001.

SEMINÁRIO DE ECO-TURISMO COMUNITÁRIO, 1998. **Relatório de Atividades e resultados**. Prainha do Canto Verde. Folheto, Beberibe, CE, 1998.

SEXTO, Carlos Ferrás; PAREDES Xóan M. Reflexiones sobre Justicia Social y Desarrollo Alternativo en América Latina? Desarrollo Local, Desarrollo Sostenible y/o Ecosocialismo? In: **Perspectivas del desarrollo local y regional en Ibero America**. Universidade de Santiago de Compostella, 1999. p.81-96.

SHARER, Renée. **Turismo Sustentável: um estudo de caso sobre a experiência da comunidade de Prainha do Canto Verde no Litoral do Ceará**. Prêmio Sesc-Senac de Turismo Sustentável, janeiro, 2003. 18p.

SOLLA, X. M. S. Reflexións en Torno ó Papel do Turismo no Desenvolvimento Local. In: GONZALEZ, R.R.; CALDAS, A.C.; MASCARENHAS, J. (Coord). **Desarrollo Local y regional en Iberoamérica (Actas del Seminario Internacional sobre Perspectiva de Desarrollo en Iberoamerica)**. Santiago de Compostela: Universidade,

Servicios de Publicaciones e Intercambio Científico, 1999. p. 149-165.

STUDIENKREIS FÜR TOURISMUS UND ENTWICKLUNG. **TODO!2002 – Contest Socially Responsible Tourism – Conditions of Participation**. Disponível em: <http://www.studienkreis.org/engl/wettbewerbe/main_wett.html>. Acesso em: 15/dez/2002.

SWARBROOKE, John. **Turismo sustentável: conceitos e impacto ambiental**, v.1. São Paulo: Aleph, 2000a.

_____. **Turismo sustentável: meio ambiente e economia**, v.2. São Paulo: Aleph, 2000b.

TENÓRIO, F. G. & e ROSENBERG, J. E. Gestão Pública e cidadania: metodologia participativas em ação. **Revista de Administração Pública/FGV**. Rio de Janeiro, v.31, n.4, p. 101-125, jul/ago. 1997.

THIOLLENT, Michel. **Pesquisa-ação nas Organizações**. São Paulo: Atlas, 1997.

TOURISM Concern – About us. Disponível em: <http://www.tourismconcern.org.uk/about_us/about_us.htm>. Acesso em: 15/dez/2002.

TOURISM CONCERN. **The Community Tourism Guide - exciting holidays for responsible travellers**. Londres: Earth Scan Publications Ltda., 2000.

TRIGO, Luiz Gonzaga G. T. **A sociedade pós-industrial e o profissional em turismo**. 5 ed. Campinas: Papirus, 1998.

TUPINAMBÁ, Angela L.; CASTRO, Gigi. **Povos do Mar: afirmação da vida!** Fortaleza: Instituto Terramar, 2001.

TURISMO socialmente responsável – ecoturismo comunitário. Disponível em: <<http://www.fortalnet.com.br/~fishnet/linktdetc.html>>. Acesso em: 04/out/2002.

V CONGRESSO MUNDIAL DE PARQUES DELA IUCN. **El Turismo como instrumento de conservación y apoyo para las áreas protegidas**. Recomendações. Durban, África do Sul, 2003.

WAINBERG, Jacques A. Anotações para uma teoria do turismo: a indústria da diferença. In: GASTAL, Suzana (Org.). **Turismo: 9 propostas para um saber-fazer**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001 (Coleção Comunicação, 4). p. 51-76.

WEARING, Stephen; NEIL, Jonh. **Ecoturismo: impactos, potencialidades e possibilidades**. Barueri: Manole, 2002.

WWF-BRASIL. **Certificação em Turismo: Lições mundiais e recomendações para o Brasil**. SALAZAR, Sergio (Coord.). Brasília: WWF-Brasil, 2001.

WWF-INTERNATIONAL, Julho 2001. **Directrices para el desarrollo Del turismo comunitário**. Disponível em:

<http://www.panda.org/resources/publications/sustainability/indigenous/Guidelines_sp.pdf> Acesso em: 15/dez/2002.

Anexo 1 – Roteiros de Entrevista utilizados na Fase I da Pesquisa de Campo

Roteiro I: Líderes e membros do Conselho de Turismo

- ◆ Nome / Sexo / Idade
- ◆ Qual é o grau de instrução?

QUESTÕES

1. Quando e por que surgiu a Conselho de Turismo?
2. Como funciona o Conselho?(objetivo, infra-estrutura, estrutura organizacional, fonte de recursos)
3. Quem faz parte do Conselho?
4. Qual é a periodicidade das reuniões?
5. Qual tem sido o papel do Conselho?
6. Como foi desenvolvido o projeto Eco Turismo comunitário?
7. Qual foi (está sendo) o papel do Conselho no Projeto?
8. Qual foi (está sendo) o papel do Instituto Terramar no Projeto?
9. Qual foi (está sendo) o papel da ONG Amigos da Prainha do Canto Verde no Projeto?
10. Quem coordena/administra o projeto?
11. De que forma houve participação da ONG neste Projeto?
12. De que forma houve participação da comunidade neste Projeto?
13. O que você acha do turismo?
14. Você percebe alguma diferença no desenvolvimento da localidade entre antes e depois da implantação do Projeto Turístico? Quais? (aspectos positivos e negativos)
15. O conselho pode coordenar sozinho o projeto ou precisa de coordenador externo?

Roteiro II: Representantes do Instituto Terramar

- ◆ Nome / Sexo / Idade
- ◆ Qual é o grau de instrução?

QUESTÕES

1. O que é o Instituto Terra Mar?(objetivo, infra-estrutura, estrutura organizacional, nacional o internacional, quando e como surgiu, fonte de recursos, etc.)
2. Quais projetos foram e estão sendo realizados pelo Instituto?
3. Quando e por que o Instituto chegou à Prainha do Canto Verde?
4. Como foi desenvolvido o projeto Eco Turismo comunitário?
5. Qual foi (está sendo) o papel do Instituto no Projeto?
6. Qual foi (está sendo) o papel dos Amigos da Prainha do Canto Verde no Projeto?
7. Qual foi (está sendo) o papel da comunidade no Projeto?
8. De que forma houve participação da ONG Amigos da Prainha do Canto Verde no Projeto neste Projeto?
9. De que forma houve participação da comunidade neste Projeto?

Roteiro III: Líderes e membros da “Fundação” Amigos da Prainha do Canto Verde

- ◆ Nome / Sexo / Idade
- ◆ Qual é o grau de instrução?

QUESTÕES

1. O que é a ONG Amigos da Prainha do Canto?(objetivo, infra-estrutura, estrutura organizacional, nacional o internacional, quando e como surgiu, fonte de recursos, etc.)
2. Quando e por que surgiu a ONG?
3. Qual tem sido o papel desta ONG?
4. Como foi desenvolvido o projeto Eco Turismo comunitário?
5. Qual foi (está sendo) o papel da ONG no Projeto?
6. Qual foi (está sendo) o papel do Instituto Terramar no Projeto?
7. Qual foi (está sendo) o papel da comunidade no Projeto?
8. De que forma houve participação da ONG neste Projeto?
9. De que forma houve participação da comunidade neste Projeto?
10. O que você acha do turismo?
11. Você percebe alguma diferença no desenvolvimento da localidade entre antes e depois da implantação do Projeto Turístico? Quais? (aspectos positivos e negativos)

Roteiro IV: Turistas

- ◆ Nome / Sexo / Idade
- ◆ Qual é o grau de instrução?
- ◆ Local de origem do entrevistado

QUESTÕES

1. Por que escolheram este destino turístico?
2. Quais são os diferenciais apresentados pelo destino escolhido?
3. O que mais gostou?
4. O que menos gostou?
5. O que é diferente da Prainha das outras praias/localidades da região e do Estado do Ceará?

Anexo 2 – Lista de Documentos Coletados (Fases I e II da pesquisa de campo)

Secretaria de Planejamento e Coordenação / Fundação Instituto de Pesquisa e Informação do Ceará - IPLANCE

- Perfil Básico Municipal: Beberibe, Fortaleza Edições IPLANCE, 2000.
- Desenvolvimento Humano no Ceará – IDHM 2000 – Fortaleza, 14 de janeiro, 2003
- Anuário Estatístico

Fonte: IBGE – Ceará

- Dados – Setor censitário – Distrito de Paripueira
- Mapas diversos das regiões do Ceará

Fonte: Secretaria do Turismo – SETUR – Estado do Ceará

- Relatório de Pesquisa: Demanda Turística Via Fortaleza 2002
- Municípios do Interior visitados pelos turistas que ingressaram ao Ceará Via Fortaleza em 2002
- Interiorização da Demanda Turística para o Ceará Via Fortaleza segundo os municípios visitados – 1998/01
- Conjuntura do Turismo via Fortaleza – Dezembro/2002

Fonte: Prainha do Canto Verde - Folhetos elaborados

- Escolas do Povo Do Mar
- Escola Municipal Bom Jesus Dos Navegantes – Nossa História
- Prainha Do Canto Verde: 1860 A 2001
- Prainha Do Canto Verde – Nossa Proposta de Turismo
- I Seminário Internacional de Turismo Sustentável
- 10 anos – S.O.S. Sobrevivência
- Loja Artesanato Cangulo

Fonte: Prainha do Canto Verde - Folhetos Impressos do Instituto Terramar

- Instituto Terramar (Ceará – Brasil)
- Escola e Vida no Litoral
- Cursos de Formação de Liderança do Litoral Cearense

Fonte: Prainha do Canto Verde - Documentos diversos

- Seminário de Eco-turismo Comunitário – Prainha do Canto Verde, Beberibe – 29 e 30 de outubro de 1998 (Lista de Participantes e resultado do Grupos de Trabalho)
- Resultado da Pesquisa do Turismo na Prainha do Canto Verde, Praia das Fontes, Parajuru e Canoa Quebrada – julho de 1994 (Primeira Oficina de Turismo)
- Cooperativa de Turismo e Artesanato Ltda. – Estatuto Social – janeiro de 2001
- Ata da Assembléia Geral da COOPECANTUR – Prainha do Canto Verde - 14 de outubro de 2002
- Ata da 1ª Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal Provisório da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 28 de janeiro de 2001
- Ata da 2ª Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 16 de fevereiro de 2001
- Ata da 3ª Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 26 de março de 2001
- Ata da 4ª Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 21 de abril de 2001
- Ata da 5ª Reunião da Diretoria e Conselho Fiscal da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 23 de maio de 2001
- Ata da 6ª Reunião da Diretoria da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 21 de julho de 2001
- Encaminhamento das Propostas dos Grupos de Avaliação do Turismo
- Ata da 7ª Reunião da Diretoria da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 17 de janeiro de 2002
- Ata da 8ª Reunião da Diretoria da COOPECANTUR – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 6 de maio de 2002
- Ata da Reunião da Diretoria Nova – Cooperativa de Turismo e Artesanato da Prainha do Canto Verde – 26 de outubro de 2002
- Ata da Assembléia Geral da COOPECANTUR realizada em 8 de março de 2003
- Regimento Interno da COOPECANTUR, aprovado na Reunião do Conselho de Turismo de 10 de março de 2001 por unanimidade.
- Regimento Interno do Grupo de Culinária da COOPECANTUR da Prainha do Canto Verde – Criado em 14 de março de 2001
- Relatório Anual da Cooperativa de Turismo e Artesanato para o ano de 2001.
- Estatística Turismo 2001 – Prainha do Canto Verde
- Lista dos Prestadores de Serviços Cooperados

- Lista de Presença de reunião dos prestadores de Serviço sem data
- Plano de Manejo da Área de Pesca Artesanal – Prainha do Canto Verde – Regulamento para a Pesca da Lagosta 2002
- Plano diretor – Regulamento para uso da terra– Prainha do Canto Verde
- Demonstrativo dos Benefícios do Turismo para a comunidade da Prainha do canto Verde – Avaliação de Pernoites de Hospedagem e gasto por visitante por ano 2001
- Árvore das Famílias

Fonte: Instituto Terramar

- ♦ Literatura de Cordel: Luta da Terra
- ♦ Literatura de Cordel: Literatura de Cordel: Manifestações Culturais
- ♦ Literatura de Cordel: Aquicultura (psicultura).
- ♦ Literatura de Cordel: Os Jovens
- ♦ Literatura de Cordel: Turismo

Fonte: Secretaria Turismo e Meio ambiente e Desenvolvimento Econômico do Município de Beberibe

- ♦ CD Room – Beberibe Turístico

Anexo 3 – Roteiros de Entrevista utilizados na Fase II da Pesquisa de Campo

Roteiro I: Líderes e membros dos Conselhos (Pesca, Terra, Saúde e Educação)

- **Nome, sexo, grau de instrução, idade e cargo/função**

1. Por que surgiu o conselho?
2. Quando surgiu o conselho?
3. Quantas pessoas fazem parte?
4. Quais foram as principais conquistas/ações já alcançadas?
5. Quais são as principais dificuldades encontradas?
6. Os membros participam muito das reuniões e tarefas?
7. A comunidade da Prainha é diferente?
8. O que é diferente? O que a diferencia das demais?
9. Por que ela é diferente?
10. Por que a Prainha deu certo, do ponto de vista da organização e participação?
11. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade?
12. O que vocês acham do turismo chegar à comunidade?
13. Quais são os benefícios que o turismo pode trazer para a Prainha?
14. Quais são os pontos negativos?
15. Você participou do projeto de turismo?
16. Você conhece o projeto?
17. Qual é a proposta deste projeto para a Prainha?
18. O que você acha do projeto?
19. O que poderia ser feito para o turismo ficar ainda melhor?
20. O que diferencia o turismo da Prainha das localidades da região e do Estado do Ceará?

Roteiro II: Líderes e membros da COOPECANTUR

- **Nome, sexo, grau de instrução, idade e cargo/função**

1. A comunidade da Prainha é diferente?
2. O que é diferente? O que a diferencia das demais?
3. Por que ela é diferente?
4. Por que a Prainha deu certo, do ponto de vista da organização e participação?
5. Quais são as maiores dificuldades enfrentadas pela comunidade?
6. Quais foram as principais conquistas/ações já alcançadas?
7. Quais são as principais dificuldades encontradas?
8. O que vocês acham do turismo chegar à comunidade?
9. Quais são os benefícios que o turismo pode trazer para a Prainha?
10. Quais são os pontos negativos?
11. Você participou do desenvolvimento do projeto de turismo?
12. Você conhece o projeto?
13. Qual é a proposta deste projeto para a Prainha?
14. O que você acha do projeto?
15. O que poderia ser feito para o turismo ficar ainda melhor?
16. O que diferencia o turismo da Prainha das demais localidades da região e do Estado do Ceará?

1. Quantas assembleias já foram realizadas a partir da criação da cooperativa?
2. Os membros da COOPECANTUR participam muito das reuniões e tarefas?
3. Você é informado pela diretoria sobre as decisões já tomadas?
4. As opiniões dos sócios-cooperados sobre as informações recebidas é levada em consideração pela diretoria?
5. A diretoria consulta aos demais participantes, solicitando críticas e sugestões de vez em quando ou é muito difícil acontecer?
6. Você juntamente com os outros membros exercem influência na aprovação de uma proposta?
7. Como se dá a administração da cooperativa?
8. A administração da cooperativa é dividida entre a diretoria e os demais membros?
9. Você sabe com clareza o que a diretoria pode fazer ou o que ela só pode fazer consultando os sócios-cooperados?
10. O que a diretoria pode fazer sem consultar os cooperados?
11. Você participa dos planejamentos da cooperativa? Para você o que é planejar?
12. Quais são as diferenças entre os líderes (a diretoria) e os demais membros?

Roteiro III: Secretaria de Turismo de Beberibe**• Nome, sexo, grau de instrução, idade e cargo/função**

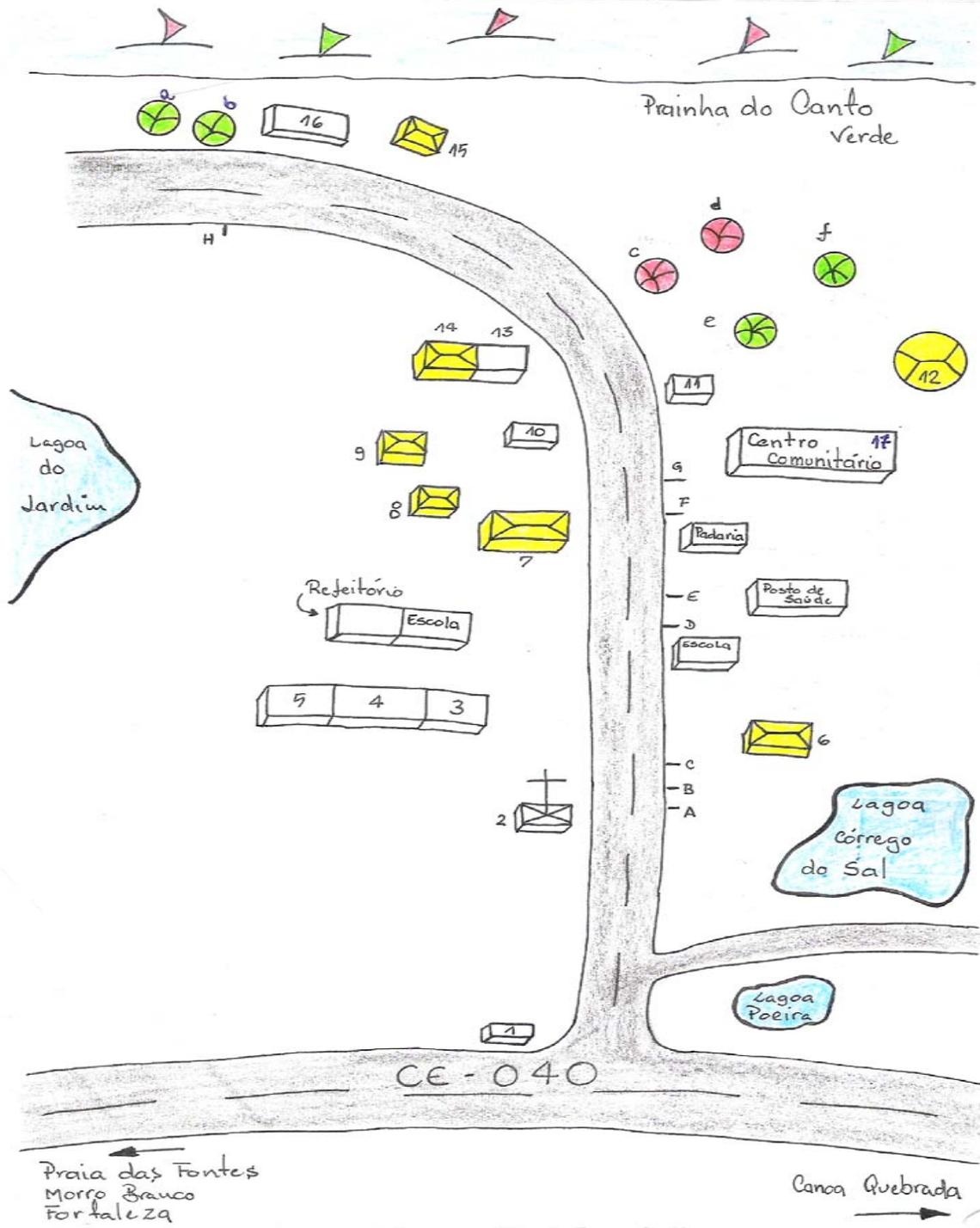
1. O Município de Beberibe possui um Plano Municipal de Turismo?
2. Quais são os objetivos, metas e estratégias estabelecidas?
3. Como o Município pensa a política para o setor?
4. Como vem se desenvolvendo o turismo no Município?
5. Quais são os pontos positivos e negativos do turismo no Município?
6. Quais são as dificuldades e desafios enfrentados?
7. O que poderia ser feito para o turismo melhorar?
8. Já visitou a Prainha do Canto Verde?
9. Quanto tempo ficou?
10. Já participou de algum evento ou reunião na comunidade?
11. A comunidade da Prainha do Canto Verde é diferente?
12. O que a diferencia das demais?
13. Quais foram as razões que fizeram a Prainha do Canto Verde apresentar um modelo de turismo diferenciado das demais?
14. Por que a Prainha do Canto Verde deu certo do ponto de vista da participação e organização?
15. Como conseguiram desenvolver o projeto: Turismo Socialmente Responsável?
16. Este projeto tem servido de referência para outros?
17. O governo municipal participou no desenvolvimento deste projeto?
18. Como é a participação do governo municipal no turismo da Prainha?
19. O que diferencia o turismo da Prainha dos demais destinos municipais e estaduais?
20. Quais são as maiores dificuldades que a comunidade enfrenta?
21. O que poderia ser feito para desenvolvimento do Turismo na Prainha do Canto Verde?

Roteiro IV: Instituto Terramar**• Nome, sexo, grau de instrução, idade e cargo/função**

1. O que é o Instituto Terra Mar? (objetivo, infra-estrutura, estrutura organizacional, nacional o internacional, quando e como surgiu, fonte de recursos, etc.)
2. Quais projetos foram e estão sendo realizados pelo Instituto?
3. Quando e por que o Instituto chegou à Prainha do Canto Verde?
4. Como foi desenvolvido o projeto Eco Turismo comunitário?
5. Qual foi o papel do Instituto no Projeto?
6. De que forma houve participação da ONG Amigos da Prainha do Canto Verde no Projeto neste Projeto?
7. De que forma houve participação da comunidade neste Projeto?
8. Qual é a influência do Poder Público sobre a Prainha e sobre o Projeto Turístico?
9. Como vem se desenvolvendo o turismo no Município?
10. Quais são os pontos positivos e negativos do turismo no Município?
11. Quais são as dificuldades e desafios enfrentados?
12. Como vem se desenvolvendo o turismo na Prainha do Canto Verde?
13. Quais são os pontos positivos e negativos do turismo na Prainha do Canto Verde?
14. A comunidade da Prainha do Canto Verde é diferente?
15. O que a diferencia das demais?
16. Quais foram as razões que fizeram a Prainha do Canto Verde apresentar um modelo de turismo diferenciado das demais?
17. Por que a Prainha do Canto Verde deu certo, do ponto de vista da participação e organização?
18. Como conseguiram desenvolver o projeto: Turismo Socialmente Responsável?
19. Este projeto tem servido de referência para outros?
20. O que diferencia o turismo da Prainha dos demais destinos municipais e estaduais?
21. Quais são as maiores dificuldades que a comunidade enfrenta?
22. O que poderia ser feito para desenvolvimento do Turismo na Prainha do Canto Verde?

Roteiro V: Turistas**• Nome, sexo, grau de instrução, idade e cargo/função**

1. Como soube da Prainha?
2. Por que veio para a Prainha?
3. Quais são as suas impressões?
4. O que mais gostou?
5. O que menos gostou?
6. O que poderia ser feito para o turismo ficar ainda melhor?
7. O que é diferente da Prainha das outras praias/localidades da região e do Estado do Ceará?



Anexo 4: Croqui - Visão geral da infra-estrutura da Prainha do Canto Verde (Elaboração própria)

LEGENDA

1	Bar Beira Rio
2	Templo Religioso – Assembléia de Deus
3	Biblioteca
4	Brinquedoteca
5	Oficina de Artesanato
6	Pousada Comunitária (domiciliar): Casa Mirtes
7	Pousada Comunitária (domiciliar) e Restaurante: Sol e Mar
8	Casa para aluguel: Lourdes
9	Casa para aluguel: Gorete
10	Mercadinho Canto Verde
11	Armazém 2
12	Casa para Aluguel: Vila Maresia
13	Loja de Artesanato Cangulo
14	Casa para Aluguel: Cangulo
15	(domiciliar): Beira Mar
16	Entrepasto de Pesca
17	Pousada Comunitária

BARRACAS DE PRAIA

a	Brisa do Canto Verde
b	Lua Cheia
c	Barraca da Bibi (NÃO COOPERATIVADA)
d	Ronco do Mar (NÃO COOPERATIVADA)
e	Navegador
f	Palhoça Comunitária

PLACAS DE SINALIZAÇÃO

A	Comunidade Saudável
B	Natureza Saudável. Se você veio para preservar... está na praia certa. Agradecemos os moradores da Prainha do Canto Verde.
C	Vida Feliz
D	Os 6 mandamentos do bom motorista
E	Ajude-nos a preservar
F	Se você usa drogas
G	Praia da Gente, praia sem lixo
H	Picnic Feliz. Seja bem vindo a nossa praia. Deixe-a limpa e bonita para amanhã.